

ANO
2020



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“PRAÇA PÚBLICA DO PENSAMENTO”: HISTORIADORAS E HISTORIADORES NO
SUPLEMENTO CULTURA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1980-1991)

ALICY DE OLIVEIRA SIMAS |

Essa dissertação objetivou identificar a presença de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo* em publicações entre 1980 e 1991. Orientando-se epistemológica, teórica e metodologicamente na tessitura entre os campos da História da Imprensa, da História da Historiografia e da História do Tempo Presente, observou-se que as publicações no *Cultura*, evidenciaram diversas preocupações historiográficas, dentre elas: a preocupação com as renovações na historiografia no âmbito nacional e transnacional; a preocupação com o ofício da historiografia e a função social da história e do historiador ou historiadora e, assim, a crescente demanda por passado e sua compreensão a partir do presente.

Orientador: Rogério Rosa Rodrigues.

Florianópolis, 2020

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“PRAÇA PÚBLICA DO PENSAMENTO”: historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo* (1980-1991)

ALICY DE OLIVEIRA SIMAS

FLORIANÓPOLIS, 2020

ALICY DE OLIVEIRA SIMAS

“PRAÇA PÚBLICA DO PENSAMENTO”: historiadoras e historiadores no suplemento
Cultura do jornal *O Estado de S. Paulo* (1980-1991)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientador: Professor Dr. Rogério Rosa Rodrigues.

FLORIANÓPOLIS, SC
2020

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Simas, Alicy de Oliveira
"PRAÇA PÚBLICA DO PENSAMENTO" : historiadoras e
historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo
(1980-1991) / Alicy de Oliveira Simas. -- 2020.
142 p.

Orientador: Rogério Rosa Rodrigues
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação , Florianópolis, 2020.

1. História do Tempo Presente. 2. Historiografia brasileira. 3.
Suplemento Cultura. 4. Identidade historiadora. I. Rosa Rodrigues,
Rogério. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação . III.
Titulo.

Alicy de Oliveira Simas

“Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo* (1980-1991).

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador:

Doutor Rogério Rosa Rodrigues
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Doutor Fernando Felizardo Nicolazzi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membro:

Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 22 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES e seu Programa de Demanda Social, pela concessão de bolsa de pesquisa que viabilizou este trabalho. Agradeço a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em especial, ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) e a Biblioteca Central, e a todas e todos os seus técnicos e funcionários terceirizados que compõem o cotidiano destes lugares que mais frequentei nestes últimos 6 anos, como graduanda e mestranda. Nesse sentido, agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da FAED, ao corpo docente, à coordenadora do programa, professora Mariana Joffily e ao secretário, Piter Kerscher, por toda atenção e dedicação em construir uma pós-graduação pública e de qualidade.

Agradeço à banca de qualificação e de defesa deste trabalho. Ao professor Fernando Nicolazzi, pela leitura ao mesmo tempo crítica e sensível e pelas sugestões que permitiram outros caminhos para minha pesquisa. Ao professor Reinaldo Lohn, que acompanha minha formação desde a graduação, como um dos grandes professores que tive, e que nessa outra etapa dispôs de uma leitura pertinente, fazendo considerações substanciais para a produção desse texto final. Aos dois professores, muito obrigada por aceitarem o convite à leitura desse trabalho!

Professor Rogério, minha primeira aula no curso de história foi ministrada por você. História Antiga. Eu odiava a matéria! Mas gostava de sua aula. Minha turma tinha até uma “mascote” por sua causa, o Gilgamesh, rei de Uruk. Depois nos encontramos na disciplina de Teoria I. Nunca vi tanta paixão em ministrar um conteúdo. Ali nos ensinou que história e outros gêneros, como a biografia e a literatura podem andar juntas. Sempre lembro de sua indicação do livro “Paixões” de Rosa Montero. Depois não nos encontramos mais e confesso que quando escrevi o projeto dessa dissertação, não imaginava que o professor iria se interessar. Que bom que assim foi! Sou imensamente grata pela forma como desempenhou a função de orientador. Em uma troca de e-mails recheada de insegurança acadêmica o professor me lembrou: “orientação é um caminho, não regra ou camisa de força”. Ali compreendi melhor o potencial do meu trabalho e de sua disponibilidade em me acompanhar. Sempre solícito, não somente à pesquisa e ao texto, mas a todas as outras demandas que envolvem o cotidiano de uma pós-graduanda. Quem me encontrava pelos corredores da FAED via a tranquilidade que eu saía de

nossas orientações e conversas. Fico feliz que tenha feito parte de minha trajetória enquanto historiadora. Até breve!

Agradeço também ao meu amigo Lenon e à minha amiga Bárbara por todos os momentos que desfrutamos juntos. Amigos de graduação, de mestrado e de vida. Com vocês esse caminho até aqui ficou muito mais leve e divertido. Tenho muito carinho e admiração por vocês!

Ana e Pedro, falta palavras para agradecer vocês. Pedro, obrigada por todas as conversas, pelos planos de fazer aplicativos ou roteiros de séries que elaboramos juntos, por ter formatado essa dissertação e, é claro, por todas as partidas de Catan! Ana, meus agradecimentos a ti começam lá em 2014 quando você me parou “do nada” no hall de entrada da FAED e conversou comigo sobre meu real desejo em continuar o curso de história. Eras minha professora da graduação na época. Hoje, como grande amiga, continuas me ensinando muito! Agradeço pela parceria de viagem e também por todas as madrugadas que passamos conspirando sobre as peculiaridades do grupo do Estadão, e olha, não são poucas... Enfim, ao meu casal preferido, muito obrigada!

Agradeço também aos meus irmãos mais velhos, Anderson e Ana Cláudia, em especial, por nunca me levarem para sair com vocês, o que fazia sobrar tempo para estudar mais... Brincadeiras à parte, obrigada por cuidarem de mim tão bem!

À minha mãe e ao meu pai, Carla e Tony, o meu eterno agradecimento por investirem tudo que podiam na minha educação, na minha saúde e bem-estar. Vocês foram os maiores incentivadores para eu chegar até aqui. Eu sou imensamente grata pela educação que vocês me deram, e por todas as oportunidades que me proporcionaram.

Agradeço também à minha vó Glórinha. Aquela que mais torce por mim. Minha maior fã! Vó, és meu grande exemplo de vida. Te ver sorrindo e feliz pelas minhas conquistas é umas das maiores alegrias para mim. Muito obrigada por tudo, por fazer parte da minha criação, da minha educação. Muito obrigada por todas as madrugadas em que ficamos juntas, com a senhora passando café e me contando suas histórias de infância. És minha pessoa favorita no mundo.

Kelly, minha companheira de vida, minha melhor amiga e minha colega de profissão, se esses agradecimentos é a última coisa que eu estou escrevendo neste trabalho, se eu já escrevi todo o resto, foi porque eu te tinha ao meu lado. Foram incontáveis as vezes que você me segurou e me mostrou que ia ficar tudo bem. Você estava certa em todas elas. Eu te agradeço, em especial, por construir e manter comigo essa relação estável e saudável que a gente tem. Temos conquistado muitas coisas juntas, e continuaremos assim. Uma vida contigo é pouco!

RESUMO

Essa dissertação objetivou identificar a presença de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo* em suas publicações sobre história e historiografia entre 1980 e 1991. O *Cultura* se configurou enquanto um espaço de divulgação científica e de circulação de ideias, sobretudo das áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais. Sendo assim, buscou-se estabelecer um recorte temático que privilegiou essa divulgação e circulação de ideias do campo da história e da historiografia em publicações feitas por profissionais da área. Em vista disso, a presente dissertação orientou-se epistemológica, teórica e metodologicamente na tessitura entre os campos da História da Imprensa, da História da Historiografia e da História do Tempo Presente. Nesse sentido, observou-se, de forma geral, que entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, período de redemocratização, ocorreu uma crescente ampliação do mercado editorial, assim como da pesquisa e produção acadêmica de história. Também observou-se, de forma particular, que as publicações de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura*, evidenciaram diversas preocupações do campo da história e da historiografia nesse contexto, dentre elas: a preocupação com as renovações historiográficas no âmbito nacional e transnacional; a preocupação com o ofício da historiografia e a função social da história e do historiador ou historiadora e, assim, a crescente demanda por passado e sua compreensão a partir do presente.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; Historiografia brasileira; Suplemento Cultura; Identidade historiadora;

ABSTRACT

This dissertation aimed to identify the presence of historians in the suplemento *Cultura* do *O Estado de S. Paulo*, in their publications on history and historiography between 1980 and 1991. *Cultura* was configured as a space for scientific dissemination and circulation of ideas, especially in the areas of Human Sciences and Social Sciences. Therefore, it sought to establish a thematic focus that privileged this dissemination and circulation of ideas from the field of history and historiography in publications made by professionals. As such, this dissertation is oriented epistemologically, theoretically and methodologically between the fields of the Press History, the History of Historiography and the History of the Present Time. In this sense, it was observed, in general, that between the 1980s and 1990s in Brazil, a period of redemocratization, there was an increasing expansion of the book publishing, as well as of research and academic production of history. It was also observed, in particular, that the publications of historians in *Cultura*, highlighted several concerns in the field of history and historiography in this context, among them: the concern with historiographic renewals at the national and transnational level; the concern with the historiographical practice and the social function of history and the historian and, thus, the growing demand for the past and its understanding from the present.

Keywords: History of the Present Time; Brazilian historiography; suplemento *Cultura*; Historian identity.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEHILA	Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina e no Caribe
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC Brasil	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DCP	Setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INL	Instituto Nacional do Livro
IPE	Instituto de Pesquisas Econômicas
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
OESP	O Estado de S. Paulo
PUC-CAMPINAS	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPH	Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica

SC	Suplemento Cultural
SCDP	Serviço de Censura de Diversões Públicas
SL	Suplemento Literário
SP	São Paulo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITAU	Universidade de Taubaté
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1	INTRODUÇÃO	16
2	O QUE É O SUPLEMENTO E QUEM SÃO OS(AS) HISTORIADORES(AS) QUE NELE ESCREVEM?	28
2.1	O LUGAR DOS SUPLEMENTOS CULTURAIS NA HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA	28
2.1.1	O SUPLEMENTO LITERÁRIO E A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA DE 1950	29
2.1.2	UM NOVO FORMATO EM 1970: SUPLEMENTO CULTURAL E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	35
2.1.3	O <i>CULTURA</i> : UMA CONCILIAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIZAÇÃO	41
2.2	QUEM SÃO HISTORIADORAS E HISTORIADORES NO <i>CULTURA</i> ?	49
2.2.1	A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE HISTORIADORA	50
2.2.2	A FILHA DILETA: VÍNCULO POLÍTICO ENTRE O JORNAL <i>O ESTADO DE S. PAULO</i> E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	60
3	VIRTUDES PARA SER "UM BOM HISTORIADOR": LEGITIMAÇÃO DA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA EM NARRATIVAS DO SUPLEMENTO <i>CULTURA</i>	69
3.1	O HISTORIADOR ARQUIVISTA	70
3.2	AS PERGUNTAS QUE O HISTORIADOR FAZ	74
3.3	O TRABALHO DE "DESMISTIFICAÇÃO"	79
3.4	A ESCRITA DA HISTÓRIA PARA UM PÚBLICO "MAIS AMPLO"	83
4	NARRATIVAS HISTÓRICAS EM <i>CULTURA</i>: DEMANDAS SOCIAIS, TENSÕES E RENOVAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS	91
4.1	1980, UMA DÉCADA PERDIDA?	92
4.2	RENOVAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA	96
4.3	MEMÓRIA, ARQUIVO E HISTÓRIA	101
4.4	ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS EFEMÉRIDES NO <i>CULTURA</i>	106
4.4.1	O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO (1988)	108
4.4.2	O CENTENÁRIO DA REPÚBLICA (1989)	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais comum que nós, historiadoras e historiadores, pensemos naquilo que nos levou a pesquisar o que pesquisamos, naquilo que nos encantou e que nos encanta. A introdução do texto é então esse lugar, de apresentar a pesquisa, mas também discorrer livremente sobre o que nos trouxe até aqui. Assim são escritas as introduções, cada qual contendo um pedacinho daquele que escreve. Para nós, historiadoras e historiadores, inseridos na dicotomia objetividade/subjetividade, que inquietou de Ranke a Michelet, talvez as introduções sejam um dos poucos espaços que respiramos mais aliviados, ao reivindicar o entre-lugar naquilo que a historiadora Sabina Loriga chamou de objetivismo puro e subjetivismo radical (LORIGA, 2012).

Eis aqui minha introdução. Aviso de antemão que não tenho uma história cheia de plumas a contar, daquelas que remetem à conexão ou à identificação do pesquisador ou pesquisadora com sua pesquisa logo no primeiro encontro.

Durante minha graduação, embora tenha encontrado professores com projetos belíssimos e estimulantes, não me envolvi profissionalmente com nenhum deles. Não participei de projetos de iniciação científica, de pesquisa ou de extensão. Não ansiava a vida de pesquisadora, e pela formação em licenciatura, queria o chão de sala de aula. Naquela época talvez ainda não entendesse que uma coisa não necessariamente anulava a outra. O não lugar da pesquisa em minha trajetória também era incentivado pela ausência de um Trabalho de Conclusão de Curso em meu currículo,¹ o que não estimulou uma aproximação com a pesquisa sequer pela obrigatoriedade de concluir a formação. Entretanto, no último semestre da graduação, quando inevitavelmente se pensa em todos os próximos passos possíveis para se qualificar profissionalmente, senti vontade de ser pesquisadora. E agora? Sem vínculo com qualquer pesquisa ou professor(a) durante os quatro anos do curso, parecia impossível começar do zero.

Comecei pensando no que eu poderia gostar de pesquisar. Relembrei meus trabalhos acadêmicos, as disciplinas que fiz, os assuntos que me interessavam. Percebi que, embora não tivesse me vinculado a nenhum projeto, tive contato com a pesquisa o tempo todo nas disciplinas, e isso já era algo a valorizar. Percebi que me interessava pela História do Brasil, mais precisamente, da segunda metade do século XX, e decidi que gostava daquilo que envolvia

¹ Formação em licenciatura plena em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, pelo currículo de 2014.1, em que em vez do Trabalho de Conclusão de Curso estava previsto apenas o relatório de Estágio Supervisionado para obtenção do diploma.

dois elementos: história da imprensa e as relações entre história e literatura. Mas, investigaria então a relação entre imprensa e literatura no Brasil pós-1950? Não tinha ideia do que poderia encontrar. Ainda sem um problema de pesquisa, e com um tema nebuloso, pensei em procurar possíveis fontes para o acervo digital da Hemeroteca Nacional.² Como quem passeia nos corredores de uma biblioteca, tirando da estante aqueles livros que chamam a atenção pelo título ou pela capa, vaguei pelos periódicos, verificando todos aqueles que possuíam “literário” no título. Assim, como afirma o historiador italiano Carlo Ginzburg em breve texto sobre o catálogo on-line *Orion*, ao explorar o acervo digital da Biblioteca Nacional vi a possibilidade de “encontrar aquilo que não estou de fato procurando, e mesmo aquilo de cuja existência nem mesmo suspeito” (GINZBURG, 2007, p. 163). Não tardou muito e cheguei ao *Suplemento Literário (SL)*³, um suplemento do jornal *O Estado de S. Paulo* – também conhecido como *Estadão* –, que me chamou muito a atenção por conta de sua configuração e pelas pessoas que nele escreviam, que eu tinha conhecimento prévio. A partir daí, parei de vaguear, “puxei” de vez este suplemento da “estante” do acervo, e busquei conhecê-lo melhor.

A organização do *Suplemento Literário* no acervo contém 1426 arquivos de 1956 a 1985. Descobri depois que tal peça editorial foi publicada, de fato, entre 1956 e 1974, sendo a partir daí lançado um suplemento especial comemorativo do jornal, o *Suplemento do Centenário* (1975-1976), que deu lugar ao *Suplemento Cultural (SC)*,⁴ entre 1976 e 1980, e depois o *Cultura*, cujo acervo registra a periodicidade entre 1980 e 1985. Uma possível razão para que todas essas configurações de suplemento estivessem compiladas no acervo do *Suplemento Literário* seria, de uma certa maneira, porque os demais teriam sido seus sucessores. Uma das características que mais aproximavam esses quatro suplementos era a presença de intelectuais, especialistas em diversas áreas que colaboravam com seus textos.

Enfim, mais de mil arquivos para ler em pouco tempo era inconcebível. Não podia mais deixar de pensar na delimitação de um problema de pesquisa, para então ir às fontes. Sendo o número de edições inviável para uma pesquisa de mestrado, um recorte deveria ser feito.

Comecei a entender que, embora o acervo tenha compilado os suplementos citados dentro de um só, a saber o *Suplemento Literário*, eles se constituíam por suportes, editoriais e temporalidades distintas. Portanto, dos quatro suplementos – *Suplemento Literário*, *Suplemento do Centenário*, *Suplemento Cultural* e *Cultura* – a decisão recaiu em investigar

² Link do site do acervo digital da Biblioteca Nacional: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> acessado por último em: 26/11/2019

³ De agora em diante, toda vez que a sigla SL for utilizada, estou me referindo ao *Suplemento Literário*

⁴ De agora em diante, toda vez que a sigla SC for utilizada, estaremos nos referindo ao *Suplemento Cultural*.

apenas com este último. Tal escolha é justificada pela presença de historiadores e historiadoras nesse documento, entre eles alguns conhecidos por mim, como José Murilo de Carvalho, Laura de Mello e Souza e Carlos Guilherme Motta, outros que me foram apresentados naquele momento, como por exemplo, Julita Scarano, José Honório Rodrigues, Heloísa Liberalli Bellotto e Francisco Iglésias. Na leitura prévia de várias edições, me chamou a atenção que além de haver um número expressivo de historiadores e historiadoras, muitos destes sujeitos que ali estavam faziam parte de minha formação, que havia conhecido na leitura de seus artigos e livros. Mas o que faziam os/as historiadores(as) na imprensa naquele período? A partir daí, do interesse inicial em história do Brasil, história da imprensa e literatura, mantive os dois primeiros e o último foi substituído por “historiografia”. Sendo assim, procurei entender o protagonismo desses sujeitos no suplemento, ou de forma mais protocolar, o objetivo dessa pesquisa foi compreender de que maneira se deu a presença de historiadoras e historiadores, naquilo que diz respeito à mediação e à produção historiográfica, no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo*. Agora com um problema de pesquisa definido, poderia seguir para as fontes.

Não há como falar do suplemento *Cultura*, sem falar do jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*), que é aquele que o edita. Parte-se da perspectiva apontada pela historiadora Renée Barata Zicman (1985, p. 90) de que “a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados”. Diante disso, um breve histórico do jornal *O Estado de S. Paulo* deve ser mencionado. Surgiu sob o título de *Província de São Paulo* em 1875, tendo seu primeiro número publicado em 4 de janeiro desse ano. O jornal era então dirigido pelos jornalistas Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos e tinha como redator-chefe o jornalista José Maria Lisboa. O ano do surgimento da *Província de São Paulo* era de grande agitação política e de reformas na imprensa brasileira. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, no ano de 1875 “terminava a guerra com o Paraguai há um lustro, surgira a tempestade da lei do Ventre Livre, os fazendeiros temiam o futuro, as ideias republicanas ganhavam adeptos em todas as áreas, realizara-se a Convenção de Itu, o abolicionismo alastrava-se” (SODRÉ, 1999, p. 227). Ainda segundo o autor, o jornal *A Província de São Paulo* inaugurou a “mercantilização da imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 228) por iniciar em 1876 a venda avulsa dos números pelos jornaleiros nas ruas da cidade. As ideias republicanas e a pressão abolicionista se alastravam, e Júlio de Mesquita entrava para a redação do jornal em 1885. No dia primeiro de janeiro de 1890 o nome do jornal seria alterado para *O Estado de S. Paulo* e, no ano seguinte, Mesquita passaria a

assumir a direção e o jornal “entraria na campanha pela Abolição e pela República (SODRÉ, 1999, p. 229). De forma similar, as historiadoras Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato afirmam que Júlio de Mesquita

fez coexistir em “OESP” o jornalismo e a política: defensor ardoroso da Campanha Civilista, institui Rui Barbosa como modelo do político brasileiro. Colabora como integrante do “grupo do Estadão” para a formação do Partido Democrático, em São Paulo, em 1926, não aceitando, ainda desta vez, a eleição do jornal como órgão oficial do partido. (...) Mesquita ficou no comando até 1927, ano de sua morte, tendo Júlio de Mesquita Filho assumido o jornal “continuando a trilha do pai: conspirador em 1930, articulador do levante paulista em 1932, lutador empenhado na candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira à presidência da República em 1937” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 20, 21).

Logo, o jornal passou, ao longo do século XX, a ser comandado por sua família. Com a morte de Mesquita Filho, em 1969, o jornal passou a ser dirigido por seus filhos Julio de Mesquita Neto e Ruy Mesquita. Observa-se, de uma maneira geral, que os trabalhos que investigaram/investigam o *Estadão*, o construíram/constroem enquanto um jornal de princípios liberais, mas também de um perfil conservador, ideológico e partidário. Por exemplo, as historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980) concentraram suas análises na atuação política do jornal e seus dirigentes no decorrer da Primeira República brasileira. As autoras argumentam que estes tiveram papel atuante, com participação ativa “no debate que se instaurou, colocando-se numa posição de crítica ao estado de coisas vigente, tentando ‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23). Também a historiadora Maria Aparecida Aquino (1999), ao analisar o comportamento do jornal no decorrer do golpe civil militar de 1964, afirma que este reforça sua aproximação com o liberalismo, mais do que com os ideais democráticos, dado que “em vários editoriais do período que antecede ao golpe de 1964, não hesita em propor até a intervenção por intermédio da ação das Forças Armadas para a derrubada de um governo democraticamente constituído” (AQUINO, 1999, p. 39).

Diante disso, afinal, o que é um suplemento? Segundo o escritor Silviano Santiago (1993), um suplemento é uma parte adicional, em que, na ausência deste, o conteúdo do todo no jornal não fica comprometido. Estes suplementos, que podem ser literários, culturais, femininos ou agrícolas, para citar alguns exemplos comuns nos jornais brasileiros, são destinados a públicos específicos que não necessariamente aqueles das páginas diárias do jornal. Pode-se dizer que na década de 1950 ocorreu uma grande proliferação de suplementos nos jornais diários brasileiros (ABREU, 1996), uma vez que pouco a pouco foi implementado

um novo formato de jornalismo, substituindo o modelo francês que até então se orientava pelo modelo norte-americano. Buscando mais objetividade e agilidade nas notícias, além de uma nova configuração editorial e gráfica, os jornais fizeram um movimento de segmentação (CARVALHO, 2007) para dar conta de públicos diversos. Daí a ideia de criação de novos suplementos, em que os conteúdos que não mais encontravam espaço na seção geral do jornal seriam contemplados pelos suplementos. Nesse movimento, o *Suplemento Literário* (1956-1974) do jornal *O Estado de S. Paulo*, juntamente com o *Suplemento Dominical* (1956-1961) do *Jornal do Brasil*, foram grandes exemplos a serem seguidos por outros jornais entre 1950 e 1960.

É nesse contexto que o *Cultura* se insere. Este circulou semanalmente entre 15 de junho de 1980 a 31 de agosto de 1991. Como já mencionado, as fontes estavam sendo acessadas por meio da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, que do *Cultura* só possuía as edições até 1985. Assim, como o suplemento é editado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, as edições que faltavam foram complementadas a partir do acervo digital do *Estadão*,⁵ que possuía seu acervo completo. Vale ressaltar, ainda, que esse recorte com limite em 1991 não é imposto pela própria fonte, mas atribuído pela análise aqui feita. Isso porque, no que diz respeito às definições editoriais do jornal, o suplemento *Cultura* terminaria em 2010, quando passou a circular em seu lugar outro suplemento, o *Sabático*. Porém, na leitura das edições, observou-se que a partir da segunda metade de 1991, a primeira página do *Cultura* vinha com o título “Caderno 2/Cultura”, e ainda, a configuração de seu suporte havia mudado completamente. Daí a necessidade de olhar para o suplemento inserido na lógica do jornal do qual fazia parte. Pôde ser observado que, em 06 de abril de 1986, o jornal *O Estado de S. Paulo* começou a publicar o *Caderno 2*, um caderno cultural diário. A partir daí o *Cultura* começou gradualmente a perder seu espaço no jornal, até que em 31 de agosto de 1991, o *Estadão* publicou na primeira página uma nota afirmando que o *Cultura* passaria a ser encartado no *Caderno 2*:

Em mais uma etapa das sucessivas mudanças promovidas pelo Estado ao longo dos seus 116 anos de existência, *Cultura* estará a partir deste nº 578, Ano VIII, encartado no *Caderno 2*, apto a tratar com mais agilidade do seu universo temático. É o primeiro passo rumo a sua definitiva configuração, prevista para o início de 1992 - que, como todas as demais modificações recentes ocorridas no jornal, buscará a conciliação entre a tradição e a modernidade. Nesta etapa, *Cultura*, em formato *standard*, ampliará o grau de informação jornalística, mantendo a independência gráfica e editorial e preservando os laços históricos com a comunidade intelectual, acadêmica ou não, cujos interesses e inquietações sempre soube expressar” (*O Estado de S. Paulo*, 31 ago. 1991, Ano 112, ed. nº 35674, p. 01).

⁵ Link do site do acervo digital do jornal *O Estado de S. Paulo*: < <https://acervo.estadao.com.br/>> acessado por último em: 26/11/2019

O *Caderno 2* possuía configuração diferente, direcionado ao consumo e à divulgação de outras mídias, como o cinema e a televisão, além de possuir colunas sobre astrologia e textos bem menores. Nessa perspectiva, a qual escolho abordar, *Cultura*, voltado propriamente à crítica e à divulgação da produção científica, com artigos acadêmicos e resenhas de livros, termina com 578 edições na segunda metade do ano de 1991. Sem esse recorte, seria preciso dar conta da análise de um outro tipo de material e de outras questões que não contemplam a pesquisa que se pretende aqui.

Os editores de *Cultura* empenhavam-se em uma forma específica de difusão de bens culturais na década de 1980. Os anúncios, que tomam boa parte dos jornais por serem seu principal meio rentável desde 1950 (ABREU, 1996), não estavam presentes de maneira explícita no suplemento. Digo de maneira explícita porque, apesar disso, o *Cultura* seguia uma perspectiva mercadológica, uma vez que era voltado para a divulgação do mercado editorial, servindo então como espaço de anúncios de livros. Apesar disso, buscava fazer essa divulgação de maneira a reatar uma certa tradição com seu antecessor (*Suplemento Literário*), pois se dedicava a promover o debate e a circulação de ideias a partir de resenhas e textos elaborados de colaboradores que eram, sobretudo, sociólogos, filósofos, cientistas políticos e historiadores. Mas a configuração de *Cultura* era muito diferente do *Suplemento Literário* da década de 1950, não somente por conta das mudanças estruturais e gráficas do jornal entre essas décadas, mas também por conta do perfil de seus editores. O *Suplemento Literário* foi idealizado pelo sociólogo e crítico literário Antônio Cândido⁶ e comandado até 1969 pelo crítico teatral Décio de Almeida Prado.⁷ Ambos faziam parte do grupo de acadêmicos da Revista *Clima* (1941-1944). Após 1969, o *Suplemento Literário* foi comandado pelo jornalista e crítico literário Nilo Scalzo,⁸ que ficou também responsável pelo sucessor, *Suplemento Cultural*, até 1980. Quando o *Cultura* passa a ser editado, as mudanças, que já vinham acontecendo desde a transição do *SL* para o *SC*, se intensificam. Scalzo deixa a equipe editorial e o jovem jornalista Fernão Lara Mesquita,⁹ filho de Ruy Mesquita, assume o suplemento. Os antecessores, Candido, Prado e

⁶ Antonio Candido de Mello e Souza foi sociólogo, crítico literário e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP de 1942 a 1992.

⁷ Décio de Almeida Prado foi um ensaísta, crítico teatral e professor de história do teatro na Escola de Arte Dramática e de literatura brasileira na Universidade de São Paulo.

⁸ Nilo Scalzo foi jornalista, professor de diversas instituições de ensino superior e membro da Academia Paulista de Letras.

⁹ Fernão Lara Mesquita cursou pedagogia (1973) e filosofia (1976) na Universidade de São Paulo (USP). Fernão iniciou sua carreira no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1973 com função de *copydesk*. Também participou da editoração de suplementos como o *Cultura* e o suplemento *Agrícola*. Em 1989 passa a assumir a direção do *Jornal da Tarde*, e em 2000 assume a direção de Opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 2003, quando acontece um

Scalzo faziam parte de uma mesma rede intelectual, voltada à crítica literária e artística. Já Lara Mesquita, distintamente, não possuía apego a isso, tendo outro perfil de jornalismo: iniciou sua carreira no jornal na década de 1970, como *copydesk*, uma das grandes mudanças da modernização da imprensa periódica na década de 1950, e havia sido editor-chefe do suplemento Agrícola do Estadão antes de assumir o suplemento *Cultura*.

Como já mencionado, a pesquisa tem por recorte temático as publicações do suplemento *Cultura* feitas por historiadores e historiadoras naquilo que diz respeito à produção e à divulgação de história. Contudo, a leitora ou o leitor ainda podem questionar do porquê da escolha para tal abordagem desta temática recair em um suplemento do jornal *O Estado de S. Paulo*, e não em outros jornais ou até mesmo em revistas científicas da área. Ora, pode-se responder a essa pergunta de duas formas. Em primeiro lugar, pela questão do tempo hábil para submeter o projeto de pesquisa. Já havia dedicado tempo considerável ao acervo dos suplementos mencionados, sendo assim, explorar outra documentação era inviável. O segundo motivo diz respeito as possibilidades de investigar um jornal. Considera-se, em diálogo com a historiadora Tânia Regina de Luca (2006, p. 118) que a imprensa, mais do que um “veículo de informações” é “fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, o que refuta a ideia de “um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.” Dessa forma, o suplemento *Cultura*, embora com certa autonomia de publicação, não pode ser visto à parte da lógica de funcionamento do jornal *O Estado de S. Paulo*, uma vez que um jornal nunca é uma “obra solitária” (LUCA, 2006, p. 140), pois em toda sua configuração, há grupos reunidos em torno de ideias específicas e que perpassam sua materialidade, sua narratividade e sua recepção. Dessa forma, a compreensão das camadas que envolvem o projeto editorial de determinado jornal é de suma importância. Cita-se como exemplo dessa interação, a relação íntima entre o suplemento *Cultura* e os intelectuais das universidades paulistas, sobretudo a Universidade de São Paulo (USP). Por que estes intelectuais e não outros? Essa articulação entre imprensa e universidade não poderia deixar de ser questionada, uma vez que a relação entre os dirigentes do Estadão e a Universidade de Paulo remonta a própria criação desta última e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934.

Na procura por trabalhos que enfocaram temáticas e abordagens próximas das que balizam a presente investigação, não foram encontrados estudos que tivessem o suplemento *Cultura* como objeto de pesquisa, em especial na área de história. Porém, há resultados de

movimento de demissões em massa no jornal, ele, outros familiares e funcionários perdem seus cargos. A partir daí, Fernão e seus irmãos passam apenas a integrar o Conselho de Administração do jornal.

pesquisas que privilegiam a análise de outros suplementos literários e culturais e que auxiliam na compreensão da investigação que se pretende aqui. Destaque-se o trabalho da historiadora Alzira Alves de Abreu (1996), com a análise sobre a materialidade e a configuração dos suplementos da década de 1950, inclusive o *Suplemento Literário*, antecessor do *Cultura*. Sobre o *Suplemento Literário* também há a dissertação da jornalista Elizabeth de Souza Lorenzotti (2007). Mais artístico, crítico e literário do que jornalístico, a própria autora entende que o suplemento viria a ser considerado o modelo de todos os cadernos culturais que o sucederam, o que nos ajuda a pensar o suplemento *Cultura* como parte constitutiva desse processo. Outro trabalho a ser destacado é da pesquisadora Isabel Siqueira Travancas (2001), no qual faz a análise de livros — ou seja, os lançamentos editoriais — divulgados nos suplementos. Para a autora, a redação de um jornal se divide em editoriais em que tipos distintos de mercadoria, notícias e saberes serão divulgados. Quando um jornal possui um suplemento literário, é neste que os livros são noticiados. Sendo assim, a investigação de Travancas contribui na medida em que se identifica o suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo* como um lugar dessa divulgação de livros e do mercado editorial. Ainda, como este trabalho se propõe a iluminar a divulgação de história por historiadores e historiadoras no suplemento, será preciso considerar quais livros estavam sendo divulgados. Em diálogo com Travancas, será necessário pensar que existem livros e livros, ou seja, a divulgação depende das editoras que publicam, das temáticas dos trabalhos e até mesmo de quem são os autores. Já sobre a questão de historiadores e historiadoras em um suplemento de jornal, será ainda preciso destacar o resultado de uma investigação bastante expressiva da historiadora Ângela de Castro Gomes (2013), em obra na qual a autora faz a análise dos comentários de historiadores sobre seus pares no suplemento *Autores e Livros* do jornal *O Amanhã* na década de 1940. Gomes investigou a atuação dos intelectuais no suplemento, evidenciando questões sobre gerações e redes de sociabilidade intelectuais.

Voltando propriamente para a investigação presente, faz-se necessário destacar a abordagem aqui pretendida. Serão enfocados os profissionais dedicados à pesquisa histórica que sejam brasileiros ou que possuam vínculos institucionais no país, possibilitando mapear com maior precisão as trajetórias de cada indivíduo. Assim, observou-se que estes sujeitos possuem trajetórias intelectuais entre as décadas de 1930 e de 1980. Sabe-se que o percurso da institucionalização da disciplina de história é bastante complexo. Teremos por base as reflexões do historiador Francisco Falcon (1996), o qual defende o caráter plural da identidade historiadora, devido em larga medida à fragmentação das perspectivas no campo da história,

sobretudo a partir da década de 1980. Em concordância com esse autor é preciso registrar que a formação de historiadores e historiadoras no Brasil não começou com a implantação de um sistema de pós-graduação, uma vez que a formação em história já ocorria no Brasil desde a década de 1930 com os primeiros cursos de História e Geografia das Faculdades de Filosofia. Somado a isso, não se reconhece esses intelectuais apenas pela área do título acadêmico de formação. Muitos não possuem efetivamente a graduação e a pós-graduação em história, mais podem obter reconhecimento social a partir de seus textos (FALCON, 1996). Essa perspectiva é importante, uma vez que no *Cultura* é encontrada essa pluralidade de identidades de historiadores e historiadoras.

Sobre as publicações desses sujeitos no *Cultura* entre 1980 e 1991, sabe-se que o suplemento atuou no âmbito da divulgação de livros voltados para o mercado editorial. Sendo assim, a colaboração dos historiadores(as) segue essa lógica: seus textos partem geralmente de um livro recém lançado por uma editora. Isso quer dizer que atuam como resenhistas “especializados”. Com base nas discussões da historiadora Sabrina Magalhães Rocha (2018, p. 20), parte-se de uma perspectiva que caracteriza as resenhas de historiadores e historiadoras “como um elemento propositivo dos desenvolvimentos da historiografia”, em que fica evidente sua potencialidade de abrir “novas direções, de suscitar novas pesquisas e, com isso, produzir intervenções significativas não apenas na leitura de uma obra, mas também na produção de novas obras”. Ainda segundo a historiadora, “ao falar em resenha estamos sempre falando de um texto ‘secundário’, de um texto enunciativo de outro texto. Estamos, em alguma medida, falando de uma leitura” (ROCHA, 2018, p. 20). Sendo assim, busca-se compreender que as resenhas de historiadores e historiadoras no *Cultura* são um processo indissociável de escrita e leitura. Em uma mesma direção, o historiador Fernando Nicolazzi (2013) também reflete sobre as relações entre escrita e leitura na construção historiográfica. Para o historiador, a legitimidade do discurso histórico, além de se dar pelos critérios e procedimentos realizados pelo historiador na construção do texto historiográfico, “ocupa igualmente, e de forma mais importante do que se costuma supor, o âmbito da prática da leitura da história” (NICOLAZZI, 2013, p. 68). Isso significa que o leitor ao qual o texto historiográfico se dirige é “capaz de atestar sua validade, conferindo a ele credibilidade e depositando nele uma confiança sem a qual todo o esforço se encontraria injustificado” (NICOLLAZI, 2013, p. 68). Dessa forma, os historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura*, enquanto leitores de história, acabam também por legitimar e validar as abordagens dos livros que resenham.

Em uma mesma direção, essas leituras de história feitas por profissionais da área, quando analisadas, possibilitam evidenciar, como postulou o historiador francês Michel de

Certeau (1982), como determinadas produções historiográficas sejam possíveis e outras não. Ainda nesse sentido, as narrativas de resenhas podem demonstrar condutas e valores para aquilo que passa a ser reconhecido enquanto um “bom historiador”. O historiador João Munhoz Ohara (2017, p. 30), em diálogo com o historiador holandês Herman Paul, utiliza do par conceitual *persona* acadêmica e virtudes epistêmicas para afirmar que “a formação do historiador não envolve apenas o aprendizado de técnicas de pesquisa; trata-se de cultivar o ‘olhar do historiador’, exercitar uma série de disposições consideradas indispensáveis ao bom exercício do trabalho histórico.”

Ao mesmo tempo em que se pensa na atuação desses sujeitos no suplemento *Cultura*, faz-se necessário refletir sobre o cenário mais amplo, que põe em questão as demandas por história e a função que esses historiadores (as) ocupam nesse período. Para isso, partimos da perspectiva da História do Tempo Presente para entender esse movimento.

O historiador francês Jacques Le Goff, avaliando o caso francês, afirma que a partir da década de 1980, “se lançarmos um olhar pela imprensa, pelas revistas, pelos livros, pelos *mass media* como a rádio e a televisão, pelo número de obras históricas publicadas pelas editoras e pelas respectivas vendas, o triunfo da história é inegável” (LE GOFF, 1999, p. 11). Da mesma forma, o historiador francês Henry Rousso (2016) afirma que as marcas deixadas pelas catástrofes do século XX provocaram uma demanda social pela história, sentida de alguma forma em todo o mundo, sobretudo a partir do final do século XX e início do século XXI, em que a curiosidade sobre o passado tornou-o objeto de consumo de massas e de investimentos culturais diversos (ROUSSO, 2016).

Assim, precisamos pensar que o *Cultura* começa a circular em um período de abertura política e redemocratização. Retomando a argumentação de Le Goff, este ainda nos diz que, apesar da demanda por história, o historiador “não é uma das personagens chave da nossa sociedade” (LE GOFF, 1999, p. 11), uma vez que as mídias podem ser elas próprias produtoras de narrativas sobre o passado. Nesse sentido, as relações entre o historiador e a sociedade se estreitam, pois, segundo o filósofo francês Paul Ricoeur, os acontecimentos proporcionam a participação efetiva dos cidadãos na construção de uma memória coletiva, “diante da qual o historiador é chamado a prestar contas” (RICOEUR, 2007, p. 271). O historiador vê, assim, a emergência de apresentar-se ao debate público, muitas vezes com o objetivo de intervir nas memórias, sem deixar de recorrer aos métodos próprios de sua profissão. Do mesmo modo, o historiador francês Olivier Dumoulin (2017) argumenta que “a publicidade dos debates, o recurso ao peso do discurso historiador e o questionamento da responsabilidade do historiador

parecem descrever o território de um papel renovado ou novo para o historiador (DUMOULIN, 2017, p. 43). Evidentemente, esse debate historiográfico está pautado na experiência francesa, mas não impede de tecer algumas considerações sobre o desenvolvimento da história e dos historiadores e historiadoras brasileiras com o público, mesmo porque parte considerável dos profissionais de história da USP, maior centro irradiador de formação e produção historiográfica da época (LAPA, 1985), possuíam vínculos de formação com a cultura historiográfica francesa.

As publicações de historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura* se inserem em um contexto de profundas transformações, sobretudo devido à experiência ditatorial que o país vivenciou após o golpe civil militar de 1964. Capelato (2016) afirma que a experiência da repressão da ditadura, a criação de novos movimentos sociais de base, suscitados a partir da abertura política e do processo redemocratização, bem como a atenção aos debates internacionais sobre as renovações nas ciências sociais e na historiografia, inseriram os pesquisadores e pesquisadoras brasileiros no debate sobre as revisões das interpretações da realidade política e social brasileira, além das revisões historiográficas sobre o passado. Considerando que o período de transição democrática na década de 1980, no Brasil, foi de um tempo de crise da temporalidade moderna (KOSELLECK, 2006), na medida em que o passado – recente ou não – irrompe sobre o presente, e este, por sua vez, não consegue mais orientar-se para um futuro previsível, tornando-se dessa maneira um presente hipertrofiado (HARTOG, 1996), as possibilidades de produção de narrativas sobre o passado e de projeções para o futuro do Brasil se multiplicam. Dessa forma, entende-se que a demanda social por história no Brasil nesse período — que no caso do *Cultura* se expressava pelo mercado editorial — é acolhida pelos historiadores e historiadoras, os quais se inserem, de uma forma ou de outra, no debate público, evidenciando preocupações do campo historiográfico em determinado presente.

Feita a apresentação das questões que permearam essa pesquisa, resta agora explicitar como será organizado o texto, que será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada a abordagem que baliza a investigação do suplemento *Cultura* e a interpretação do material produzido por historiadores que ocuparam aquele espaço do jornal. Isso significa que em uma parte do primeiro capítulo o suplemento *Cultura* será situado em relação aos dois antecessores, o *Suplemento Cultural* e o *Suplemento Literário*, para que se possa compreender suas especificidades, ao passo que também cabe evidenciar as rupturas e permanências com o modelo de suplemento que predominava desde a década de 1950, bem como as possibilidades do jornalismo cultural na década de 1980, sobretudo, acerca da divulgação do mercado editorial. Posta esta questão, a outra parte do capítulo privilegiará a discussão do que e de quem é

compreendido enquanto historiador ou historiadora no suplemento *Cultura*, mapeando suas trajetórias. Assim, serão evidenciados os critérios de análise utilizados para identificar os sujeitos enquanto historiadores e historiadoras no suplemento, considerando que isso é, de fato, um movimento complexo, uma vez que estes sujeitos possuem trajetórias distintas. Ainda nesse capítulo, também será destacada a questão da presença massiva de intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) no suplemento *Cultura*, buscando evidenciar a articulação entre o jornal e a instituição pelo processo histórico da criação da universidade, da qual os dirigentes do jornal *O Estado de S. Paulo* participaram efetivamente.

O segundo capítulo buscará discutir as resenhas enquanto leituras que evidenciam virtudes epistêmicas, valores e condutas acionadas pelos resenhistas para qualificar e legitimar – ou não – o trabalho dos autores resenhados. Diante disso, serão investigadas virtudes que demonstram preocupações em relação à pesquisa documental, ao trabalho de desmistificação de uma memória hegemônica e ao estilo narrativo e o alcance de determinados públicos.

Já o terceiro capítulo tratará das renovações e preocupações historiográficas da década de 1980, partindo da crise dos paradigmas hegemônicos na segunda metade do século XX bem como, mais especificamente, do debate social sobre a redemocratização e a Constituição de 1988 que possibilitaram que outras perspectivas e abordagens irrompessem sob a historiografia brasileira. Para tanto, será discutido o contexto do processo de transição democrática brasileira e como certas modificações no campo da história apareciam no suplemento *Cultura*. Diante desse último ponto, a investigação também se concentrará em uma preocupação específica: a emergência da memória, analisada nesse trabalho em duas frentes: a comemoração de efemérides e a questão dos Arquivos.

2 O QUE É O SUPLEMENTO E QUEM SÃO OS(AS) HISTORIADORES(AS) QUE NELE ESCREVEM?

2.1 O LUGAR DOS SUPLEMENTOS CULTURAIS NA HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA

“Todo jornalismo é cultural.” De acordo com o jornalista José Salvador Faro (2006, p. 151), essa afirmação esconde “uma incompreensão radical quanto aos desdobramentos concretos da atividade jornalística e a possibilidade de que ela possa tomar corpo em um tipo específico de cobertura, com interseções próprias, lógicas próprias, especificidades etc.” Dessa forma, mesmo que todo o jornal traga um conjunto de elementos simbólicos, de dimensão cultural, uma parte específica para a cultura apreende, de forma geral, “temas ligados às artes, às letras, à filosofia, à religião, à dança, enfim, assuntos que valorizam as realizações interiores e espirituais” (SIQUEIRA; de SIQUEIRA, 2007, p. 08). Sendo assim, “o jornalismo cultural é visto (também) como um espaço público da produção intelectual” (FARO, 2006, p. 150).

Mesmo que nosso objeto de estudo, o suplemento *Cultura*, esteja localizado temporalmente entre as décadas de 1980 e de 1990, para entendermos melhor a lógica de suas publicações precisamos considerar a emergência desse tipo de suplemento cultural na imprensa brasileira. Dessa forma, é necessário recuar algumas décadas, até 1950, para dar conta de algumas questões que nos ajudam a pensar o espaço que os suplementos culturais possuem no jornalismo brasileiro. Questões referentes à modernização da imprensa brasileira a partir da década de 1950, quando começa a ser implementado um “novo” tipo de jornalismo, com a substituição do modelo francês — mais próximo do político e do literário, ou seja, mais crítico e formativo —, pelo modelo norte-americano — mais objetivo e informativo.¹⁰ Uma vez que a seção geral do jornal pretendia a objetividade, era preciso segmentar o conteúdo em cadernos e suplementos para dar conta das demandas específicas de cada perfil de leitor do jornal. É nesse contexto que se proliferam os suplementos, sobretudo os literários, publicados aos finais de semana para dar conta dos assuntos culturais que não encontram mais lugar no corpo diário do jornal.

Assim, antes do *Cultura*, *O Estado de S. Paulo* publicou o *Suplemento Literário* (1956-1974), considerado o empreendimento mais bem-sucedido do jornal (ABREU, 1996). Em 1974,

¹⁰ De acordo com a historiadora Ana Paula Ribeiro Goulart (2003, p. 15), com o modelo de jornalismo informativo norte-americano, “ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, recusando vínculos explícitos com a literatura e a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua eficácia.”

o *SL* deixa de circular e, em 1976, é substituído pelo *Suplemento Cultural*, que embora busque reatar a tradição formativa de seu antecessor, dedica-se à divulgação científica universitária em detrimento da crítica e criação literárias. Como sucessor de ambos, *Cultura*, lançado em 1980, foi para o Estadão uma última tentativa de conciliar a tradição formativa de um suplemento como o *SL* com as mudanças ocorridas no jornalismo cultural na década de 1980.

Portanto, para dar conta das permanências e rupturas do lugar dos suplementos na imprensa, este subcapítulo se dividirá em três partes. A primeira parte, sobre o *Suplemento Literário* e o contexto de 1950 e 1960; a segunda, sobre o *Suplemento Cultural* e a nova configuração do suplemento para a década de 1970; e uma última parte sobre o *Cultura* e sua pretensão de conciliar a tradição com a modernização.

2.1.1 O SUPLEMENTO LITERÁRIO E A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA DE 1950

Em 06 de outubro de 1956, *O Estado de S. Paulo* começou a editar o *Suplemento Literário* (1956-1974), um caderno cultural que foi idealizado por Antonio Candido e dirigido por Décio Almeida Prado.¹¹ Segundo a jornalista Elizabeth Lorenzotti — que elaborou sua dissertação de mestrado sobre o *Suplemento Literário* do *Estado de S. Paulo* —, em documento enviado à equipe de redatores do Estadão, Candido afirma a vontade de criar um caderno que não fosse nem tão jornalístico e nem tão erudito (LORENZOTTI, 2007, p. 48). Em seu primeiro número, no canto superior esquerdo, podia ser lido o texto de apresentação escrito pelo então diretor, Décio de Almeida Prado, que enfatizava o lugar de um suplemento no jornal:

(...) O primeiro problema que tivemos de enfrentar, naturalmente, foi o das relações entre as edições diárias do jornal e o Suplemento, determinando o campo de ação de cada um, de maneira a não haver duplicidade de funções ou diversidade de pontos de vista. O jornal, por definição, por decorrência, poder-se-ia dizer, da própria etimologia da palavra, vive dos assuntos do dia: a crise política mais importante é a do momento; o livro, o último a aparecer; a personalidade, aquela que acaba de chegar; a peça de teatro ou fita cinematográfica, as que estrearam na véspera ou na antevéspera. A perspectiva do Suplemento tinha, pois, de ser outra, mais despegada da atualidade, mais próxima da revista, que, visando sobretudo a permanência, pode dar-se ao luxo de considerar mais vital a crônica dos amores de um rapaz de dezoito e uma menina de quinze anos, na Verona pré-renascentista, do que qualquer fato de última hora, pelo

¹¹ Segundo a jornalista Elizabeth Lorenzotti (2007), em 1954, em razão do IV centenário de São Paulo, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido direcionou duras críticas à redação do jornal *O Estado de S. Paulo* por publicar anúncios em demasia no suplemento especial daquela comemoração. Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal, procurou então por Antonio Candido para realizar um projeto de suplemento literário para o jornal *O Estado*. Desse projeto surgiu, em 1956, o *Suplemento Literário* (*SL*).

motivo de que as crises, as guerras, até os impérios, passam com bem maior rapidez do que os mitos literários, muitos dos quais vêm acompanhando e nutrindo a civilização ocidental há pelo menos trinta séculos (Suplemento Literário do Estado de S. Paulo, 06 out. 1956, ed. nº 01, p. 01).

Esse trecho estabelece uma distinção entre o suplemento e o jornal. Como o próprio autor da apresentação indica, ao jornal caberiam os assuntos da ordem do dia, da atualidade e da novidade. O suplemento, por sua vez, deveria estar desapegado de tudo isso. A primeira impressão é a de que parece existir uma dicotomia entre jornal e suplemento ou, dito de outra forma, entre a novidade e a permanência, ou ainda entre a agilidade e a lentidão. Mais do que propostas conflitantes, merece destaque a justificativa de Prado e o que ela tem a nos sugerir sobre sua concepção de literatura e de como esta deveria estar inserida nas páginas de um jornal: os assuntos literários deveriam destacar as permanências culturais, uma vez que “os mitos literários” são, a seu ver, os que “nutrem a civilização ocidental”.

Contudo, destaca-se que a criação de suplementos em jornais brasileiros na década de 1950 foi uma ação modernizante da imprensa, ou seja, foram criados por e para a modernização. Mas, antes de explicar-se o porquê desta afirmativa, é necessário que se destaque a que modernização estamos nos referindo.

Na década de 1950 acontecem profundas transformações em todos os segmentos da sociedade brasileira. O país recém entrava em regime democrático e passaria a estimular cada vez mais a liberdade de expressão e de pensamento. Ainda no final dos anos de 1940 o país passava pela intensificação do processo de urbanização que vinha ocorrendo desde as primeiras décadas do século XX. Para o historiador Marcos Napolitano (2001), ao tratar desse processo de urbanização não se pode desconsiderar “dois fenômenos correlatos: migração (do norte para o sul e do interior para a capital) e a industrialização” (NAPOLITANO, 2001, p. 12). Nesse mesmo processo, o rádio, que vinha se ampliando desde 1930, ganhou novo patamar na década de 1950, a servir sobretudo para as camadas populares como “fonte de informação, de lazer, de sociabilidade, de cultura” (NAPOLITANO, 2001, p. 13). Destaca-se também que segmentos culturais como os mencionados na apresentação do suplemento, o Cinema e o Teatro, foram renovadas e reformatadas as suas linguagens, bem como redirecionados os debates das temáticas sociais e políticas. Importante expressão desse movimento foi o impulso, no começo da década de 1960, do Cinema Novo, com diretores como Glauber Rocha e a reflexão sobre os problemas sociais no Brasil. Do rádio e do cinema surgiram, como afirma Napolitano, “as primeiras formas de indústria cultural no Brasil, representando conteúdos culturais vivenciados pelas classes populares, em meio à um processo de urbanização crescente” (NAPOLITANO, 2001, p. 15). Em outra medida, na segunda metade da década, o governo de Juscelino

Kubischek (1956-1961) impulsiona o processo de industrialização por uma ideologia nacional-desenvolvimentista, o conhecido Plano de Metas e a promessa de fazer o país crescer “50 anos em 5”, o que ampliou consideravelmente o consumo por bens culturais.

Também a imprensa foi afetada por esse contexto. Destaca-se, por exemplo, o investimento no setor de publicidade e de propaganda, e das agências publicitárias nacionais e estrangeiras, que passaram a modificar a lógica dos meios de comunicação e do seu funcionamento. A historiadora Alzira de Abreu (1996) afirma que os jornais “passaram a obter 80% de sua receita dos anúncios” (ABREU, 1996, p. 17), o que teria contribuído para maior autonomia das empresas frente às subvenções do Estado, bem como a possibilidade de certa independência editorial. Sendo assim, a grande imprensa brasileira se vê afetada pela aceleração da vida cotidiana e a ascensão da lógica empresarial mercadológica que também se reflete na própria formação profissional dos jornalistas.

Até esse momento, compreendia-se enquanto jornalista o intelectual que, independentemente de sua formação, escrevia nos jornais. Era comum encontrar como redatores, intelectuais formados nas academias de Direito, por exemplo, ou então escritores e literatos. Contudo, no final da década de 1940 e início da seguinte, proliferaram cursos superiores de formação propriamente no campo do jornalismo ou da comunicação. Os cursos de comunicação e jornalismo da Fundação Casper Líbero, em São Paulo, apesar de terem surgido em 1943, só tiveram funcionamento regularizado em 1947, enquanto no Rio de Janeiro os cursos de ensino superior em jornalismo apareceram pela primeira vez na Universidade do Brasil em 1948 e, depois, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO), em 1951 (RIBEIRO, 2003). Assim, a formação específica na área do jornalismo impôs um novo caráter profissional para os intelectuais que estavam nos jornais, o que ocasionou a busca por contratação desses novos jornalistas formados nos então recentes cursos superiores.

Nos anos de 1950 aconteceu no Brasil outro fenômeno que atingiu diretamente a imprensa: a importação de ideias e padrões dos Estados Unidos. Jornais diários do Rio de Janeiro, como o *Diário Carioca*, o *Jornal do Brasil*, a *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, preocuparam-se em implementar o modelo da imprensa norte-americana. Isso se deu, em grande medida, por causa dos dirigentes desses jornais, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer que, na década de 1940, estiveram nos EUA. Pompeu de Souza com o *Diário Carioca*, por exemplo, buscava substituir o tradicional nariz-de-cera pelo *lead*,¹² além de

¹² Tanto o nariz-de-cera quanto o *lead* são técnicas usadas no jornal para introduzir a notícia para o leitor. A principal diferença entre os dois é que o nariz-de-cera se caracteriza pela linguagem pouco objetiva, com texto longo e rebuscado, além de opinativo. Já o *lead*, que segundo a historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2003)

introduzir a técnica da “pirâmide invertida”¹³ e o *copydesk*.¹⁴ Com os novos padrões, os jornais deveriam buscar o caráter objetivo que privilegia a informação em detrimento da opinião, a deixar de lado o “antigo” modelo francês, caracterizado por sua aproximação com a literatura e a política, além de marcado pela crítica e pela opinião.¹⁵

Neste cenário compreende-se os contornos da proliferação dos suplementos na década de 1950. Pode-se dizer que é nesse contexto que o jornalismo cultural entra na lógica da indústria cultural (GADINI, 2009). Ainda, devido às mudanças estruturais na imprensa e ao contexto social brasileiro, emergiu nessa época, uma grande tendência à segmentação dos jornais, sobretudo, naqueles de grande circulação, em que os suplementos seriam uma forma de dar conta da cobertura do campo cultural. Segundo a jornalista Carmem Carvalho (2007), a segmentação da informação em um suplemento de jornal se aproxima da configuração de uma revista em que se mistura “o factual cotidiano ao jornalismo esmerado do informativo semanal”, fazendo com que “os suplementos [deixem] de ser efêmeros, menos descartáveis do que o próprio jornal que lhes dá sustentação e passam à transcendentalidade” (CARVALHO, 2007, p. 7). Se os jornais diários se agilizaram para acompanhar a aceleração do tempo, para dar conta da velocidade na divulgação das notícias cotidianas, os suplementos buscaram o oposto: desacelerar, impor uma ordem temporal, como diz a apresentação do *Suplemento Literário*, “mais desapegada da atualidade, visando sobretudo a permanência”.

Por geralmente possuírem periodicidade semanal, os suplementos possibilitam à redação mais tempo para preparação das matérias neles veiculadas, uma vez que não demandavam que fossem levadas a público até o início de cada dia. Publicados nos sábados ou nos domingos, seria possível abordar — ou aprofundarem — temáticas que não caberiam nos cadernos diários. Segundo Carvalho, “a falta de matérias ‘quentes’ leva à superabundância

seria a expressão máxima do jornalismo moderno, se caracteriza por uma técnica que visa responder seis perguntas objetivas: “quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? E porquê?” (RIBEIRO, 2003, p. 149). Diferente do nariz-de-cera, essas perguntas básicas garantiam a objetividade das informações dadas pela narrativa do acontecimento.

¹³ A “pirâmide invertida” consistia em uma técnica de montagem de texto que buscava trazer na narrativa, informações em ordem decrescente de interesse do leitor. Ou seja, se montava o texto com a seguinte lógica: se classificava as informações por ordem de relevância e todas as que eram mais relevantes ficariam no início do texto e continuaria decrescendo até o final do texto, a “ponta da pirâmide”. Essa lógica servia para que o leitor que não quisesse ou não tivesse tempo de ler a notícia por inteiro, pudesse apreender suas informações mais relevantes.

¹⁴ O *copydesk* ou “copidesque” é uma função que um conjunto de redatores desempenhavam para revisar ou editar as matérias, garantindo-lhes um estilo único. Segundo Ribeiro, “seu papel era essencialmente disciplinar: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas da redação” (RIBEIRO, 2003, p. 151).

¹⁵ Trata-se da lógica empresarial avessa à política. Porém, conforme afirma a historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2003), todos os jornais cariocas que empregavam esse discurso “em graus variados, adotaram as técnicas modernas como armas de luta política” (RIBEIRO, 2003, p. 156). Ainda para a autora, os jornais não deixaram de cumprir “um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade” (RIBEIRO, 2003, p. 156).

das ‘frias’”, isso quer dizer que além da preocupação em “fazer as matérias diárias, era preciso preparar para os finais de semana uma ‘especial’, que era uma reportagem mais aprofundada” (CARVALHO, 2007, p. 13). Assim, a segmentação do jornal em suplementos proporciona alcançar tanto o público ordinário (da ordem do dia) com as notícias diárias, quanto leitores específicos, com os suplementos temáticos. Público referencial que também aparece no texto de inauguração de Décio de Almeida Prado ao propor um caderno que privilegiaria pessoas letradas, com certa familiaridade com a literatura ocidental, capazes de se identificar com essas inatualidades latentes como “a crônica dos amores de um rapaz de dezoito e uma menina de quinze anos, na Verona pré-renascentista, do que qualquer fato de última hora”.

Sendo assim, o suplemento é uma boa alternativa para segmentar as informações da imprensa escrita, uma vez que por definição se configura, como afirma Silviano Santiago, “enquanto uma parte adicional do jornal em que, na falta deste, o todo não fica incompleto” (SANTIAGO, 1993, p. 14). Ainda segundo o autor, é nos suplementos que “a literatura (contos, poemas, ensaios, crítica) passou a ser esse algo a mais que fortalece semanalmente os jornais, (...) tentando motivar o leitor apressado dos dias da semana a preencher o lazer do *weekend* de maneira inteligente” (SANTIAGO, 1993, p. 14). Dessa forma, o *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo* circulava toda semana aos sábados, com seis páginas (com exceção do primeiro número, que teve quatro páginas).

Somado a isso, no período também houve a emergência da produção intelectual e do fortalecimento desse campo no debate e circulação de ideias (ABREU, 1996), quando os suplementos literários se destacaram como formadores de “redes de sociabilidade para muitos intelectuais na década de 1950, e juntamente com os cafés, os salões, os revistas literárias e as editoras, permitiram a estruturação do campo intelectual.” (ABREU, 1996, p. 23). Não à toa, o *Suplemento Literário* vai ter seu corpo editorial formado por intelectuais de um grupo majoritário. Por exemplo, tanto seu idealizador, Antonio Candido, quanto seu diretor, Décio de Almeida Prado, além da maioria dos intelectuais que integravam o suplemento em um primeiro momento, escreviam na década anterior para a Revista *Clima* (1941-1944), periódico acadêmico que fundaram quando alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Pode-se dizer, inclusive, que a *Revista Clima* foi um passo fundamental para a idealização do *Suplemento Literário* em 1956 (LORENZOTTI, 2007).



Graficamente, o suplemento possuía o mesmo tamanho do restante do jornal, em formato *standard*, bem como as tradicionais oito colunas. Quem cuidava da parte gráfica, de 1956 a 1961, era o artista italiano Ítalo Bianchi, contratado por sugestão de Gilda de Mello e Souza (LORENZOTTI, 2007, p. 62). “No centro ou no pé da primeira página havia espaço para a reprodução de desenhos ou gravuras sem ligação com os textos” (LORENZOTTI, 2007, p. 62), como podemos observar na Figura 1. É ainda interessante notar que não havia anúncios no suplemento, o que também o diferenciava do conjunto do jornal. Além disso, o suplemento se

configurava por textos extensos sobre as vanguardas literárias e artísticas, com seções fixas dedicadas ao mundo da literatura compostas por críticas literárias e resenhas de livros, bem como de seções livres, as quais contavam com a colaboração de intelectuais da área das artes plásticas, do cinema e do teatro.

O *SL* foi um grande exemplo para os suplementos da década de 1950 e, embora tenha conseguido sobreviver até meados da década de 1970 por seu caráter “lento” — ou seja, por sua “raiz fincada no emprego do tempo burguês” em que “a notícia que transmite a ação ocupa o burguês durante os dias de trabalho, enquanto a matéria literária que reclama o tempo da contemplação o envolve durante os dias de lazer” (SANTIAGO, 1993, p. 14) —, a crise do papel que o Brasil enfrentou,¹⁶ entre outros fatores, fez com que este modelo fosse perdendo espaço até deixar de existir nas décadas seguintes. O fato ainda de não haver espaço para anunciantes no suplemento, fazia com que fosse uma área pouco rentável para o jornal. Sendo assim, o *SL* do *Estado de S. Paulo* se reestruturou em 1969, deixando de ser dirigido por Décio Almeida Prado para ficar sob o comando do jornalista Nilo Scalzo. Em 1974 o *Suplemento Literário* deixou de circular, cedendo espaço para uma edição especial dos cem anos do jornal, intitulada “Suplemento do Centenário” (1975-1976). Com o término do suplemento comemorativo, o jornal passou a editar, entre 1976 e 1980, o que viria a ser o sucessor do *Suplemento Literário*, o *Suplemento Cultural*. Este, por sua vez, marcou um outro tempo da história dos suplementos na imprensa brasileira.

2.1.2 UM NOVO FORMATO EM 1970: SUPLEMENTO CULTURAL E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Pode-dizer que a modernização do Estadão a partir da década de 1960 foi motivada em larga medida por sua rivalidade com a *Folha de São Paulo*. Um exemplo disso foi a criação, pela família Mesquita, controladora da empresa jornalística, do *Jornal da Tarde*, em 1966, que,

¹⁶ Segundo a historiadora Alzira Alves de Abreu (2002, p. 08), “com a crise do petróleo em 1973, o papel de imprensa passou de US\$ 171,00 a tonelada, em 1971, para US\$ 320,00 em 1974 – um aumento de 187%.” Como consequência da elevação dos preços do papel, o historiador Nelson Werneck Sodré (1999, p. 410), afirma que “inúmeros jornais haviam desaparecido; outros haviam comprimido as despesas, reduzindo o número de páginas e dispensando empregados e colaboradores; terceiros continuaram a circular, mas com enormes dificuldades.” Disso, resultou o privilégio e monopólio do mercado, controlado pelas grandes empresas jornalísticas nacionais, em que “o fortalecimento do monopólio de informações e de opinião restringe, automaticamente, o campo de escolha de diferentes setores sociais e econômicos: leitores, anunciantes e profissionais de imprensa que vêm a lei da oferta e procura sofrer assustadora modificação a seu desfavor.” Grandes empresas jornalísticas como o *Estado de S. Paulo*, se associam aos interesses multinacionais do ramo da publicidade, virando, por vezes, um volumoso “catálogo de publicidade” (SODRÉ, 1999, p. 415).

segundo o jornalista Juarez Bahia (1990), fora uma atitude de reação “à expansão das *Folhas* (que circulam sete dias, com vários títulos do mesmo grupo disputando todos os espaços do mercado)” (BAHIA, 1990, p. 185). Em uma mesma direção, na década seguinte, ocorreu o processo de automação das redações, movimento em que “a imprensa diária e as revistas semanais empregam processos computadorizados de edição. Entre os grandes jornais, a *Folha de S. Paulo* é pioneira, seguindo-se a ela *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Entre as publicações semanais de informação, *Manchete* e *Veja*” (BAHIA, 1990, p. 374).

Assim, no final da década de 1960 e início da década de 1970, a maioria dos jornais já havia abandonado os suplementos literários. Mais do que essas mudanças na estrutura técnica dos jornais, Silviano Santiago denunciou que a *desliteraturização da imprensa* aconteceu por culpa das Faculdades de Letras, com a dicotomia entre os universitários e os autodidatas na crítica literária. Para o autor, “preenchido o vazio pelos ‘divulgadores’, há alguns anos sente-se falta nos jornais e revistas (...) de uma nova fórmula, curta mas com tônus, músculos críticos mais acentuados”. (SANTIAGO, 1993, p. 16). Nesse novo momento, o campo acadêmico, universitário, tomou conta das páginas sobre cultura na imprensa brasileira. E como ficam os suplementos?

Vale ressaltar que “os suplementos precisam ser pensados de modo a atrair um nicho específico de consumidores (CARVALHO, 2007, p. 08). Sendo assim, conforme os tempos, altera-se a demanda por cultura e os suplementos precisam se atualizar. De certa maneira, o jornal *O Estado de S. Paulo* tentou seguir uma tradição do *Suplemento Literário* no *Suplemento Cultural* (SC), a começar pela equipe editorial: o SC tinha como editor chefe o jornalista Nilo Scalzo, o mesmo que comandou seu antecessor, entre 1969 e 1974. Além disso, no editorial da primeira edição o jornalista evidencia:

O Suplemento Cultural não só reata a tradição do Suplemento Literário, mas amplia o campo de atuação deste, atendendo ao fato de exigirem as características do mundo atual uma publicação mais abrangente, que não se contenha nos limites da crítica e da criação literária, mas forneça ao leitor informações e comentários sobre artes, ciências humanas, ciências naturais, ciências exatas e tecnologia (Suplemento Cultural do Estado de S. Paulo, 17 out. 1976, ed. nº 01, p. 01).

A primeira questão levantada pelo trecho é a preocupação em manter a tradição com o *Suplemento Literário*, para assim poder se atualizar. Podemos começar a refletir pela própria mudança de nome. Se o suplemento é do mesmo jornal, tem o mesmo editor-chefe e afirma sua tradição, por que não se manteve o mesmo nome? Ou seja, por que o *Cultural* substitui o *Literário*?

É verdade que *cultura* é mais abrangente que *literatura*. Mas, para o SC, ser mais abrangente significaria dar conta, além das artes e da literatura, das ciências, a saber as ciências humanas, ciências naturais, ciências exatas e tecnológicas. Trata-se, portanto, de uma nova configuração do suplemento, com um novo nicho específico, aquele destinado à divulgação científica. No período em que o SL surgiu, parecia ainda possível ceder espaço para a crítica literária e artística. Isso ficou mais difícil com o passar dos anos, uma vez que as décadas seguintes consolidaram, como já mencionado, a profissionalização do jornalismo pelos cursos superiores em jornalismo e comunicação. O mesmo movimento acontece em outras áreas científicas. Pode-se dizer que a partir da década de 1970, com a reforma nas universidades e a reformulação do ensino em diversas áreas do conhecimento, os quadros da pesquisa e da educação foram alterados consideravelmente no Brasil. O sociólogo Simon Schwartzman (2001) ressalta que, nesse contexto, o ensino superior passou por uma profunda reorganização e entrou numa década de rápida expansão, quando vários órgãos foram criados, ocorrendo aumento de investimentos em ciência e tecnologia. É o momento, por exemplo, em que a pós-graduação e a pesquisa começavam a ganhar contornos e, como afirma a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2016), “passavam lentamente a ocupar um lugar-chave, com investimentos expressivos para estruturar a pós-graduação em detrimento da graduação” (FERREIRA, 2012, p. 31). Além disso, segundo Ferreira, em diálogo com o historiador Manuel Domingos (2004), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apesar de terem sido criadas em 1951, só se firmaram enquanto instituições de apoio à pesquisa e desenvolvimento científico na ditadura militar (DOMINGOS, 2004 *apud*. FERREIRA, 2016, p. 30). Por outro lado, vale ressaltar que as iniciativas do governo ditatorial nas universidades brasileiras se deram de forma “paradoxal”, como chama a atenção o historiador Rodrigo Pato Sá Motta (2014). Isso significa que as universidades eram instituições que o regime militar, “simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar” (MOTTA, 2014, p. 84).

Dessa forma, a colaboração de universitários nos jornais e suplementos culturais cresceu consideravelmente a partir desse período. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo* (USP) é ainda mais fácil de compreender essa articulação com as universidades e as atividades científicas, uma vez que seus dirigentes estiveram por trás da criação da Universidade de São Paulo, por exemplo. Se pensarmos no próprio *Suplemento Literário*, podemos observar a especificidade do jornal *O Estado de S. Paulo* quanto a essa contribuição universitária. Antonio Candido e seus colegas se constituíam como professores e alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras da USP e, embora ainda na década de 1950 defendessem a crítica e a criação literária de qualidade produzida na primeira metade do século XX, eles possuíam um perfil marcadamente acadêmico. Provavelmente esta é uma das tradições que o *Suplemento Cultural* ainda carregou, pois sua equipe editorial e seus colaboradores eram majoritariamente intelectuais ligados às universidades, sobretudo a Universidade de São Paulo. Essa articulação é confirmada por Alzira de Abreu (1996), ao analisar o *Suplemento Literário do OESP*, quando aponta que a colaboração da USP acontecia com a apresentação de “resultados de pesquisa (...) [e] resenhas bibliográficas, principalmente na área de Ciências Humanas. Encontramos aí o sociólogo francês Roger Bastide, Egon Schaden, P. E. Sales Gomes, Gilda Melo e Souza, Florestan Fernandes, Maria Izaura (sic) Pereira de Queiroz” (ABREU, 1996, p. 53).

Figura 2 – As três primeiras páginas da primeira edição do *Suplemento Cultural*, de 17 de outubro de 1976.

Suplemento Cultural

O ESTADO DE S. PAULO sexta-feira 17 outubro 1976



A literatura de Lima Barreto

Prever terremotos: uma atividade científica

Os problemas de energia no Brasil

Suplemento Cultural

O ESTADO DE S. PAULO

17 OUTUBRO DE 1976

Editorial

A publicação do *Suplemento Cultural*, cujo primeiro número circula hoje, marca a retomada de uma das mais caras tradições de "O Estado de S. Paulo", para o qual a função formativa da imprensa não é menos importante que a informativa. Para esta função, ambas se completam, uma vez que é precisamente a diversidade de informação em todos os campos, a informação limpa e segura, que possibilita a ampla interpretação e a justa avaliação do alcance dos fatos, sejam eles referentes à vida cotidiana, às especulações do mundo político, ou às conquistas da ciência em seus diferentes ramos. A imprensa sempre tem papel no mundo moderno fazendo chegar com rapidez a informação dos fatos e sua interpretação. Tão importante quanto a liberdade de informação é a liberdade do exercício da crítica à qual a imprensa não pode faltar e sob pena de desvirtuar seu papel de veículo formador da opinião pública. A crítica, qualquer que seja o campo em que se exerça, ocupa lugar de maior importância no livre debate das ideias e no exercício da inteligência, sem o qual não se poderia justificar nenhuma publicação verdadeiramente cultural.

O *Suplemento Cultural* não só se encaixa na tradição do *Suplemento Literário*, mas amplia o campo de atuação desta, atendendo ao fato de exigir as características do mundo atual uma publicação mais abrangente, que não se contenha nos limites da crítica e da criação literária, mas forneça ao leitor informações e comentários sobre artes, ciências humanas, ciências naturais, ciências exatas e tecnologia. Se é verdade que a divulgação da ciência constitui ainda hoje capítulo controverso dentro da programação dos veículos de comunicação, por não se definir o caminho a tomar — o da vulgarização simplificada ou o do rigor e preciso monótono dos especialistas —, não é o mesmo o fato de que o desafio por si só passa a ser motivação estimulante para o próprio cientista, que, tem, dessa maneira, a possibilidade de tentar expor aos leitores, em linguagem acessível, os resultados de seu trabalho especializado, sem trair seus objetivos. O fato mesmo de achar-se a ciência a cada dia mais integrada à existência do homem constitui razão suficiente para que se ligue a informação e o debate sobre suas conquistas a número crescente de pessoas, que, por sua vez, só podem usufruir realmente dos benefícios desse conhecimento se não se restringirem ao papel de meros receptores passivos, degustadores de mensagens facilmente digeríveis.

Não há dúvida que a cultura precisa de interpretações de vários naturezas, sobretudo desde que se torna opressiva a influência dos veículos de comunicação de massa. Se há, de um lado, os que associam a noção de cultura a tudo o que representa passado, seguindo-a desprovida de interesse atual, quando não para historicismo, há, de outro, os que pretendem vulgarizá-la, sem zelar pela qualidade da informação. Patrimônio espiritual do homem, não pode a cultura ser deturpada a pretexto de ser popularizada. O que importa fazer, isto sim, é reunir e proporcionar condições para que um número cada vez maior de pessoas possa tirar proveito do que ela representa, como força que eleva o sentido da vida humana.

Nosso primeiro número, o *Suplemento Cultural* oferece-lhe uma série de propostas que orientam sua publicação: informar o leitor, pôr palavras dos especialistas, do que se faz nos diferentes setores da atividade cultural.

No campo literário, Lima Barreto, ou melhor, sua vida e obra de romancista, é objeto de uma análise com base nos depoimentos do próprio escritor. Já as últimas reflexões de Sartre sobre literatura e outros assuntos permitem extrair de leitura de seu livro mais recente a imagem de um pensador que contrasta com o que se projeta aos olhos. O biógrafo da morte de Daniel Home, que transcorre este ano, oferece novo estudo de aspectos diversos da sua obra de filósofo e historiador. Um novo conceito do cerrado defez a antiga impressão de que se trata de terra seca, imprópria para o cultivo. Há necessidade de modificar os padrões de consumo de energia ora em vigor em nosso País, tendo em vista as alterações profundas sobrevenidas nestes últimos 25 anos! Estes são alguns dos temas debatidos por nossos colaboradores no primeiro número do *Suplemento Cultural*.

N.S.

Índice

novas possibilidades, por Mario G. Ferri... 9

Letras

A literatura de Lima Barreto... 3

Uma nova imagem de Sartre, feita de entrevistas e transcrições, por Lúcia Peres-Mendes... 4

Ciências Humanas

A importância crescente do passado... 11

A importância do passado do Brasil e do presente... 12

Ciências Exatas e Tecnologia

Um novo conceito do cerrado defez a antiga impressão de que se trata de terra seca, imprópria para o cultivo... 13

Artes

A morte de Stanley Baker nas polívoras de Richard Berman, por Sérgio Vanni... 14

A restauração da Igreja, por Mito Lúcia... 15

Suplemento Cultural

17 OUTUBRO, ESTADO DE S. PAULO

PÁGINA 3 (ANO 110, NÚMERO 1)

Os olhos, o barco e o espelho

Para Lima Barreto, a literatura é uma atividade científica. Ele vê a literatura como uma forma de conhecimento, uma maneira de entender o mundo e a sociedade. Ele acredita que a literatura deve ser capaz de prever terremotos, de antecipar os problemas da humanidade. Ele vê a literatura como uma atividade científica, uma maneira de entender o mundo e a sociedade. Ele acredita que a literatura deve ser capaz de prever terremotos, de antecipar os problemas da humanidade.

Para Lima Barreto, a literatura é uma atividade científica. Ele vê a literatura como uma forma de conhecimento, uma maneira de entender o mundo e a sociedade. Ele acredita que a literatura deve ser capaz de prever terremotos, de antecipar os problemas da humanidade. Ele vê a literatura como uma atividade científica, uma maneira de entender o mundo e a sociedade. Ele acredita que a literatura deve ser capaz de prever terremotos, de antecipar os problemas da humanidade.

Fonte: Acervo Estadão, *Suplemento Cultural*, 17 out. 1976, ed. n° 01, p. 01, 02 e 03.

A Figura 2 apresenta imagem com as primeiras três páginas do primeiro número publicado do *Suplemento Cultural*. Estão juntas pois o que se intenta demonstrar é a configuração de seu suporte. Podemos observar um suplemento bem diferente do *Suplemento Literário* em termos gráficos. A começar pela questão mais evidente: seu formato. O *SL*, como vimos, foi impresso em formato *standard*, como o resto do jornal, diferente do *SC* que era em *tabloide*, modelo comum entre revistas e jornais de Porto Alegre, como *Zero Hora*, bem como em jornais de tiragem limitada, como os da imprensa alternativa ou a imprensa chamada “nanica”. Inclusive, sua configuração lembra muito uma revista. A primeira página é como se fosse sua “capa”, diferente do *SL*, que já trazia o conteúdo das matérias para a página inicial. O *SC* utiliza esse espaço para imagens, desenhos ou fotos que introduzem o conteúdo da edição, assim, no número de inauguração do *SC*, é como se Lima Barreto estivesse posando para a capa do suplemento, com a reprodução de uma foto sua que toma o espaço central da folha, bem como as outras imagens ao fundo, que dão a impressão de quadros dispostos atrás de Barreto. Além das imagens, podemos observar também “chamadas” do que seriam os principais artigos daquele número: “a literatura de Lima Barreto”; “prever terremotos: uma atividade científica” e “os problemas da energia no Brasil”. Já na segunda página, encontramos do lado esquerdo uma estreita coluna com informações sobre o jornal e a equipe editorial do suplemento, no centro está o editorial da edição, sempre escrito por Nilo Scalzo e, abaixo, o índice com as grandes áreas abordadas e os artigos de cada seção, indicando a página em que se encontram. Na terceira, que diz respeito ao início do texto de Antonio Candido sobre Lima Barreto, pode-se observar a diferença desse novo formato para o do *Suplemento Literário*: as oito colunas foram reduzidas à metade. Em relação ao o número de páginas aconteceu o inverso: se no *SL* eram seis páginas, no *SC* o número dobrou, passando a figurar com doze a dezesseis páginas, provavelmente por causa da ampliação dos temas abordados e considerando que cada texto possuía cerca de duas páginas. Vale destacar que já na edição inaugural pode-se observar a presença de intelectuais da Universidade de São Paulo (USP). Na primeira página, no canto esquerdo, onde são publicadas as informações editoriais, pode-se observar nome e profissão ou vínculo institucional dos colaboradores do número. Dos doze intelectuais, dez são vinculados à USP, entre eles, o próprio Antonio Candido, mas também outros, como a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva e o filósofo Roque Spencer Maciel de Barros.

Embora modificações consideráveis tenham sido realizadas entre o *SL* e o *SC*, em especial em sua configuração gráfica, e apesar também das alterações do conteúdo e do que se entendia conceitualmente como cultura no suplemento, o jornal *O Estado de S. Paulo* pretendia

manter uma qualidade de conteúdo, dando continuidade à ideia de que, para esse jornal, a formação importava tanto quanto a informação.

Quatro anos depois do início de sua circulação, o *Suplemento Cultural* deixou de ser publicado definitivamente, no dia primeiro de junho de 1980, com 187 edições, cedendo espaço para um novo suplemento, *Cultura*, o que viria a ser a última tentativa de *O Estado de S. Paulo* em produzir um caderno que conciliaria a tradição formativa do *Suplemento Literário* com o presente da década de 1980, em que os jornais se inseriam, de modo irreversível, na lógica da indústria cultural do final do século XX.

2.1.3 O CULTURA: UMA CONCILIAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Em 15 de junho de 1980 era publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* um novo suplemento, *Cultura*. Se entre o *Suplemento Literário* e o *Suplemento Cultural* havia a ideia de continuidade, a começar pela própria manutenção de sua equipe editorial, com a direção do jornalista Nilo Scalzo em ambos os suplementos, *Cultura* parecia muito mais desgarrado dessa permanência. Pode-se dizer que o grupo em torno do SL e do SC consistia em sujeitos de uma mesma geração, a saber, aqueles nascidos na primeira metade do século XX, e que possuíam uma concepção de jornalismo e de cultura bastante semelhante. Se pensarmos apenas nos diretores de cada suplemento isso já fica explícito: Décio de Almeida Prado e Antonio Candido, que comandavam o *Suplemento Literário*, nasceram em 1917 e 1918, respectivamente. Nilo Scalzo, diretor do *Suplemento Literário* entre os anos de 1960 e 1970, nasceu em 1929. Apesar de uma década de diferença entre este e os dois primeiros, Candido, Prado e Scalzo eram amigos próximos e integravam o mesmo grupo de intelectuais ligados, sobretudo, à crítica literária e artística.

Sendo assim, é possível que, pelas redes que conformam esses três sujeitos, a continuidade entre o *Suplemento Literário* e o *Suplemento Cultural* fosse mais expressiva. Distintamente, *Cultura* era comandado pelo jovem jornalista, com 28 anos na época, Fernão Lara Mesquita. Nascido em 1952, iniciou sua carreira em *O Estado de S. Paulo* em 1973, desempenhando uma função bastante diferente, se não oposta, dos outros três mencionados: o *copydesk*.

Por outro lado, à semelhança do *Suplemento Literário* e do *Suplemento Cultural*, *Cultura* permanece, ao menos em seu ideário, preocupado com a formação mais do que com a

informação. Isso se traduz na apresentação do primeiro número, ao afirmar que o suplemento deveria assumir um compromisso com as perguntas, mais do que com as respostas.

Num país onde o hábito de ler ainda é restrito a uma pequena elite, qualquer nova contribuição para disseminá-lo será útil, contanto que tenha um compromisso maior com as perguntas - que, como disse Malraux, são a única coisa que realmente tem significado na história do pensamento humano - do que com as respostas, sempre instrumentos das tragédias (Cultura do *Estado de S. Paulo*, 15 jun. 1980, ed. nº 01, p. 01).

O que ocorreu para que um novo suplemento fosse publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*? Que demandas daquele presente motivariam uma nova configuração? Como vimos, a mudança do *Suplemento Literário* para o *Suplemento Cultural* se deu substancialmente por conta da modificação na estrutura da imprensa e da mudança do perfil público leitor almejado. O primeiro, voltado para a crítica literária e artística, pretendia direcionar para si leitores que, antes da década de 1950, encontravam esse tipo de conteúdo disperso livremente nas páginas diárias do jornal. O *Suplemento Cultural*, por sua vez, apesar de também visar esse público, acabou por ser um espaço de divulgação e debate científicos, propriamente do universo acadêmico, no qual pouco se abordava do cinema ou do teatro, temas tão recorrentes em seu antecessor. Sendo assim, o público que buscava era o universitário, alunas e alunos, professoras professores e pesquisadoras e pesquisadores, que procurariam nas páginas do suplemento textos que conviriam à sua área de atuação. E agora em *Cultura*?

O trecho do editorial supracitado parece explicitar algumas demandas por novas modificações. Ao afirmar que “o hábito de ler ainda é restrito a uma pequena elite”, o novo suplemento denuncia uma atmosfera da década de 1980: uma crise da leitura, bem como uma preocupação com a alfabetização. Essa crise coincide, segundo Fernanda Torresan Marcelino (2003), com a crise econômica brasileira que atinge “o poder de compra (inclusive de livros) e também reduz, para alguns setores da sociedade, a possibilidade de tempo para leitura, também pela falta de livros e bibliotecas; pelo fracasso na produção do hábito e do gosto de ler etc.” (MARCELINO, 2003, p. 22). Daí a crescente preocupação com a temática e os caminhos para a educação no Brasil nas pesquisas acadêmicas da década de 1980. Sem contar a criação de projetos pelo governo, iniciados ainda na década de 1970 por intermédio do Instituto Nacional do Livro e, em 1980, pela Fundação Nacional do Livro (COPES; SVELI, 2017).

Assim, a abordagem cultural do suplemento se dava a partir do incentivo à leitura. Os editores de *Cultura* se empenharam em publicar artigos, resenhas e entrevistas que versavam, em especial, sobre Filosofia e Ciências Humanas, e a circulação destes conhecimentos no Brasil

e no exterior. Assim como no *Suplemento Cultural*, quem escrevia para o *Cultura* eram em suma pesquisadores e professores universitários.

O conteúdo elaborado partia das recentes edições e reedições de livros publicados nacional e internacionalmente pelas editoras. Sendo assim, o ponto de partida para abordar determinado assunto era a publicação recente de um livro que remetesse à temática em apreço. Obviamente, não se publicava sobre qualquer coisa que saía no mercado editorial. Os temas também seguiam a regra de seleção da redação do jornal e do caderno. Eram privilegiadas, em suma, obras publicadas a partir da pesquisa universitária, particularmente das pós-graduações, que na década de 1980 haviam ganhado forma consolidada. Essa relação com o mercado editorial se dava de diferentes maneiras no caderno, como em artigos, resenhas e entrevistas. Estes apareciam no corpo da publicação, sem necessariamente obedecer a um padrão fixo. Mas, também faziam parte do caderno as colunas “O livro da semana”, “O personagem da semana”, “Por que ler hoje?” e “Nas livrarias”.¹⁷ Essa relação com o mercado editorial é interessante, pois apesar da propaganda explícita ser inexistente, ou seja, não eram publicados anúncios no corpo do suplemento relativos a autores e livros, a divulgação era feita através das resenhas e artigos dos colaboradores, servindo como difusores dos lançamentos editoriais, com o bônus da avaliação da obra.

¹⁷ As colunas “O Personagem da semana” e “Por que ler hoje?” foram retiradas do suplemento em 1983.

As imagens da Figura 3 correspondem às primeiras páginas da edição inaugural do suplemento *Cultura*. Era publicado em formato tabloide — assim como seu antecessor, o *Suplemento Cultural*. Como se observa, na página inicial está o editorial de apresentação do suplemento. Nas edições seguintes o que seria publicado na primeira página geralmente era uma introdução aos assuntos, quase sempre acompanhados com imagens. O restante do suplemento segue uma estrutura muito parecida do que já se observava no *Suplemento Cultural*, com textos longos em quatro colunas, acompanhados de ilustrações, reprodução de pinturas ou fotos.

Ainda sobre o mercado editorial, pode-se dizer que essa era a grande demanda de *Cultura*. Desde a censura estabelecida pelo AI-5 em 1968, o mercado editorial e a imprensa em geral sofreram com as limitações impostas pela repressão. O historiador Flamarion Maués (2014, p. 91) afirma que até meados da década de 1970, isso se dava principalmente em relação às edições de obras políticas “que questionassem, ainda que moderadamente, as ideias e as práticas dos ditadores. Da mesma forma, havia enormes constrangimentos para a edição de autores como Marx, Engels, Lenin, Mao Tsé-tung, Stalin e outros que representassem o pensamento marxista ou socialista” (MAUÉS, 2014, p. 91). Vale uma ressalva ao uso da palavra “constrangimento” para definir a não publicação de determinados livros nesse período, melhor seria falar em autocensura. Segundo a historiadora Sandra Reimão (2014, p. 75), a partir da Constituição outorgada em 1967, “a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral era exercida pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelo SCDP-DCDP.” Diante disso, é possível que “artistas e intelectuais exerciam a autocensura pois estavam conscientes do rigor da atividade “ficou prioritariamente em mãos dos militares da ‘linha dura’” (Aquino, 1999, p. 530), evitando produzir obras que pudessem ser censuradas.” (REIMÃO, 2014, p. 87).¹⁸

Com o processo de distensão e reabertura política, começa “um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo civil-militar iniciado em 1964” (MAUÉS, 2014, p. 92). Não por acaso, como podemos observar na figura supracitada, o primeiro número de *Cultura* destina as primeiras cinco páginas do caderno ao artigo do sociólogo Mario Innocentini intitulado “Marx, Engels e

¹⁸ De qualquer maneira, é preciso considerar que os segmentos do teatro, da música e do cinema sofriam mais censura neste período, do que o mercado editorial.

o sonho dos czares. De ontem e de hoje” (Cultura, O Estado de S. Paulo, 15 jun. 1980, edição nº 01). Dessa forma, pode-se dizer que a divulgação dessas temáticas em suplemento *Cultura* se deveu, sobretudo, pela expansão da influência das ciências humanas na segunda metade da década de 1970, bem como pelo afrouxamento da censura e, conseqüentemente, da autocensura praticada pelo mercado editorial.

Ainda, de acordo com os historiadores Carlos Fico e Rodrigo Polito (1992, p. 117), a década de 1980 confirma a tendência de crescimento que já vinha se consolidando na década anterior: “novas editoras foram criadas, outras redefiniram seu perfil, ainda que algumas tenham desaparecido, experimentado crises ou estagnado”. Tal crescimento se fez representar no suplemento *Cultura*, voltada para a divulgação do mercado editorial.

Tabela 1 – Quantidade de livros resenhados por profissionais de história por editora no suplemento *Cultura* (15 jun. 1980 – 31 ago. 1991)

Editora	Quantidade
Brasiliense	21
Companhia das Letras	10
L&PM	9
Paz e Terra	8
Nova Fronteira	5
Zahar	4
Universidade de Brasília; Mercado Aberto; José Olympio; Estadão; Ática.	3/cada
Moderna; Itatiaia/Edusp; Globo; Campus.	2/cada
Universidade Federal do Paraná; T.A. Queiroz; T.A. Queiroz/Edusp; Sioge; Rocco; Pioneira/Edusp; Paulinas/Cehilas; Nobel; Nobel/Edusp; Nobel/Instituto Cultura Ítalo Brasileiro; Memória Unesp; Martins Fontes; Marco Zero; Marco zero/Secretaria de Cultura SP; Hucitec/Instituto Nacional do Livro; Fundação Cultural Brasil/Tempo Brasileiro; FGV/CPDOC/Forense Universitária; Ensaio/Unicamp;Edusp; Duas Cidades; Do autor; Cultrix/Edusp; Contexto; Civilização Brasileira/INL-MEC; Câmara de Deputados/Universidade de Brasília; Achiamé; A regra do jogo.	1/cada

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Com base nos títulos resenhados por historiadoras e historiadores no *Cultura*. É possível verificar que editoras estavam sendo divulgadas, no que diz respeito ao campo da história, no suplemento. Nota-se que a editora Brasiliense aparece com 21 obras resenhadas por profissionais de história, a maior quantidade em relação às outras editoras. Destaca-se que esse dado vai ao encontro do levantamento feito por Fico e Polito, em qual a editora Brasiliense também aparece como a que mais publica livros de história entre 1980 e 1989, publicando entre edições e reedições, 18,6% do total, equivalente à 495 de 1422 publicações (FICO; POLITO, 1992, p. 120). Tal predominância pode ser explicada, segundo os historiadores, pela

“continuidade e a criação de diversas coleções de História” (FICO; POLITO, 1992, p. 120). De fato, coleções já haviam sido criadas em períodos anteriores, como a “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional, ou a “História Geral da Civilização Brasileira”, publicada pela primeira vez pela Editora Difel. Não obstante, nos anos 1980 esse movimento cresce. Destaca-se a coleção “Tudo é História” lançada pela Brasiliense em 1981. Diferente das coleções citadas anteriormente, esta possuía, sobretudo um perfil de divulgação, caracterizada por textos curtos, papel simples e formato pequeno. O historiador José Roberto do Amaral Lapa já em 1985 diagnosticava o sucesso da coleção, “cujo êxito de público é realmente extraordinário em termos de Brasil” (LAPA, 1985, p. 46). Ainda segundo Lapa, o sucesso da coleção “Tudo é História”

pode ser medido pelo ritmo de lançamentos (média de três títulos por mês!), pelo colégio representativo de historiadores que se agremiou em saudável convívio com os demais cientistas sociais, pelo número de reedições que atinge mais da metade da coleção, pela repercussão crítica, pois há conteúdos que despertam até mesmo acres polêmicas (LAPA, 1985, p. 46).

Ainda sobre a presença de editoras no suplemento *Cultura*, vale ressaltar que a maioria era, de fato, editora comercial, tendo algumas publicações de editoras universitárias, geralmente em parceria, é o caso de citar a Edusp e a Universidade de Brasília que tiveram, de forma geral, mais títulos divulgados no suplemento dentre as outras editoras universitárias. Isso parece assinalar os estreitos vínculos entre a divulgação promovida no suplemento e o mercado editorial de caráter comercial.

Voltando propriamente à configuração gráfica do suplemento *Cultura*, ao longo do tempo algumas alterações foram feitas em sua configuração. O número de páginas foi alterado três vezes: primeiro possuía 16 páginas (de 15 de junho de 1980 a 15 de julho de 1984); depois passou a ter 12 páginas (de 22 de julho de 1984 a 15 de junho de 1991) e, por fim, dois meses antes de deixar de ser publicado, ficou com oito páginas (de 22 de junho de 1991 a 31 de agosto de 1991). Outra questão foi a mudança do dia da semana em que era publicado. Até o dia 1º de junho de 1986, *Cultura* era publicado semanalmente aos domingos, como já acontecia com o *Suplemento Cultural* e o *Suplemento Literário*. Mas no número seguinte, do dia 07 de junho de 1986, passa a ser publicado aos sábados. Não se encontrou nenhum motivo específico para tal mudança, além de um aviso ao final da última edição dominical informando que se anteciparia em um dia a publicação do suplemento. Entretanto, é possível que o motivo da mudança tenha sido a inserção de mais um suplemento no jornal. No dia 06 de abril de 1986, o Estadão passou a editar o *Caderno 2*, um caderno cultural diário, mais adequado aos moldes do jornalismo

cultural do final do século XX, contando com notícias sobre artistas, em geral famosos, com guia dos programas de televisão, horóscopo, histórias em quadrinhos, entre outros assuntos. A criação do *Caderno 2* pelo *O Estado de S. Paulo* é uma resposta ao caderno *Ilustrada* criada antes pela *Folha de São Paulo*.

Vale ressaltar que, se a década de 1950, jornais cariocas se colocam enquanto percussores das inovações, pode-se dizer que este cenário é assumido pelo jornalismo paulista nas décadas seguintes, sendo a *Folha de São Paulo* destaque neste processo. Pode-dizer que muito do que motivou a modernização do Estadão a partir da década de 1960 se deu por sua rivalidade com a Folha de São Paulo. Um exemplo disso é a criação do *Jornal da Tarde* pelo Estadão em 1966 que, segundo o jornalista Juarez Bahia (1990), fora uma atitude de reação “à expansão das Folhas (que circulam sete dias, com vários títulos do mesmo grupo disputando todos os espaços do mercado)” (BAHIA, 1990, p. 185). Em uma mesma direção, na década seguinte, ocorreu o processo de automação das redações, movimento em que “a imprensa diária e as revistas semanais empregam processos computadorizados de edição. Entre os grandes jornais, a Folha de S. Paulo é pioneira, seguindo-se a ela O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Entre as publicações semanais de informação, Manchete e Veja” (BAHIA, 1990, p. 374). Ainda, de acordo com o jornalista Marcelo Januário (2005), essas inovações se expandiram e se consolidaram na década de 1980, em que “os grandes jornais brasileiros assumem de vez seu papel dentro da indústria. Todas as modificações que iriam ser implantadas a partir de então visam exclusivamente o leitor consumidor de jornais” (JANUÁRIO, 2005, p. 53).

Diante disso, com o ritmo cada vez mais acelerado do fim do século, o *Caderno 2* parecia ter uma demanda maior, pois além de possuir artigos menores e mais acessíveis, acompanhava o consumo dos meios de comunicação de massa, com a divulgação de filmes em cartaz no cinema, notícias sobre as novelas e guias de programas de TV. Por ter outro formato, *Cultura* ficou tão suprimido no jornal que passou a ser encartado no *Caderno 2* em setembro de 1991.¹⁹

Pode-se dizer, então, que *Cultura* ~~X~~ foi a “última tentativa” do jornal *O Estado de S. Paulo* de fazer um suplemento próximo aos ideais do respeitado *Suplemento Literário*. *Cultura*

¹⁹ Em 07 de setembro de 1991, o *OESP* publicou na primeira página uma nota afirmando que o *Cultura* passaria a ser encartado no *Caderno 2*. Segundo a nota publicada “em mais uma etapa das sucessivas mudanças promovidas pelo Estado ao longo dos seus 116 anos de existência, *Cultura* estará, a partir deste nº 578, Ano VIII, encartado no *Caderno 2*, apto a tratar com mais agilidade do seu universo temático (*O Estado de S. Paulo*, 07 set. 1991, p. 01). A partir disso, o jornal passa a publicar a seção *Caderno 2/Cultura* em formato *standard* assim como o resto do jornal, prevalecendo a configuração do *Caderno 2* com textos menores e mais fáceis de serem lidos.

era um espaço de divulgação da produção acadêmica, sendo assim, recorrentemente o espaço do suplemento era cedido aos artigos, ensaios e resenhas de sociólogos, filósofos, cientistas políticos e historiadores, para citar alguns exemplos, não obstante o modelo gráfico modernizado. Por fim, pode-se dizer que os suplementos culturais, e aqui vale destacar o suplemento *Cultura*, uma vez que este é o principal objeto em apreço, atuaram no campo cultural de forma a fortalecer os “espaços de debate, crítica e polêmica, envolvendo básica ou geralmente os setores intelectuais que giram em torno da publicação” (GADINI, 2009, p. 170). Uma vez que discutimos aspectos mais gerais, nos concentraremos a partir de agora nas formas específicas de agenciamento do suplemento *Cultura* na produção e divulgação de bens culturais. Como já vimos, ele envolveu intelectuais e pesquisadores, majoritariamente, dos campos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais. Contudo, nessas grandes áreas há diversos conhecimentos específicos, como Filosofia, Sociologia, Ciência Política, História, entre outras, e apesar desses campos estabelecerem contatos constantes, constituem-se enquanto áreas científicas distintas e com formas específicas de produção de saber. *Cultura*, por sua vez, não se nutre de apenas uma área de conhecimento, havendo em suas edições temáticas de diferentes enfoques.

Sendo assim, foi preciso recortar no suplemento *Cultura*, temáticas específicas para o desenvolvimento da investigação. Definiu-se as publicações que envolvem historiadores(as) e professores(as) de história e a produção e divulgação do conhecimento histórico no período em que *Cultura* foi editado, entre 1980 e 1991. Isso se deu pela forte presença destes no suplemento, seja como autores de artigos, resenhistas de livros, ou como entrevistadores/entrevistados. A partir de um levantamento de historiadores e historiadoras que colaboraram com o suplemento *Cultura*, o subcapítulo a seguir explora perfis e trajetórias desses intelectuais, buscando criar categorias em que estes se encaixem, uma vez que nem todos ocupam os mesmos espaços e redes de sociabilidade e circulação de ideias. Além disso, busca evidenciar possíveis relações entre esses sujeitos, o suplemento *Cultura* e o jornal *O Estado de S. Paulo*.

2.2 QUEM SÃO HISTORIADORAS E HISTORIADORES NO *CULTURA*?

Como destacado anteriormente, o suplemento *Cultura* caracteriza-se por apresentar e divulgar aos leitores e leitoras do jornal, debates, atualidades e produções do campo científico de diversas áreas, sobretudo das Ciências Sociais e Humanas. Embora exista uma grande diversidade de temas abordados pelo suplemento, estabeleceu-se como recorte as suas publicações sobre História e historiografia divulgadas por historiadores e historiadoras no

suplemento. Logo, busca-se nesse subcapítulo explorar duas questões consideradas importantes para a pesquisa. A primeira questão evidencia a pluralidade de identidades ou mesmo a fluidez do que se entende enquanto historiador(a), uma vez que no contexto brasileiro, sua atividade profissional é uma questão muito complexa e que se modificou ao longo do século XX. Logo, havendo no *Cultura* a presença de intelectuais de diferentes gerações ou com formações distintas, é preciso dar conta das diferenciações que os situam na estrutura do *ser historiador*.

A segunda questão diz respeito ao vínculo institucional que esses historiadores e historiadoras possuem. Observa-se que a análise se desdobrará sobre a Universidade de São Paulo (USP). Isso se justifica pela presença majoritária de historiadores(as) vinculados àquela instituição. Sendo assim, busca-se compreender os possíveis motivos para que exista esse destaque da Universidade de São Paulo no suplemento *Cultura*.

2.2.1 A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE HISTORIADORA

A complexidade de definir o que são historiadores (as) e o que é a historiografia ainda é — e talvez nunca deixará de ser — uma questão latente, sobretudo para aqueles que se dedicam a narrar a história do próprio ofício. Dessa maneira, o historiador ou historiadora é então compreendido como sujeito histórico, que se insere em uma temporalidade. Apresenta-se como parte de grupos sociais específicos em que as maneiras de pensar e fazer história são determinadas pelo conjunto de normas e valores definidos pelo grupo em um contexto específico. A identidade, ou as identidades dos historiadores e historiadoras, portanto, exige delimitação temporal e, em alguns casos, até espacial, pois embora a cientificidade e disciplinarização da história seja um fenômeno europeu do século XIX, sua pretensão de universalidade não atingiu as instituições de produção de narrativas históricas em todos os espaços e no mesmo período de tempo. Nas palavras do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., “nem sempre se fez a História do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 61). Nesse sentido, é preciso que critérios de análise e classificação sejam mobilizados para compreender o que se está entendendo por historiadores (as) e historiografia no suplemento *Cultura* na década de 1980.

A primeira questão a ser considerada é que foram encontrados quarenta e dois historiadores e historiadoras colaborando no suplemento *Cultura*. Esse número diz respeito aos

historiadores considerados nacionais, ou seja, aqueles que tiveram sua trajetória acadêmica ou profissional no Brasil.

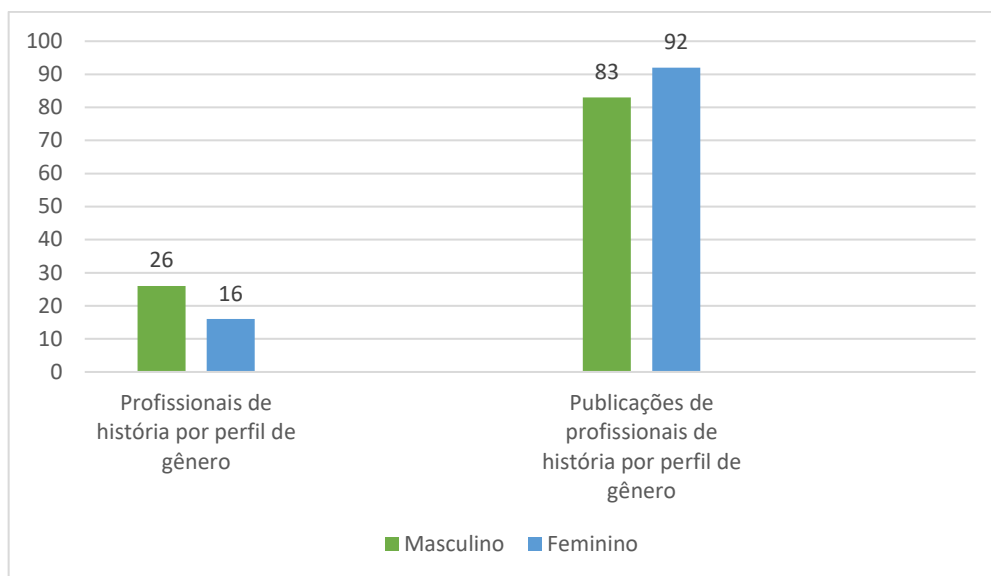
Por outro lado, vale ressaltar que também foram encontrados historiadores e historiadoras estrangeiros que, de forma geral, tinham seus textos publicados em jornais ou revistas internacionais e reproduzidos em *Cultura*. Sobre esses sujeitos, optou-se por não os inserir na análise²⁰ por dois motivos principais: primeiro, porque a complexidade de mapear e traçar suas trajetórias acadêmicas no exterior é ainda maior do que dos nacionais; segundo, porque em sua maioria não colaboraram diretamente com o suplemento, tendo somente seus textos reproduzidos por meio de traduções. Como exemplo dessas condições, podemos citar o historiador francês André Burguière, que possuía textos na revista francesa *Le Nouvel Observateur* e que eram reproduzidos por *Cultura*. A mesma coisa acontecia com os textos do historiador norte-americano Robert Darnton, que escrevia para a revista *New York Review Of Books*.²¹ Pode-se dizer, contudo, que a presença da reprodução internacional tenha a ver com o fato de que esses historiadores e historiadoras traduzidos possuíam livros lançados em grandes editoras brasileiras no período abordado.

Então, desses 42 profissionais investigados, foram encontradas 175 narrativas, entre resenhas, artigos e entrevistas, publicadas no suplemento entre 15 de junho de 1980 e 31 de agosto de 1991.

Gráfico 1 – Quantidade de profissionais e publicações por perfil de gênero no suplemento *Cultura* (15 jun. 1980 – 31 ago. 1991)

²⁰ Contudo, para que o leitor(a) possa ter uma visão geral da presença desses sujeitos no *Cultura*, em anexos poderá ser encontrado uma tabela com a relação de nomes desses historiadores(as) e as revistas reproduzidas no *Cultura*.

²¹ A reprodução de textos das revistas estrangeiras no suplemento *Cultura* acontecia regularmente. Não foi possível verificar mais informações sobre a reprodução, uma vez que os textos eram reproduzidos em português e não informavam a autoria da tradução.



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

O gráfico acima demonstra que em quantidade de indivíduos, foram encontrados mais homens que mulheres no *Cultura*. Porém, se observado o número de publicações, compreende-se que as historiadoras publicaram mais que os historiadores no suplemento. Parte disso se dá pela questão de que algumas historiadoras tiveram quantidade mais significativa de colaboração em detrimento de outras e outros. É o caso de destacar a historiadora Julita Scarano que publicou 49 narrativas, mais da metade do total de 92 publicadas por mulheres. No caso dos historiadores, a maior colaboração é de Francisco Iglésias, com 13 publicações. Vale ressaltar que o número de colaborações para o suplemento se dava de maneira diversa entre esses profissionais, sendo que alguns colaboraram menos, outros mais. De qualquer forma, é interessante ressaltar que do total de historiadores, 14 colaboraram apenas uma vez, enquanto isso aconteceu com 7 historiadoras. Assim, é possível afirmar que, embora o número de homens seja maior do que mulheres e, embora a quantidade de publicação de ambos seja quase equivalente, caso se considere o número de publicações de cada profissional, homem ou mulher, observa-se uma predominância da presença de historiadoras no suplemento *Cultura*.

Ainda é preciso explicar que não foi possível relacionar o percentual de publicações historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura* com o percentual de colaboração de intelectuais de áreas afins, como sociologia, antropologia, crítica literária etc. Devido aos limites no desenvolvimento dessa pesquisa, não foi feito o levantamento do percentual dos profissionais de história em relação a outros, uma vez que as publicações no suplemento não seguem um padrão editorial de publicação. Um exemplo desse padrão seria a edição de cada semana possuir uma publicação de historiador, uma de sociólogo, uma de jornalista, uma de cientista político. Contrariamente, existem edições que possuem duas ou mais publicações de

historiadoras e historiadores, enquanto existem outras edições que não possuem nenhuma. Acredita-se que o mesmo deva acontecer com intelectuais de outras áreas. Outro fator a ser considerado é que o *Cultura* não publica somente narrativas de intelectuais brasileiros, como já mencionado. Isso dificultaria ainda mais o levantamento, uma vez que precisaria que se excluísse todas as publicações estrangeiras. Essas questões são, ainda, acompanhadas da complexidade em mapear a “titulação” do intelectual, na medida em que nem sempre o suplemento coloca as informações do autor (que geralmente vem em uma nota ao final da primeira página da publicação), sendo necessário pesquisar essas informações por outros meios, como orelha de livros, sites de universidades e associações, currículos depositados na plataforma *Lattes*, entre outros. A seguir será aprofundada essa questão da “titulação” dos intelectuais e a sua complexidade, uma vez que tal mapeamento foi necessário em relação aos historiadores e historiadoras, foco dessa pesquisa. Mas antes disso, destaca-se a quantificação da colaboração dos profissionais de história nos 11 anos que o *Cultura* foi editado.

Gráfico 2 – Número de publicações de profissionais de história por ano no suplemento *Cultura* (15 jun. 1980 – 31 ago. 1991)



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Observa-se certo crescimento na colaboração de historiadoras e historiadores nos anos finais da década de 1980. Isso pode ter acontecido por diversos motivos, como o crescimento do mercado editorial no processo de redemocratização, bem como o crescimento na produção historiográfica universitária que encontrava no final da década uma pós-graduação já consolidada. Mas também pode ser explicado devido às comemorações do final da década. Observa-se que 1988 e 1989 são os anos com mais publicações de historiadores e historiadoras, isso acontece, além das questões supracitadas, por conta da agenda de efemérides nacionais.

Em 1988 tem-se a comemoração do Centenário da Abolição, já em 1989 tem-se a comemoração do Centenário da República, mas também a comemoração do Bicentenário da Inconfidência Mineira e do Bicentenário da Revolução Francesa. Essas três efemérides em 1989 vão encher as páginas de diversas publicações de historiadoras e historiadores no suplemento.

Tendo elucidado essas questões, agora nos concentramos efetivamente na análise dos perfis de historiadores e historiadoras do *Cultura*. Foram escolhidos dois critérios que se desdobram em algumas questões: o primeiro diz respeito à atribuição estabelecida pelo próprio suplemento *Cultura* quanto a quem é apresentado como historiador ou historiadora, o que põe em pauta a questão do reconhecimento social do sujeito como pertencente a uma área de conhecimento; o segundo diz respeito à formação e considera a complexidade de utilizá-la como critério para classificá-los.

Esse primeiro critério foi possível pois as publicações do suplemento são em sua maioria assinados. Isso foi percebido de duas formas diferentes. A primeira diz respeito ao final da primeira página — ou, às vezes, ao final da segunda — de cada texto publicado no suplemento, em que havia uma nota rápida com informações sobre o autor. Notou-se que o suplemento apresentava sujeitos usando termos como: “historiador (a)”, “professor de história” e “do departamento de História de tal Universidade”. A segunda forma foi percebida a partir do convite à leitura, geralmente no editorial, como no exemplo a seguir:

A conciliação, uma tradição que marcou o comportamento das elites brasileiras ao longo de sua história, rompeu-se a partir do Movimento de 1964, “quando o opositor passou a ser encarado não como um adversário mas como um inimigo”, *explica o historiador* José Honório Rodrigues (...)” (Cultura do Estado de S. Paulo, 30 ago. 1981, ed. Nº 64, p. 2, grifo meu).

O caso acima é trecho de uma chamada para uma entrevista em que José Honório Rodrigues foi questionado sobre a ditadura militar — naquele momento ainda muito chamada de “movimento” — instaurada no Brasil em 1964. Por hora, o que nos interessa é perceber que Rodrigues é apresentado como “historiador”. Como diversos intelectuais da primeira metade do século XX, o entrevistado era bacharel em Direito, em seu caso formado pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1937. Entre as décadas de 1940 e 1970 fez pesquisas financiadas no exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, bem como atuou em diversas instituições, como a Biblioteca Nacional, onde foi diretor da Divisão de Obras Raras entre 1946 e 1958, e o Arquivo Nacional, do qual também foi diretor entre 1958 e 1964. Além disso, ao longo de sua trajetória, foi professor visitante de universidades estrangeiras e professor de instituições brasileiras, como a Faculdade de Ciências Econômicas do Estado do Guanabara, a

Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IGLÉSIAS, 1988). Sendo assim, José Honório Rodrigues foi socialmente reconhecido e não tem sua identidade contestada por *Cultura* ou até mesmo outros historiadores e historiadoras, sendo, inclusive, considerado um grande historiador brasileiro, o que não dependeu de uma formação profissional em História. Assim, como afirma o historiador Fernando Novais, “a pesquisa histórica não é exclusiva da universidade. Quer dizer, há uma historiografia universitária e uma historiografia não-universitária, isto não só no Brasil” (NOVAIS, 2005, p. 295). Com isso não se quer dizer que a formação nos cursos de história — inclusive muito importante para a institucionalização da disciplina — não sirva para classificar quem se enquadra em tal condição profissional ou não, mas que esta não é suficiente se compreendermos que essas classificações são diferentes umas das outras, dependendo do espaço temporal observado.

A formação também foi um critério considerado. Entretanto, buscou-se utilizá-lo com bastante cautela, uma vez que os quadros de formação profissional em história, pelo menos no Brasil, são de definição bastante complexa. Sobre a complexidade da identificação do profissional pela sua formação, vale acompanhar o depoimento de Francisco Falcon:

Tornou-se comum, entre nós, a ideia de que a criação e rápida expansão dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 1970, tornaram possível o surgimento do historiador profissional no Brasil. Verdadeira em parte, ou mesmo em grande parte, tal ideia contém no entanto um certo risco, qual seja, o de levar ao esquecimento certos dados históricos igualmente importantes. Refiro-me, por exemplo, a um dos mais conhecidos de todos aqui - o fato de que a fase inicial da formação de profissionais de *História* antecedeu a pós-graduação respectiva. Foi nos cursos de graduação em História das Faculdades de Filosofia que se formaram os primeiros profissionais da área, licenciados e/ou bacharéis em *História* (FALCON, 1996, p. 10, grifado no original).

O mapeamento de historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura* evidenciou esse enredamento. Nele coexistem gerações de historiadores(as), entre 1930 e 1980, com diferentes condições de formação em história. Sendo assim, o argumento de Falcon se faz importante na medida em que evidencia que a disciplinarização da história não começou com a pós-graduação a partir da década de 1970, uma vez que desde 1930 o Brasil já contava com cursos de graduação em História ou na área de Humanidades das Faculdades de Filosofia. No suplemento estão presentes desde historiadores (as) formados nos primeiros cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia na década de 1930/1940, como é o caso de Francisco Iglésias, com formação no curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1943, até historiadores(as) que se formaram ou ainda estavam em formação nas décadas de 1970/1980, quando foram criados e

consolidados os cursos de pós-graduação em História no Brasil. Este é o caso de Laura de Mello e Souza, graduada, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo em 1975, 1980 e 1986, respectivamente. Além disso, o depoimento de Falcon ainda nos faz pensar nas temporalidades da história da disciplina histórica e do ofício do historiador no Brasil. Afinal, não é como se essa geração anterior deixasse automaticamente de existir quando outra vem a sucedê-la.

Ainda sobre a complexidade de utilizar a formação como critério de classificação deve-se considerar que mesmo com a formação superior em história, não se impede que esses sujeitos possuam uma trajetória “heterogênea”, por assim dizer. A historiadora Ângela de Castro Gomes (2013), em sua pesquisa sobre o suplemento literário *Autores e Livros* do jornal *A Manhã* na década de 1940, afirmou que “o fato de o suplemento realizar tal classificação [de quem eram historiadores] não impede, igualmente, que os autores acumulem outras ‘especialidades’, sobretudo por ser o campo intelectual ainda pouco compartimentado institucional e profissionalmente” (GOMES, 2013, p. 38). Aqui o tempo é outro e a institucionalização já se consolidou, mas a metodologia apresentada por Gomes ainda parece aplicável, mesmo quando se trata de intelectuais já formados em cursos profissionais e pós-graduações na área de história. Isso quer dizer que dos historiadores e historiadoras formados na área encontrados em *Cultura*, nem todos possuem uma formação “exclusiva” no campo ao qual são identificados ou se auto-identificam. Falcon afirma que isso é uma característica de situações que “inviabilizam qualquer concepção mais simplista a respeito da identidade do historiador” (FALCON, 1996, p. 13), e prossegue com alguns exemplos:

Veja-se, então, como exemplos de *situações* no mínimo ambíguas: a- mestrandos/doutorandos em *História* mais graduados em áreas mais ou menos afins; b- graduados em História com mestrado/doutorado em sociologia, antropologia, ciência política etc; c- docentes graduados e também, em certos casos, pós-graduados em áreas outras que não a História mas que lecionam em cursos de pós-graduação em História; d- especialistas de áreas afins, sem qualquer formação específica em História, mas que escreveram, ou escrevem, trabalhos de História (FALCON, 1996, p. 14).

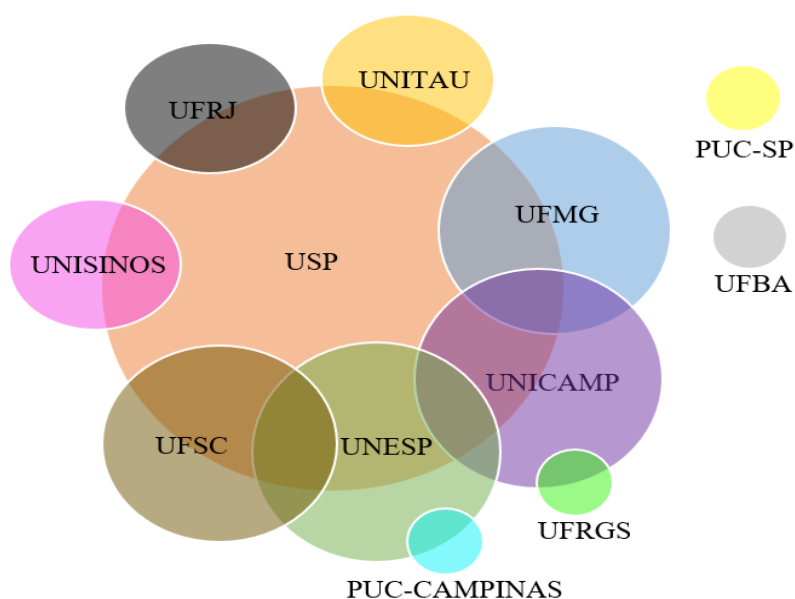
Em *Cultura* tem-se exemplos dessas situações. Célio Debes, por exemplo, possui bacharelado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — também conhecida como Faculdade de Direito do Largo de São Francisco —, mas também mestrado em História pela Universidade de São Paulo. De forma semelhante, Ana Lúcia Duarte Lanna fez graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, mas seu mestrado e doutorado foram cursados em História nas universidades de Campinas (UNICAMP)

e de São Paulo (USP), respectivamente. Em outra situação, destaca-se Marco Aurélio Garcia, formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do departamento de História da Universidade de Campinas (UNICAMP). Há, ainda, casos como de José Murilo de Carvalho, que fez sua graduação em Sociologia e Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e mestrado e doutorado em Ciência Política na Universidade de Stanford, passando pela História, propriamente dita, apenas em um pós-doutorado que fez na Universidade de Londres.

Esses casos demonstram que compreender enquanto historiador apenas aqueles indivíduos que fizeram sua formação em história são insuficientes para delimitar o campo historiográfico, pelo menos no Brasil dos anos 80 e 90 do século XX. Dessa forma, também se faz necessário considerar o texto histórico enquanto constitutivo da identidade do historiador. Para seguir com a referência ao historiador Francisco Falcon, coloca-se a questão da “existência ou não da característica ou *marcas discursivas* capazes de conferir o caráter de *história* a um determinado texto que como tal se apresenta, o que vem a tornar neste caso irrelevante o fato de quem o escreveu se considerar ou não um *historiador* no sentido *profissional de História*.” (FALCON, 1996, p. 13). Dessa forma, pode-se dizer que José Murilo de Carvalho, por exemplo, mesmo sem formação em história tem o reconhecimento, sobretudo dos pares, de sua produção enquanto historiográfica, uma vez que apresenta *marcas discursivas* que a colocam nessa posição.

Voltando para a questão da formação, busca-se evidenciar algumas características do mapeamento das trajetórias acadêmicas dos historiadores e historiadoras que escreviam para o suplemento.

Figura 4 - Trajetória acadêmica dos(as) historiadores(as) que aparecem no suplemento *Cultura* entre 1980 e 1991



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A Figura 4 apresenta uma representação gráfica da trajetória acadêmica de historiadores e historiadoras que estão presentes no suplemento *Cultura*.²² As trajetórias acadêmicas dos 42 historiadores e historiadoras mapeados estão representadas nas intersecções da figura. Exemplos devem facilitar a visualização: ao traçar a trajetória acadêmica da historiadora Julita Scarano, observa-se que esta fez seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP), sua livre-docência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como também foi professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Dessa forma, o percurso da historiadora pelas três universidades é marcado na figura acima na intersecção entre USP, UFSC e UNESP. Em outra intersecção está a trajetória do historiador José Carlos Sebe Bom Meihy. Neste caso, apenas o círculo que representa a Universidade de Taubaté (UNITAU) e o círculo da Universidade de São Paulo (USP) se relacionam, uma vez que Meihy fez sua graduação na primeira e seu doutorado e livre-docência na segunda. Existem ainda casos de trajetória de historiadores(as) em somente uma instituição, como os historiadores Alexandre

²² Duas questões a considerar para compreensão da figura 4: no mapeamento das instituições, optou-se por inserir também as antigas Faculdades de Direito nas Universidades atuais correspondentes. Isso quer dizer que, a Faculdade Nacional de Direito foi compreendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bem como a Faculdade de Direito do Largo São Francisco compreendida na Universidade de São Paulo (USP); a outra questão é que fora considerado no mapeamento das trajetórias os cursos de formação em níveis de graduação, mestrado, doutorado, livre-docência e a atuação docente. Nesse esquema, os cursos pós-doutorais não foram contemplados, uma vez que isso demandaria um esforço de investigação muito maior que o tempo da realização dessa pesquisa não nos permitiu.

Hecker, Laura de Mello e Souza, Suely Robles de Queiroz, Elias Thomé Saliba, entre outros, que iniciaram e permaneceram na USP. Da mesma forma, os dois círculos representados pela PUC-SP e pela UFBA, que não se interligam com nenhum outro, significam que os historiadores que escrevem para o *Cultura* e que fazem parte dessas universidades, fizeram toda sua trajetória de formação/atuação somente nelas. São os casos da historiadora Vera Lucia Vieira, que fez toda a formação na PUC-SP e do historiador Luis Henrique Dias Tavares que fez toda sua formação na UFBA.

Enfim, se voltarmos à Figura 4, poderemos observar que a Universidade de São Paulo é o maior círculo e está centralizado. Também notamos que os círculos da maior parte das outras instituições estão de uma forma ou outra conectados ao referente à USP. Isso sugere que a maioria das trajetórias passam pela USP. Em números, isso significa dizer que dos 42 historiadores(as), 32 transitaram pela Universidade de São Paulo, sendo que 22 destes possuem toda a sua trajetória acadêmica nessa instituição, contra 10 que transitaram por outras universidades. Ainda se considerarmos o período de colaboração no suplemento *Cultura* entre 1980 e 1991, observa-se que 17 pessoas desse total estavam vinculadas profissionalmente à USP como docentes e/ou em exercício de atividades administrativas.

Os dados aqui levantados demonstram que no suplemento *Cultura*, historiadores e historiadoras ligados à Universidade de São Paulo possuem presença massiva. Isso é possível na medida em que a USP era, nessa época, “o maior centro produtor de conhecimento histórico do país” (LAPA, 1985, p. 35). De acordo com Fico e Polito, a respeito das teses e dissertações de história produzidas no Brasil, a USP foi responsável por 41,3%, na década de 1970, e 34,2%, na década de 1980, do total (FICO; POLITO, 1992, p. 43, 44). Destaca-se que até o fim dos anos 1980, funcionavam 16 cursos de história no Brasil. De outra forma, em relação à divulgação da produção historiográfica por revistas acadêmicas de história, na década de 1980, São Paulo é o Estado que mais concentra revistas de publicações de história, como a *Revista Brasileira*, a *Revista do IEB* e a revista *Estudos Econômicos – IPE/USP*. Parte disso se deve, segundo os historiadores, por “São Paulo contar “com mais recursos financeiros e melhor estrutura academia, contribui bastante para com o quadro nacional de periódicos na área de História.” (FICO; POLITO, 1992. p. 66).

Essa, de fato, é uma questão para a presença predominante de intelectuais da USP no suplemento *Cultura*, mas é possível, também, que exista uma articulação entre o meio de comunicação, que é o *Cultura*, e os intelectuais, que são os historiadores e as historiadoras, também como uma rede de sociabilidades e de circulação de ideias. Considerando que a escolha

de *quem escreve* no suplemento não é aleatória ou ingênua, o item a seguir busca compreender alguns motivos que possam evidenciar esse protagonismo conferido aos intelectuais da Universidade de São Paulo.

2.2.2 A FILHA DILETA: VÍNCULO POLÍTICO ENTRE O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A investigação no suplemento *Cultura* levantou questões que não puderam ser desconsideradas: a atenção dada à Universidade de São Paulo (USP) de uma maneira geral e a presença contrastante de intelectuais ligados a esta instituição. Busca-se destacar sobre essas questões, a atenção distinta que não se observa no suplemento a nenhuma outra universidade brasileira, à exceção da USP. Destaca-se, como já mencionado, que do total de quarenta e dois historiadores e historiadoras brasileiros encontrados no suplemento *Cultura*, trinta e dois são ligados às universidades de São Paulo, o que corresponda cerca de setenta e cinco por cento desses sujeitos. Porém, é preciso ponderar, de antemão, que caso semelhante acontece em outros suplementos brasileiros, como é o caso do *Caderno de Sábado* (1967-1981) do jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre-RS) e sua aproximação com as universidades do Rio Grande do Sul. De acordo com o jornalista Everton Cardoso (2015, p. 08), “professores e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) participaram de edições e séries especiais produzidas coletivamente, além de colaborações mais esporádicas.”

O Estadão não só publica sobre a USP, como também integra à sua estrutura diversos intelectuais da universidade. Em vista disso, não se pode deixar de refletir sobre os motivos dessa articulação entre a universidade e a imprensa, que no caso da articulação entre a USP e o Estadão se dá de forma mais complexa do que a aparente questão regional.

Uma publicação do jornal em 23 de novembro de 2014 trazia o seguinte destaque: “Pesquisa da universidade analisa 1,2 mil menções feitas pelo jornal à instituição; Acervo registra ‘USP’ 83 mil vezes em 80 anos”. Assinada por Paulo Saldaña, sob o título de “História da USP é revelada nas páginas do ‘Estado’”, a matéria remete a uma pesquisa feita por quatro pesquisadoras da USP no acervo digital do jornal que evidenciou a cobertura de notícias e a divulgação científica da universidade desde a década de 1930. Segundo o autor da reportagem, “não é de hoje que a Universidade de São Paulo (USP) tem destaque no jornal, seja por seu protagonismo científico, importância histórica ou pelas crises financeiras — como a que vive agora” (*O Estado de S. Paulo*, 23 nov. 2014).

Acredita-se que os motivos dessa universidade estar tão presente no jornal vão além do protagonismo científico, a importância histórica ou as crises financeiras que Saldaña elenca na reportagem supracitada. Ao longo dos tempos, diversas foram as vezes que o Estadão buscou construir memórias sobre o protagonismo de seus dirigentes na fundação da USP, bem como a importância desta para o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil.

A Universidade de São Paulo, juntamente com a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundada em 1934. Contudo, as discussões sobre um projeto de ensino superior e a criação de novas universidades brasileiras vinham sendo debatidas desde meados da década de 1920 por intelectuais, em especial aqueles ligados ao grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*. Júlio de Mesquita Filho, então diretor do jornal, e Fernando de Azevedo, também integrante do grupo editorial, foram grandes incentivadores do projeto. Este último realizou uma pesquisa/inquérito sobre a questão da educação secundária e das universidades no Brasil que foi, sobretudo, solicitada e financiada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, responsável, depois, por disseminar os resultados dessa pesquisa a partir de 1930. Para o pesquisador Luiz Antônio Cunha, as ideias de Azevedo expressas nesse inquérito “fornecem a mais importante referência da primeira vertente do liberalismo: a elitista”, uma vez que “a principal preocupação pedagógica de Azevedo, aflorada em todas as passagens do ‘inquérito’, era com a ‘formação escolar das classes médias e das classes dirigentes’” (CUNHA, 2007, p. 231).

Na mesma direção, antes da criação da USP, a elite intelectual paulista ainda criou a *Escola Livre de Sociologia* em 1933, como uma reação à derrota da oligarquia paulista contra o governo de Getúlio Vargas no ano anterior. Assim como afirma Cunha, “a ligação da escola com a derrota político-militar aparece explícita no próprio ‘manifesto dos fundadores’, quando tratava da ausência no país de uma elite dirigente ‘instruída sob os métodos científicos’” (CUNHA, 2007, p. 236). Pela mesma motivação também é criada em 1933 a *Escola Paulista de Medicina* que, segundo o sociólogo Simon Schwartzman, “se esperava trouxesse inovações radicais para as tradições da educação superior brasileira” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 167).

No ano seguinte ao da criação dessas duas escolas, Armando de Salles Oliveira, interventor do governo Vargas entre 1933 e 1935, montou uma comissão para estudo da criação da Universidade de São Paulo em que se encontravam Júlio de Mesquita Filho, como a “liderança política”, e Fernando Azevedo, a “liderança pedagógica”, “ambos perfeitamente articulados” (CUNHA, 2007, p. 240). Fundou-se a Universidade de São Paulo, após Armando de Salles Oliveira assinar o decreto nº 6.283/34 que viabilizou a sua criação.

Logo, se o grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* está por trás da idealização do projeto e viabilização da criação da Universidade de São Paulo, este é um feito do qual se orgulham. Ainda que a universidade sempre tenha aparecido de uma forma mais ou menos despretensiosa nas páginas do periódico, em determinados momentos — em especial aqueles de comemoração — o jornal produziu um discurso orgulhoso de sua da relação a USP.

O suplemento *Cultura*, enquanto uma seção voltada para o meio universitário, acadêmico e intelectual, mais que a própria seção geral do jornal, acaba por ser um espaço suscetível a demonstrar tal vínculo. Tomamos como exemplo disso a edição publicada em 29 de janeiro de 1984, inteiramente destinada à comemoração do cinquentenário da Universidade de São Paulo.

50 anos depois, a USP é hoje a maior instituição de ensino e o maior centro de pesquisas do País. Sua gigantesca estrutura, porém, criou uma série de problemas que constituem verdadeiros desafios. Aqui está uma radiografia da USP: o pensamento de seus fundadores, uma avaliação do presente e uma reflexão sobre os novos rumos a seguir (Suplemento *Cultura do Estado de S. Paulo*, 29 jan. 1984, ed. n° 190, p. 2).

Boa parte de suas 16 páginas são dedicadas ao pensamento desses fundadores. No caderno *Cultura* são reproduzidos tanto o discurso pronunciado na USP por Armando de Salles Oliveira em 26 de dezembro de 1936, quando ganhou o título de doutor *honoris causa* pela universidade, quanto o discurso de paraninfo de Júlio de Mesquita Filho para a primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), em 25 de janeiro de 1937, além da palestra deste último na sessão de formatura dos licenciados pela FFCL, em 26 de dezembro de 1945.

Destaca-se que a criação da Universidade de São Paulo e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, foi um projeto de ensino superior que buscava formar “uma nova elite que assumisse a liderança do País, superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da Federação” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 168). No discurso de Armando de Salles de Oliveira, reproduzido pelo suplemento, isso fica evidente:

Dispomos agora do instrumento por meio do qual a preparação as nossas elites dirigentes.

Daqui continuarão a sair como no tempo em que as Escolas eram independentes entre si, homens que se destinam ao exercício da inteligência aplicada e que constituirão sobretudo os grupos das profissões liberais e do funcionalismo. Mas, conservando embora cada uma a sua fisionomia, as Faculdades deixaram de ser corpos fragmentários para se tornarem órgãos solidários pertencentes a um só corpo. E as paredes, que as separam, são agora permeáveis, circulando através delas o mesmo fluxo generoso do ideal universitário (OLIVEIRA, *O Estado de S. Paulo*, *Cultura*, 29 jan. 1984, ed. n° 190, p. 02).

A formação de elites dirigentes certamente não era um projeto sem motivações políticas, sobretudo reconhecendo que o grupo do *O Estado de S. Paulo* é identificado como uma facção política (MICELI, 2001), “cujos triunfos políticos provinham do mando exercido em instâncias de produção cultural” (MICELI, 2001, p. 91). Assim, em 1932, a oligarquia paulista atribuiu

as derrotas de 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto (MICELI, 2001, p. 101).

Logo, se a criação da Universidade de São Paulo foi um projeto educacional incentivado pela elite paulista pensando na modernização e no progresso do país, foi também um projeto político de restauração e manutenção do poder. Segundo Schwartzman, a derrota no movimento de 1932 fora uma das questões que levou à idealização da Universidade de São Paulo, a fim de restaurar a hegemonia paulista (SCHWARTZMAN, 2001), assim como foi feito com as já mencionadas Escola de Sociologia e Política e Escola Paulista de Medicina. Tal motivação não deixa de ser registrada no próprio discurso de paraninfo de Júlio de Mesquita Filho, em 1945, também reproduzido naquela edição do suplemento:

Ao sairmos da Revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar São Paulo em posição idêntica àquela em que se achava, após Iena, a Alemanha, o Japão no dia seguinte ao do bombardeio dos seus portos pela esquadra norte-americana, e a França depois de Sedan. E se atribuíamos a série infinita de gravíssimos erros praticados dentro das fronteiras do nosso Estado pela ditadura à mentalidade primária de seus prepostos, não nos parecia menos evidente que só uma reforma radical do aparelhamento escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional poderiam evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e 32 nada mais faziam do que prenunciar. Para os males que nos acabrunhavam, a história daqueles países nos apontava o remédio. Sabíamos por experiência própria a que terríveis aventuras nos tinham arrastado, de um lado, a ignorância e a incapacidade dos homens que até 30 haviam discricionariamente disposto dos destinos tanto do nosso Estado como da Nação e, de outro, a fatuidade vazia dos escamoteadores da revolução de outubro. Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta levaram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. Daí a fundação da nossa Universidade e consequentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (MESQUITA FILHO, Estado de S. Paulo, Cultura, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 06).

É interessante observar os três acontecimentos históricos evocados por Mesquita Filho e que influenciam seu pensamento sobre a criação da universidade. O jornalista cita, respectivamente, a Batalha de Iena (ou Jena) (1806), a Restauração Meiji (1868) e a Batalha de

Sedan (1870). Vale ressaltar um breve panorama do que foram esses acontecimentos para compreender o motivo de suas evocações no discurso de Mesquita Filho. A Batalha de Jena, como ficou conhecida, foi o combate entre o exército prussiano e o exército napoleônico na cidade de Jena, norte da Alemanha, em que o exército prussiano saiu derrotado pelas tropas de Napoleão. Segundo o filósofo Georges Gusdorf, citado por Marilena Chauí e Homero Santiago (2018), ressentido com a derrota, o rei da Prússia criou em 1810 a Universidade de Berlim, como medida para restauração da unidade nacional, além da formação espiritual e técnica e científica. (GUSDORF, 1975. *apud*. CHAUI; SANTIAGO, 2018). Ao mencionar o nascimento dessa mesma instituição, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2004, p. 54) afirma que a Universidade de Berlim “deveria servir agora para formar quadros para o novo Estado e para preparar os filhos dos setores emergentes da burguesia para a nova realidade de mercado, formando ‘profissionais liberais’ munidos de saber técnico e humanístico [...]”.

Já a Restauração Meiji foi um acontecimento consequente da insatisfação das camadas sociais com o regime feudal do Xogunato, na região nipônica, em que o auge se deu com o bombardeio de dois portos japoneses pelos “navios negros” da armada norte-americana comandada pelo comandante Matthew Perry, em 1853. O motivo da investida norte-americana seria o descontentamento com a ausência de trocas internacionais entre o Japão e outros países do mundo, dessa forma, a exigência dos Estados Unidos era que o regime nipônico abrisse seus portos. Assim o fizeram em 1854, iniciando um acelerado processo de ocidentalização e industrialização. De acordo com o historiador Shozo Motoyama (1994, p. 98), “essa demonstração de fraqueza do xogunato ascendeu o estopim da enorme insatisfação existente em todas as camadas sociais. Liderados pelos samurais de baixa hierarquia, depois de um longo processo insurrecional, foi instaurado a Restauração de Meiji (1868)”, abrindo, assim “o caminho para o Japão Moderno.” No processo da Restauração de Meiji, uma série de reformas visando a ocidentalização foram feitas, destacando-se as reformas no ensino. A Universidade de Tóquio foi criada em 1869, quando “na tentativa de incorporar técnicas de produção mais avançadas, o governo estimulou a entrada de técnicos e professores estrangeiros, bem como o envio de japoneses para Europa e Estados Unidos a fim de acelerar a difusão dos métodos e das organizações ocidentais de produção e ensino.” (SAES; SAES, 2013, p. 276).

Por fim, a Batalha de Sedan, acontecida próxima a cidade de Sedan, na França, se insere no contexto da Guerra franco-prussiana (1870-1871) e marca a derrota da França contra a Prússia em 1870, derrubando o Império francês de Napoleão III e a instauração da Terceira República da França. O sistema de república era para ser provisório, uma vez que a ideia inicial era a restauração do regime monarquista, porém com as eleições em 1879 os republicanos

saíram vitoriosos, elegendo o presidente Jules Grévy. A partir de 1870, então, também reformas aconteceram e, novamente, destaca-se o campo do ensino. De acordo com o historiador Damiano Matasci (2016, p. 147), em 1870 “a reforma da instrução pública se tornou uma urgência nacional - porque se tratava de reerguer a França - a precocidade relativa de alguns países na instalação da instrução obrigatória constitui um argumento importante para seus parceiros.” Ainda segundo Matasci, “é com patriotismo e com espírito de revanche que os reformadores franceses se propõem a restabelecer o país. Por outro lado, é preciso aprender com o inimigo, pois essa mudança passa pela instrução pública, área na qual a Alemanha suscita há muito tempo uma inegável fascinação.”

Diante disso, é possível compreender possíveis motivos da evocação desses três momentos na fala de Julio de Mesquita Filho. Os três casos possuem pelo menos três aspectos em comum: a derrota, o ressentimento e a revanche. E dentro de toda essa concepção a necessidade de reformas que no caso, seria de caráter educacional. Assim, quando Júlio de Mesquita Filho assinala que após 1932, se encontravam em “situação idêntica” a esses três casos, é possível afirmar que o jornalista está colocando o caso de 1932 nesses mesmos aspectos: a derrota, o ressentimento e a revanche, pela reforma educacional. Nesse sentido podemos observar o pensamento por trás da criação da Universidade de São Paulo.

A história da fundação da USP está diretamente relacionada com a derrota da elite paulista em 1932. Júlio de Mesquita Filho evoca exatamente essa imagem ao falar da universidade. Apropriando-se das discussões do historiador francês Pierre Ansart (2001) sobre a história e memória dos ressentimentos,²³ pode-se sugerir que a oligarquia paulista, sobretudo os liberais de *O Estado de S. Paulo*, nutrem um ressentimento pelo movimento de 1932. Ansart ao refletir sobre um tipo de ressentimento, definido como o “ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores” (ANSART, 2001, p. 19), nos diz que tal ressentimento se reforça pelo “desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada” (ANSART, 2001, p. 19). De forma mais específica, as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2015, p. 537) apontam que em 1932 as insatisfações das elites – em especial de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo – com o governo de Vargas se acumularam e os paulistas reagiram, sobretudo por conta da “perda do controle da política do café “que passou das mãos do Instituto do Café

²³ Em seu texto, Ansart reflete sobre a relação estabelecida entre os ressentimentos, a história e a memória, em que o historiador ou historiadora deve se empenhar em “compreender e explicar como o ressentimento se manifesta, a quais comportamentos serve de fonte e que atitudes e condutas inspira, consciente ou inconscientemente.” (ANSART, 2001, p. 21).

do Estado de São Paulo para o Conselho Nacional do Café, novo órgão criado pelo governo federal para enfrentar a crise mundial”, bem como a “quebra de autonomia política do estado com a imposição de interventores” que não eram de São Paulo. Assim, em 1932, “as forças políticas do estado chegaram a um entendimento em torno de uma pauta comum de oposição que combinava a bandeira constitucionalista – a exigência de convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte – com um claro antagonismo regionalista”, daí resultava, segundo a historiadora, “um forte sentimento de identidade e a materialização da política do ressentimento” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 537).

Em uma mesma direção, a historiadora Maria Helena Capelato (1988, p. 49) afirma que “as elites paulistas perderam a guerra, mas nunca admitiram a derrota; continuaram lutando para a efetivação de seu projeto” (CAPELATO, 1988, p. 49), e a idealização da Universidade de São Paulo é uma manifestação desse desejo.

Assim, o suplemento *Cultura*, ao reproduzir esses discursos, potencializa-os, ressignificando-os naquele presente, ao legitimar um “discurso fundador” (ROIZ, 2006, p. 53) sobre a história da Universidade de São Paulo. Da mesma forma, esse discurso é atualizado por sujeitos no presente. Nessa edição comemorativa do cinquentenário da USP, alguns intelectuais também enquadram uma memória sobre a criação da universidade:

Para entender a criação da USP e de suas linhas gerais é preciso conhecer o núcleo do pensamento de Júlio de Mesquita Filho, pois, se ele teve valiosos colaboradores, Armando de Salles de Oliveira, Francisco da Fonseca Telles, Fernando de Azevedo, Cristiano Altenfelder da Silva, Teodoro Ramos e outros, foi ele a alma do empreendimento, inspirado no melhor do espírito bandeirante (...) e politicamente voltado, após o malogro da Revolução Constitucionalista de 1932, para a construção e a modernização do Brasil, a partir da liderança cultural e moral de S. Paulo, derrotado pelas armas mas indomado no espírito (*Cultura do Estado de S. Paulo*, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 10).

A citação acima foi retirada do texto do historiador e filósofo Roque Spencer Maciel de Barros dessa mesma edição. Em sua narrativa se observa também que a “memória ressentida” de 1932 ainda se mantém em seu discurso, ao afirmar que a construção da modernização do Brasil viria da liderança cultural e moral de São Paulo, impulsionada a partir da derrota de 1932. De forma mais explícita, em outro texto dessa edição, o filósofo Paul Arbousse-Bastide afirma que “as motivações que inspiram os fundadores da Universidade de São Paulo são inseparáveis da Revolução de 1932. Júlio de Mesquita Filho, ativamente implicado na insurreição paulista, ficou, como muitos paulistas, extremamente sensibilizado pelo seu fracasso.” (*Cultura do Estado de S. Paulo*, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 13 grifo nosso.)

Somado a essas questões, é explícito o título atribuído a Júlio de Mesquita Filho como o mais importante idealizador do projeto da universidade, e mais ainda, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sobre essa última, se nos debruçarmos brevemente sobre sua história, a FFCL merece um pouco mais de atenção. Isso porque, criada juntamente com a universidade em 1934, foi projetada para ser o “coração da universidade”, ou seja, “o lugar onde se desenvolveriam ‘os estudos de cultura livre e desinteressada’” (CUNHA, 2007, p. 241). Também os sociólogos Afrânio Catani e Ana Paulo Hey, ao estudarem a criação da FFCL, afirmam:

O papel originalmente atribuído à FFCL estabelecia que: os cursos básicos, comuns e propedêuticos deveriam ser nela centralizados; ela seria uma espécie de universidade dentro da própria universidade; deveria ditar e garantir às demais escolas, faculdades e institutos os novos padrões de ensino e pesquisa básica e aplicadas, bem como a formação de docentes e de pesquisadores; deveria realizar a integração dos cursos e das atividades acadêmicas de toda a USP (CATANI; HEY; 2011, p. 235).

Essa atenção especial à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras se deu principalmente por causa de Júlio de Mesquita Filho e Paulo Prado. Ambos eram “*hommes de lettres* na tradição francesa” e, assim, “era natural esperar que eles enfatizassem as humanidades e as ciências sociais” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 169;170). Logo, foram convidados para formar os quadros da Faculdade professores europeus, em especial os franceses.

É certo que as missões francesas — que fazem parte das relações entre Brasil e França desde o século XIX — desempenharam grande importância na construção do pensamento brasileiro. Essas reformas educacionais propostas no primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1930, despertaram mais uma vez o interesse de instituições francesas em estabelecer modelos no Brasil. Segundo a historiadora Marieta Ferreira de Moraes (1999), em 1933 várias correspondências foram trocadas entre França e Brasil, sendo promovida pelo *Institut Franco-Brésilien de Haute Culture* uma série de conferências de professores da Sorbonne, demonstrando a necessidade da França em garantir seu terreno, visto que outros países como os Estados Unidos e Itália também formularam orientações educacionais que estavam sendo debatidas na época. (FERREIRA, 1999, p. 07). Daí que os dirigentes da FFCL da USP também fossem para o exterior para providenciar a contratação de intelectuais estrangeiros para São Paulo.

Portanto, a atenção dada à USP e à presença de seus professores e pesquisadores no suplemento *Cultura* não poderia deixar de ser destacada. Como foi citado, essa presença se convertia em 75% dos intelectuais no recorte da área de história, mas há grande possibilidade de resultados parecidos se se ampliasse a pesquisa para intelectuais de outras áreas. Muitos

intelectuais que se formaram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — e, depois, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) —, além de exercerem a profissão no circuito universitário, ganharam ainda espaço nas páginas de diferentes jornais.²⁴ Sendo o suplemento *Cultura* um espaço de divulgação científica e circulação de ideias, acabou por ser constituído majoritariamente por esses intelectuais. Isso porque teria havido entre *O Estado de S. Paulo* e a USP uma relação que constantemente buscava ser legitimada pelo jornal, bem como pela universidade. Muitas vezes, mais do que pensar a importância científica que a universidade construiu na história do ensino superior brasileiro, o que se atualiza é a memória dos protagonistas de sua criação. O discurso de fundação da instituição apresenta a figura de Júlio de Mesquita Filho e seus colaboradores, então motivados pela renovação do ensino superior por meio da criação da Universidade de São Paulo, devido à derrota de 1932. É possível que pelo desejo de manter esse “discurso fundador”, o jornal desse uma atenção à USP que não daria a mais nenhuma outra, por considerá-la um dos seus maiores empreendimentos.

²⁴ Ao enfatizarmos a presença de intelectuais universitários no jornal *O Estado de S. Paulo* não se está propondo que estes ou mesmo outros sujeitos não estejam presentes também em outros jornais. Sabe-se inclusive da presença constante de pesquisadores e professores nas páginas de jornais como *Folha de S. Paulo*, caso do historiador Carlos Guilherme Motta. Sendo assim, o que se oferece é uma reflexão sobre como a presença de intelectuais da USP no jornal *O Estado de S. Paulo* está relacionada com uma profunda articulação entre este e a universidade.

3. VIRTUDES PARA SER "UM BOM HISTORIADOR": LEGITIMAÇÃO DA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA EM NARRATIVAS DO SUPLEMENTO *CULTURA*

Cultura, como já se pôde evidenciar, foi um suplemento cultural que se dedicou sobretudo, à divulgação do mercado editorial. Sendo assim, o tipo de publicação mais frequente em suas páginas é a resenha. Das 175 publicações de historiadores e historiadoras encontradas no suplemento, 128 são resenhas ou ensaios bibliográficos de livros e textos. Portanto, o que a análise dessas narrativas possibilita evidenciar sobre a atuação de historiadoras e historiadores no suplemento?

Uma primeira consideração a se fazer é que os profissionais da área de história publicavam no suplemento uma narrativa avaliativa e diante disso, problematiza-se a legitimação do discurso histórico. Segundo Michel de Certeau (1982, p. 72), o valor de uma obra historiográfica é “aquela que é reconhecida como tal pelos pares”. Os pares correspondem ao “nós” presente nos textos de história, “um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso”.

Dessa maneira, quando historiadoras e historiadores escrevem uma avaliação de um livro ou texto, acionam justificativas que os legitimam ou não enquanto produções historiográficas. Resenhas, ensaios bibliográficos, textos de homenagem a mestres e colegas, são produções sintomáticas nesse sentido, tornando-se potenciais fontes para análise de normas e condutas da “Instituição histórica”, ou seja, um lugar “que lhe *permete* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros” (CERTEAU, 1982, p. 77).

lém de possibilitar investigar as justificativas para legitimar o discurso histórico, tais narrativas possibilitam evidenciar a legitimação da prática historiográfica em si. É comum encontrar nas resenhas publicadas em *Cultura* virtudes e valores de “um bom historiador”, ou seja, características que marcam uma boa prática historiográfica. Cita-se como exemplo elogios como boa erudição, cuidado com as fontes, inovação, criatividade, levantamento laborioso de massa documental de arquivos etc. Quando um historiador ou historiadora evoca virtudes de tal tipo, acaba por atestar modelos para exercer o próprio ofício, reconhecendo os outros e a si próprio.

No intuito de investigar os discursos de legitimação da prática historiográfica em narrativas de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura*, a análise proposta nesse capítulo tem como base o estudo de João R. Munhoz Ohara (2017) sobre virtudes epistêmicas no discurso historiográfico. Ohara apropria-se do conceito de virtudes epistêmicas do ramo da epistemologia na Filosofia, porém modifica seu sentido para um “uso histórico” do conceito, proposto inicialmente pelo historiador holandês Herman Paul. Para Ohara “a posse, o cultivo e

o exercício de determinadas virtudes epistêmicas atuam como garantia de que sua produção está sujeita aos critérios de validação de uma dada sociedade, ou de um dado grupo - é a fiadora do valor de verdade de um texto histórico.” (OHARA, 2017, p. 20). O “uso histórico” do conceito proposto por Ohara está na diferença entre a História e a Filosofia em tratar suas problemáticas. No caso das virtudes epistêmicas, significa dizer que “se um filósofo poderia colocar como problema de reflexão a pergunta ‘o que é virtude epistêmica’, um historiador provavelmente acrescentaria ‘em que contexto?’” (OHARA, 2017, p. 18), ou seja, para a história, as virtudes epistêmicas não são imutáveis, constantes em todos os contextos, pelo contrário: em cada tempo e espaço, historiadores e historiadoras acionaram/acionam diferentes virtudes para caracterizar e valorizar o próprio ofício.

Dessa forma, trata-se de evidenciar virtudes epistêmicas em resenhas, ensaios bibliográficos, entrevistas e textos de homenagem aos pares publicados por historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* entre 1980 e 1990. Apoiando-se na reflexão proposta por Ohara, busca-se analisar nessas narrativas, como esses intelectuais “veiculam julgamentos e avaliações públicos de seus pares, questionando não apenas o conteúdo propriamente histórico de seus escritos, mas também a maneira pelas quais os indivíduos produziram seus trabalhos” (OHARA, 2017, p. 34).

3.1 O HISTORIADOR ARQUIVISTA

Na leitura das fontes se observou que, não raramente, os profissionais de história, referindo-se aos autores ou personagens de forma crítica ou apologética, atribuíram características específicas para o exercício da prática historiográfica. Vale observar que boa parte das vezes essas virtudes evocadas eram assinaladas no entrelaçamento do historiador com o arquivo. Assim, de forma bastante evidente, as narrativas não somente tratavam do conteúdo da obra, como também pontuavam a pesquisa documental e o trato com as fontes.

Segundo Ohara (2017, p. 46) “no mínimo desde a ‘virada arquivística’ do século XIX, não se concebe um trabalho de história escrito sem o uso de fontes – preferencialmente escritas – a partir das quais o historiador poderia reconstruir o passado em forma narrativa”. No contexto específico dos historiadores e historiadoras brasileiros da década de 1980 e 1990, Ohara observou que a “*persona* do historiador arquivista” é ainda a “estrutura fundamental das maneiras de fazer história.” (OHARA, 2017, p. 47).

Em *Cultura*, a historiadora Julita Scarano, por exemplo, frequentemente evidenciava em suas resenhas o trabalho no arquivo da autora ou autor resenhado. Em resenha da 2ª edição do

livro “O algodão em São Paulo – 1861-1875” (T.A Queiroz, 2ª ed., 1984) da historiadora Alice Piffer Canabrava, Scarano apontava a “pesquisa exaustiva da autora, apoiada em volumosa fonte primária” (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 18 ago. 1985, ed. 270, p. 11). De forma semelhante, Scarano caracterizou a obra “Os radicais da República” (Brasiliense, 1986), da historiadora Suely Robles R. de Queiroz, como um “trabalho sério e significativo” por apoiar-se “em vasta pesquisa documental (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 28 mai. 1988, ed. 410, p. 11).

A ênfase no arquivo dava-se de diferentes formas. No caso das resenhas, não se pode afirmar que todos os historiadores de uma estrutura de análise que destacava todos os aspectos da operação historiográfica. Nos fragmentos explicitados acima, a menção à prática nos arquivos é bastante pontual, apenas sinalizada entre a análise de conteúdo e a relevância ou não da leitura da obra. Em outros casos, contudo, uma reflexão sobre a prática historiográfica e sua relação com os arquivos é o fio condutor para se construir a própria resenha. Assim é o caso da historiadora Laura de Mello e Souza, que inicia sua narrativa sobre o livro “As mulheres, o poder e a família (São Paulo, século XIX)” (Marco Zero/Secretaria de Cultura de São Paulo, 1989) da historiadora Eni de Mesquita Samara:

Entre historiadores, dizem alguns que é moda destruir mitos, dar importância ao que é insignificante, exagerar nos recortes absurdamente originais. Discordo. Anos, décadas, um século ou mais de pesquisa histórica serão necessários para enfocar visões distorcidas ainda muito correntes na historiografia brasileira. Não me refiro a enfoques datados, fruto muitas vezes de contingências políticas ou tomadas súbitas e dolorosas de consciência. Mas a distorções mesmo, provocadas pela repetição de estereótipos duvidosos ou pela mania de que é possível fazer trabalhos de história sem muita frequência de arquivos (SOUZA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 25 nov. 1989, ed. 487, p. 8, grifo nosso).

A historiadora faz uma reflexão ampla acerca dos embates entre historiadores brasileiros sobre as formas de escrever a história, a saber, a nova história cultural francesa e a micro história italiana que crescia no Brasil ao final da década de 1980 e gerava oposições e críticas, as quais acusavam esses “novos historiadores” de contribuir para a fragmentação do campo e de estudar temas pequenos e pouco relevantes, em detrimento de uma análise marxista que teria como questão central a “da luta de classes e do capitalismo” (VAINFAS, 2009, p. 229). No ano 2000, a historiadora Laura de Mello e Souza viria a confirmar em uma entrevista esse embate sobre os arquivos na década de 1980: “houve um movimento mais ou menos geral que apontou para a retomada das fontes empíricas”, afirma, “existia uma espécie de frenesi de voltar aos

arquivos”. Questionada em seguida pelo entrevistador sobre o que essa volta aos arquivos estaria contrapondo, a historiadora continua:

Análises mais globais. Por exemplo, um trabalho como o do Fernando Henrique ou do Florestan Fernandes, trabalhos muito importantes, não foram feitos com documentos manuscritos. A base era a documentação impressa e muitas vezes de segunda mão, ou seja, reproduzindo o que a historiografia já dizia. Eu acho que a primeira característica da nossa geração é que houve uma espécie de mania por fontes primárias. (SOUZA, 2000).²⁵

A lembrança de Mello e Souza traduz bem a relação que historiadores retomaram com os arquivos a partir das últimas décadas do século XX. Boa parte dessa relação se deveu, é verdade, a mudança de paradigmas nas Ciências Humanas, com o declínio das teorias marxistas e estruturalistas e da ascensão de perspectivas como a Nova História francesa com seus *novos problemas, novas abordagens e novos objetos*, mas também a micro-história italiana e o *paradigma indiciário* de Carlo Ginzburg.

A reflexão de Mello e Souza conecta duas virtudes para a prática historiográfica: o trabalho de desmistificar ou desconstruir generalizações ou estereótipos duvidosos e a frequência em arquivos. Obviamente, sua argumentação deseja introduzir a própria análise do livro resenhado, que por sua vez, aborda a problemática da história da família em São Paulo. O tema, para Mello e Souza, coloca em questão dois mitos construídos: a estrutura patriarcal homogeneizante da família no Brasil, de um lado, e a “mania de grandeza dos paulistas”, de outro (SOUZA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 25 nov. 1989, ed. 487, p. 8). Assim, o trabalho de Samara seria de extrema relevância, uma vez que dele “a família brasileira sai mais complexa e os paulistas – sobretudo as mulheres – mais palpáveis, antes com feições de carne e osso do que com a estrutura de belos mitos olímpicos” (SOUZA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 25 nov. 1989, ed. 487, p. 9). Para tanto, a resenhista confere grande parte do êxito da obra pelo trabalho que a autora desempenhou nos arquivos:

Para um leitor leigo, pouco familiarizado com a problemática, é possível que algumas das principais virtudes da pesquisa passem despercebidas. Primeiro, a própria documentação. Eni Samara alude discretamente ao fato de ter, após trabalho árduo em conjunto com a profª Laima Mesgravis, recuperado “mais de 1.000 testamentos, entre 1767 e 1920”, no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (p.1). Tal corpus constitui fonte inédita ou pouquíssimo explorada (...)

²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. Entrevista com Laura de Mello e Souza. Site Sesc de São Paulo, nº 38, 01 jun. 2000. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/645_ENTREVISTALaura+DE+Mello+E+SOUZA. Acessado em: 01/06/2020.

O conjunto documental com que a autora trabalha possibilita, dessa forma, que se complete a visão da sociedade colonial paulista a partir de um mesmo tipo de documento, revelando-lhe os elementos de continuidade e de ruptura. É, portanto, um trabalho notável de pesquisa arquivística, e que deve ser ressaltado (SOUZA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 25 nov. 1989, ed. 487, p. 8).

Semelhante à “pesquisa exaustiva” atribuída por Scarano, está o “trabalho árduo” mencionado por Mello e Souza para se referir ao trabalho de Eni Samara no arquivo. Observa-se que, como parte constitutiva da prática historiográfica, o esforço em lidar com uma grande massa documental é motivo, muitas das vezes, de elogios e valorização pelos pares. É interessante observar que a pesquisa documental, segundo Laura de Mello e Souza, foi algo discretamente explicitado pela autora do livro, mas que deve, contudo, ser ressaltado, uma vez que fornece a relevância e legitimidade necessária para seu estudo. Compreende-se, então, que a questão da pesquisa documental, tanto para Scarano, quanto para Mello e Souza, está atrelada ao quantitativo, com a abundância de documentos que requer do historiador ou da historiadora esse trabalho exaustivo de descoberta e seleção.

Mas não é somente nas resenhas que a conexão entre a história e os arquivos se destaca. *Cultura* também publicava artigos, ensaios e entrevistas com historiadoras e historiadores e em grande parte das vezes, essa questão era colocada. Vale ressaltar a entrevista do historiador José Honório Rodrigues concedida a Lourenço Dantas Mota e publicada em cinco páginas no suplemento em 1982. Na ocasião, o historiador falou tanto de suas pesquisas, seus livros publicados, quanto da sua concepção do trabalho do historiador. Em determinado momento da entrevista, Mota lhe perguntou: “por que é tão deficiente no Brasil a conservação de documentos históricos?”. Sem dar uma resposta breve ou simples, Rodrigues formula uma reflexão acerca da presença ou ausência de “sentimento histórico” ao longo do tempo. Como exemplo, o historiador discorre sobre a atitude de Ruy Barbosa em mandar queimar os arquivos da escravidão no final do século XIX, a fim de evitar a indenização dos senhores de escravizados.

Creio que Ruy defendeu a queima dos arquivos realmente com o objetivo de evitar a indenização. Por outro lado, isto nos mostra o ahistoricismo (sic) de Ruy. Ele não foi homem de formação histórica. Não conhecia bem a História do Brasil. Sempre desprezou a História. Ruy foi um homem do momento, um homem contemporâneo, sem a preocupação de buscar as raízes das coisas brasileiras. Ele não tinha a vocação de buscar na História as razões dos nossos erros. (...) Acho que a sua atitude se deveu a duas razões. A uma posição jurídica, porque, queimando os documentos, ele evitava a indenização e também porque ele não tinha sentimento histórico. Se ele tivesse sentimento histórico, poderia ter ocultado os arquivos, que reapareceriam depois de algum tempo (RODRIGUES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 30 ago. 1981, ed. 64, p. 5).

Aqui, pela primeira vez, a questão do arquivo apareceu englobada em um conceito que Rodrigues chamou de “sentimento histórico”. Compreendendo-o enquanto uma virtude epistêmica, observa-se que a sua ausência em Ruy Barbosa denunciada pelo historiador está ligada à questão de os arquivos serem fundamentais para a história. A ideia apresentada é de que a falta de preservação de documentos faz com que a história seja desprezada pelo jurista. Quando afirma que Ruy Barbosa foi um “homem do momento”, pode-se dizer que o historiador compreende que o jurista não se importou com o passado ou com o futuro, fato comprovado pela queima dos arquivos.

José Honório ainda apresenta uma possível alternativa para Ruy naquele momento. Para isso, dá exemplo de outro caso que pode ser considerado pelo historiador como a presença do sentimento histórico:

Quando Hitler subiu ao poder, o Partido Social Democrata alemão colocou à venda a correspondência de Marx, temendo que os nazistas quisessem destruí-la. Ela foi adquirida por um professor holandês de muito prestígio, que tinha uma obra importante sobre a história dos preços, N. W. Posthumus, e que convenceu os banqueiros de seu país a lhe darem dinheiro para a compra. Quando os alemães invadiram a Holanda, Rosenberg foi direto ao Instituto de História Social de Amsterdã, onde deveriam estar esses documentos. Nada achou, porque os holandeses, temendo que isso pudesse ocorrer, dividiram a correspondência em três partes: uma foi escondida em barcos, outra foi enterrada no interior da França e a terceira foi enterrada perto de Oxford, na Inglaterra. Terminada a guerra, a correspondência de Marx estava salva. Ruy poderia ter feito a mesma coisa com os arquivos da escravidão: escondê-los, evitando assim a indenização e ao mesmo tempo preservando-os (RODRIGUES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 30 ago. 1981, ed. 64, p. 5).

O exemplo de Marx alude uma solução alternativa para Ruy Barbosa: a ocultação dos documentos para que fossem acessados no futuro. O que parece ser importante, para José Honório Rodrigues, é que mesmo em situações que envolvem atitudes complexas é de extrema importância a consciência de preservação dos arquivos. Diferente dos dois primeiros casos, a narrativa de José Honório Rodrigues não parece esboçar propriamente o caráter quantitativo dos arquivos, e sim o caráter próprio de existência destes. Nesse caso, o sentimento histórico, para o historiador, está compreendido primordialmente no ato de preservação dos arquivos que, consequentemente, possibilitam a pesquisa documental.

3.2 AS PERGUNTAS QUE O HISTORIADOR FAZ

Cabe explorar outro aspecto relevante da entrevista de José Honório Rodrigues. Junto ao sentimento histórico, o historiador desenvolve uma segunda abordagem que pode ser

compreendida aqui como uma virtude: a “concepção filosófica” do historiador. Em uma passagem da entrevista, Rodrigues explica que

Todos têm uma formação ideológica, uma concepção de mundo, que vem da vida familiar e dos bancos escolares. Este é um quadro teórico indispensável. [...] Na história, a única coisa permanente é o documento. Mas ele é interpretado, interrogado e reconstruído de acordo com a concepção filosófica do historiador. Se ele não tiver uma concepção filosófica, repetirá o que os outros já disseram. Se, pelo contrário, tiver uma concepção filosófica, interpretará o documento de outra maneira, com as perguntas que refletem as aspirações e inquietações da nova geração, pois é a geração nova que formula perguntas novas. Um mesmo documento responde a perguntas que não foram formuladas pelas gerações anteriores (RODRIGUES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 30 ago. 1981, ed. 64, p. 5).

É nesse sentido que Rodrigues atribui a concepção filosófica que, para o historiador, está atrelada à compreensão e interpretação dos fatos. De acordo com Rodrigues, “se nos limitarmos a eles [os fatos], a história ficará incompreensível”. Defende, pois, “para reconstruir a história, para fazer um livro de história de real valor, é preciso de uma filosofia da história”. O que José Honório parece afirmar é que os fatos por si só não são compreensíveis, eles devem passar pela interpretação e pela compreensão. Para o historiador, esse movimento de interpretar e compreender depende daqueles que se propõem a realizá-los. Então, sendo as perguntas que historiador faz aos documentos essenciais para a escrita da História, estas dependem da bagagem de cada profissional, a fazer com que um mesmo documento seja interpretado e compreendido de maneira diversa. Nesse sentido, como afirma a historiadora Gêssica Goes Guimarães (2005), comprometido com ideias como as do filósofo italiano Benedetto Croce, em sua máxima de que toda história é história contemporânea, Rodrigues postulou que “como toda construção humana, a história estará sempre condicionada aos limites de sua própria historicidade, ou seja, escrever história, em certa medida, consiste em revelar mais sobre o espírito do sujeito da escrita do que sobre o objeto investigado” (GUIMARÃES, 2005, p. 05). Assim, no trecho acima, o historiador enfatiza o próprio movimento da historiografia no tempo, a partir da formulação de novas perguntas por historiadoras e historiadores, a demonstrar que a história é uma ciência que se modifica conforme as demandas e inquietações de cada presente.

As afirmações de José Honório Rodrigues foram também contempladas pelo historiador Francisco Iglésias em narrativa publicada em *Cultura* sobre o livro intitulado “História Combatente” (Nova Fronteira, 1982) de Rodrigues:

Ao longo de sua obra de teorização sobre a História, José Honório Rodrigues insiste em que ela não é um campo neutro, trabalhado com indiferença pelo autor. (...) A

ilusão da neutralidade científica não encontra mais defensores: sempre que alguém considera a realidade, está tomando posição, consciente ou inconsciente. É claro que não se prega uma atividade partidária, a definição por um dos lados de modo decidido, torcendo-se a verdade para defesa de algum interesse. Ação ou omissão configura determinada atitude, a neutralidade é ilusória. O autor se define pelo que lhe parece verdadeiro, faz aí o seu campo (IGLÉSIAS, O Estado de S. Paulo, Cultura, 24 out. 1982, ed. 124, p. 09).

Nas palavras de Iglésias encontra-se de forma mais evidente um embate sobre objetividade e subjetividade, ou ainda, neutralidade na prática historiográfica. A ilusão da neutralidade, à qual o historiador se refere, remete à teoria cientificista do século XIX em que, na defesa da autonomia da história, os documentos (oficiais) foram concebidos como detentores da realidade do passado, cabendo ao historiador apenas descrever os fatos como eles foram.²⁶ Por outro lado, um “partidarismo”, como comenta Iglésias, ou atitudes apaixonadas em relação à escrita da história, estão longe de serem legitimadas. A verdade histórica, embora afastada da ideia de realidade absoluta sobre o passado, não deve cair em um extremo oposto, com atitudes que coloquem em dúvida a validade científica do discurso historiográfico. Sobre essa questão, cita-se exemplos de duas outras resenhas publicadas no suplemento *Cultura* que trouxeram críticas à determinada construção do discurso histórico.

Em resenha sobre o livro “Pinheiro Machado” (Universidade de Brasília, 1982), de Ciro Silva, Julita Scarano afirma que

O meio século de existência das Faculdades de Filosofia ainda não foi suficiente para trazer uma completa modificação no setor específico da História, no “fazer histórico”. A crônica histórica, isto é, o relato de acontecimentos e de personagens vistos de maneira pessoal e apaixonada continuam a ser produzidos e a suscitar interesse (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 27 mar. 1983, ed. 146, p. 14).

É interessante notar que a argumentação da historiadora sobre a obra de Ciro Silva é fundamentada, em primeira instância, por uma questão de formação. Já se teve a oportunidade de refletir nesse trabalho sobre a formação na construção de uma identidade historiadora e não se pretende para o leitor um tom repetitivo. Entretanto, não se pode desconsiderar que, para

²⁶ Como é sabido, tal teoria foi impulsionada já nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo pelo historiador alemão Leopold von Ranke. Por ser “contra a ideia de que a história tenha uma visão moral, Ranke sublinha, por várias vezes, o valor da imparcialidade – o historiador não tem paixões (LORIGA, 2012, p. 249). Essa concepção de história tornou-se fundamental ao longo do século XIX, sobretudo no pensamento histórico ocidental. Segundo o historiador Reinhart Koselleck (2013) tal concepção é o que se pode chamar de conceito moderno de história, tendo como uma das principais implicações a criação de uma cronologia própria que estabelece a ruptura absoluta entre passado e presente. Como desenvolve a historiadora Sabina Loriga “a história só nasce para uma época quando está completamente morta. Além de sublinhar a distância temporal, recomenda que o passado não seja assimilado ao presente, que se evitem os julgamentos e que se proíba tirar do passado ensinamentos para o futuro”. (LORIGA, 2012, p. 250).

Scarano, a formação institucional parece representar um fator importante na legitimação da obra enquanto histórica. As Faculdades de Filosofia construídas na primeira metade do século XX foram um primeiro passo para uma institucionalização das Ciências Humanas, sobretudo da história, no Brasil. Ciro Silva não teve tal formação, formou-se em uma Faculdade de Direito, que era onde a maioria dos intelectuais se profissionalizavam até a década de 1930. O que Ciro Silva teria feito, segundo Scarano, seria uma crônica histórica, com certa visão apaixonada dos acontecimentos. A formação institucional em história deveria se afastar disso, capacitando profissionais a um fazer historiográfico e uma escrita da história séria e “científica”. Nesta “produz-se o indivíduo capaz de falar do passado de maneira legítima, tanto quanto se produzem discursos sobre o passado” (OHARA, 2017, p. 54). Não se pode desconsiderar que a atribuição da formação universitária em história como garantidora da qualidade da produção historiográfica está alinhada, como afirma o historiador Ivan Noberto Santos (2009, p. 02), a uma ideia de “evolução disciplinar que vai de uma escrita mais primitiva para uma forma mais perfeita, correta ou adequada de se tratar o passado”. Logo, embora determinado “legado” das Faculdades de Filosofia ainda não tivesse sido suficiente para acabar com produções narrativas no formato em que a obra de Ciro Silva foi enquadrada, como Scarano lamentou, ele serviu para que historiadoras e historiadores brasileiros, formados academicamente a partir dessa institucionalização universitária, pudessem reafirmar disposições compreendidas como adequadas ou inadequadas para a prática historiográfica.

De outra maneira, destaca-se a resenha da historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna sobre o livro “A Coluna Prestes” (Brasiliense, 1991), de Anita L. Prestes. Sobre o livro, a historiadora aponta que

A procura da verdade histórica é identificada com a visão que os “de baixo” têm do processo. Só que Prestes é tratado no texto como a “voz” dessas camadas populares. Nesse sentido, os depoimentos de Prestes, fartamente utilizados, são transformados em critério de verdade e explicação definitiva sobre os diferentes temas abordados, mesmo quando confrontados com outras fontes. Não é à toa que já no início do livro Anita L. Prestes nos adverte sobre o papel dos grandes homens na história - “O grande homem é a expressão de uma realidade, ele surge como necessidade histórica” (pág. 38) e nem sempre, pelo menos no início de seu percurso, tem consciência de seu papel (LANNA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 18 mai. 1991, ed. 562, p. 10).

A historiadora critica a abordagem da autora vai ao encontro de uma história política tradicional. Segundo Lanna, isso acontece, pois, apesar de Anita Prestes pretender partir da perspectiva dos “de baixo”, que são as camadas populares, quem se sobressai como seu “porta-voz” – e cuja a atuação e a fala legitimam o processo dos acontecimentos – é, na verdade, um único homem: Luís Carlos Prestes. É possível que seja nesse sentido que Lanna critica a

abordagem tradicional da autora que, parafraseando o historiador Peter Burke, é uma abordagem que se concentra “nos grandes feitos dos grandes homens” e que destina ao resto da humanidade “um papel secundário no drama da história” (BURKE, 1992, p. 12).

Há uma outra questão que deve ser destacada desses dois exemplos de resenhas supracitados. Os autores das obras resenhadas – Ciro Silva e Anita Prestes – são parentes de seus personagens. Ciro Silva era sobrinho de Pinheiro Machado e Anita Prestes é filha de Luís Carlos Prestes. O parentesco poderia ter auxiliado para uma ausência de distância epistemológica entre esses autores e seus personagens, porém essa condição não foi levantada explicitamente pelas historiadoras que resenharam as obras, o que impede que se afirme que isso tenha sido uma problemática. Lanna em nenhum momento menciona o grau de parentesco entre a autora e Prestes, assinalando sua crítica estritamente pelo conteúdo do livro. Já Scarano menciona o parentesco entre o Ciro Silva e Pinheiro Machado, mas o faz para apontar o privilégio do acesso a documentação: “Pinheiro Machado foi escrito por parente do político, que, assim, teve oportunidade de consultar numerosas fontes para a elaboração desse trabalho” (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 27 mar. 1983, ed. 146, p. 14), e não porque confere nisso responsabilidade pela narrativa “apaixonada” do autor.

Retorna-se para a relação entre o historiador e o arquivo. Essa relação já esteve – e continua estando – no centro das discussões sobre a história e a historiografia. Com isso não se pretende afirmar que todas as questões que envolvem o funcionamento do campo da história sejam reduzidas à relação entre o arquivo e o historiador, mas compreende-se que muitas questões partiram e ainda partem, de fato, dessa relação, como se buscou demonstrar com a análise de narrativas publicadas por historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* entre as décadas de 1980 e 1990. Talvez, dos exemplos que foram apresentados acima, o de José Honório Rodrigues seja o que melhor suscita esse debate. O historiador em sua entrevista para o suplemento, evidenciou duas virtudes para a prática historiográfica: o sentimento histórico, traduzido pela importância dos arquivos para a história, e a concepção filosófica, fundamentada nas perguntas que o historiador faz às fontes. Ao abordar as duas virtudes de forma entrelaçada, Rodrigues ressalta que tão importante quanto o arquivo, é a maneira de abordá-lo pelo historiador. De qualquer forma, parece haver um consenso entre os historiadores e historiadoras presentes no suplemento que, sem a combinação dos dois é impossível que uma “boa” história seja escrita. Em outro sentido, também se coloca para esses profissionais que o trabalho historiográfico não é livre de escolhas, mas também não é livre de regras, a serem conferidas por seus próprios pares.

3.3 O TRABALHO DE “DESMISTIFICAÇÃO”

Uma outra maneira a partir da qual historiadoras e historiadores estavam sendo enxergados por seus pares no suplemento *Cultura* nas últimas décadas do século XX, era pelo potencial caráter desmistificador de seus trabalhos. Assim como no caso dos arquivos, não são todos os historiadores e historiadoras que mencionam a “desmistificação” como parte do trabalho do historiador, mas em publicações que essa questão é colocada, é possível que se observe a atribuição desse termo como uma qualidade virtuosa na prática historiográfica. Mas o que consiste em “desmistificar” como uma parte do trabalho historiográfico? Para responder tal pergunta é imprescindível que se reflita acerca do contexto em que essa questão aparece.

Desmistificar remete ao ato de desconstrução de algo já consolidado para um grupo. Na década de 1980, têm-se no Brasil um campo historiográfico consolidado que veio se construindo, sobretudo, desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, passando pela disciplinarização na década de 1930 e a reformulação do ensino e criação de cursos de pós-graduação na década de 1970 e 1980. Assim, o último quartel do século XX foi marcado, sobretudo, por uma reavaliação crítica sobre a própria historiografia, possibilitada, de fato, porque a história já estava consolidada enquanto campo disciplinar. Articulada a esse movimento de olhar para o próprio campo, como possibilidade de revisitação de temas e abordagens, se colocou também demandas próprias do final do século, pautadas, em especial, pelas lutas e reivindicações políticas e sociais que colocavam questões e sujeitos ainda negligenciados pela historiografia.

Nesse sentido, para os profissionais de história que escrevem no suplemento entre 1980 e 1990, desmistificar tem a ver com desconstruir memórias e historiografias hegemônicas, algo que o historiador ou a historiadora das décadas finais do século XX deveria buscar em sua construção histórica.

Em resenha sobre o livro “A Revolução Alemã: mitos e versões” (1984), do historiador Daniel Aarão Reis Filho – publicado na coleção *Tudo é História* da editora Brasiliense –, a historiadora Maria Luísa Nabinger de Almeida afirma que, ao analisar um dos períodos mais conturbados da história alemã, a República de Weimar (1918-1922), o autor

põe por terra os mitos e as versões difundidos pelo próprio movimento comunista internacional, sem, contudo, desprezar a capacidade oposicionista da classe operária

alemã durante os anos em que a ideologia nazifascista já dava seus primeiros sinais (ALMEIDA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1984, ed. 231, p. 11).²⁷

Em uma mesma direção, a historiadora Suely Robles Reis de Queiroz, em resenha do livro “Transformação e trabalho em uma economia escravista” (Brasiliense, 1988), do historiador Douglas Cole Libby, assinala que

O livro **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista, Minas Gerais no Século XIX**, da Editora Brasiliense, rompe essa visão tradicional e, baseado em copiosa documentação - fontes oficiais do governo provincial, relatos de viajantes estrangeiros etc. -, descobre nas Minas Gerais do século XIX uma economia surpreendentemente diversificada, em que, a par da agropecuária, da cafeicultura de exportação - circunscrita ao Vale da Paraíba - e da mineração, as atividades industriais ocupam lugar de destaque. Essa variada pauta produtiva desmente, portanto, a ideia de estagnação veiculada pela historiografia e confere à obra em questão um caráter inovador e revisionista (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 29 out. 1988, ed. 432, p. 7, grifado no original).

Aqui a historiadora não utiliza termos como mito ou desmistificação, mas, à semelhança, sugere que o autor tenha desmentido” a historiografia tradicional em relação à ideia de estagnação da economia mineira no século XIX, ao investigar documentação referente aos setores secundários, como do segmento têxtil e siderúrgico (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 29 out. 1988, ed. 432, p. 7).

Outra narrativa que merece atenção é a resenha da historiadora Laima Mesgravis sobre o livro “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército” (Paz e Terra, 1990), de Ricardo Henrique Salles. Se a maioria das resenhas publicadas no suplemento *Cultura* possuíam o mesmo ou semelhante título da obra resenhada, a narrativa de Mesgravis é distinta e provocativa: “História e Mito”. O tom de sua reflexão anunciado no título é explicitado em seu início:

A história dos povos e das nações sempre inclui capítulos e figuras envoltas em interpretações mitológicas conflitantes. A questão se complica quando estão incluídos diversos países e cada um deles procura cristalizar uma imagem favorável e até gloriosa do episódio. Nem mesmo as revisões históricas conseguem mudar esta tendência porque, normalmente, substituem um mito por outro. Caso típico na história do Brasil e da América Latina é o da Guerra do Paraguai. Logo após o episódio surgiram descrições e memórias de contemporâneos, nacionais e estrangeiros, seguidas de tentativas de elaboração de história da guerra. O enfoque varia, analisando a participação da Marinha, do Exército, de certas unidades, de personagens

²⁷ Logo, mitos e versões facilmente traduzidos também por “alcances e limites” dos ensaios revolucionários dos operários alemães trazem à tona as questões sobre o monolitismo político, a heterogeneidade da classe operária, o Estado proletário, os partidos e suas vanguardas, os sindicatos, o nacional e o internacional, e, sobretudo, a questão do binômio crise e revolução, que são atualmente interpretadas com frequência pelo impulso subjetivista.

transfiguradas em heróis, de batalhas, das negociações diplomáticas etc (...). (MESGRAVIS, O Estado de S. Paulo, 4 mai. 1991, ed. 560, p. 9).

Seguindo com uma revisão bibliográfica sobre o tema ao longo do século XX, a historiadora afirma que apenas a partir da década de 1960 é que o tema da Guerra do Paraguai ressurgiu, com certo caráter de revisão:

Decorre daí um fato bastante estranho, de louvável tendência de revisão da história da Guerra do Paraguai, desmitificando heroísmos e o papel libertador e civilizatório do Brasil, os autores caem na adoção acrítica e ingênua da interpretação e dos mitos paraguaios. O “mea culpa” brasileiro quanto aos excessos cometidos durante a guerra atinge as raízes do ridículo e patético quando aceita sem crítica ou pesquisa a posição historiográfica paraguaia carregada do triste ufanismo machista do subdesenvolvimento (MESGRAVIS, O Estado de S. Paulo, 4 mai. 1991, ed. 560, p. 9).

A historiadora lamentou a insuficiência dessas pesquisas que, segundo ela, apenas “acrescentaram à análise novos ângulos” e utilizaram de fontes já conhecidas e tradicionais. Logo, a construção de uma reflexão sobre a história da Guerra do Paraguai na América Latina ao longo do século XX toma quase que todo o espaço de sua narrativa. A resenha, que possui uma página inteira no suplemento – dividida em cinco colunas – apenas menciona o livro resenhado nos parágrafos finais. A construção é intencional pois, segundo Queiroz,

É nesse contexto que é digno de louvor o livro de Ricardo Salles (**Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra**) que, embora de forma ensaística, levanta novas questões sobre a Guerra do Paraguai. É um trabalho curioso e um tanto irregular, explicável pela formação acadêmica incompleta do autor, que apesar de tudo revela vocação para a reflexão histórica (MESGRAVIS, O Estado de S. Paulo, 4 mai. 1991, ed. 560, p. 9, grifado no original).

É interessante observar que a historiadora menciona a formação universitária em história “incompleta” do autor,²⁸ o que seria compensado – segundo a construção da narrativa de Mesgravis – pelo caráter desmistificador que o autor alcançou em seu trabalho.

Como último exemplo de como a “desmistificação” enquanto uma virtude para o historiador aparece nas narrativas no suplemento, gostaria de retomar a resenha de Laura de Mello e Souza, anteriormente explorada na seção que se aprofundou sobre arquivos. Observa-

²⁸ Ricardo Henrique Salles foi estudante universitário na década de 1970, porém abandonou os estudos após prisão por envolvimento com a militância política de esquerda marxista, na luta contra a ditadura militar brasileira. Salles voltou ao meio acadêmico apenas em 1995 quando retomou sua graduação em história na PUC-RJ, concluindo-a no ano seguinte. Cf. SALLES, Ricardo. Examinando a História do Brasil Império (Entrevista). Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/do-brasil-imperio-ao-brasil-contemporaneo>. Publicado em: 5 abr. 2010. Acesso: [08/05/2020].

—se mais uma vez a primeira frase de sua resenha: “entre historiadores, dizem alguns que é moda destruir mitos, dar importância ao que é insignificante, exagerar nos recortes absurdamente originais.” (SOUZA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 25 nov. 1989, ed. 487, p. 8). Como mencionado, Mello e Souza inicia dessa forma para construir, no momento seguinte, uma defesa daquilo que acredita serem virtudes para a prática historiográfica, virtudes que encontrou no trabalho de Eni Samara, como o trato com as fontes na pesquisa documental. Mas essa reflexão sobre a pesquisa em arquivo vem acompanhada também de uma reflexão sobre o caráter desmistificador no trabalho da historiadora. Em outra parte da resenha, Mello e Souza afirma: “o trabalho de Eni de Mesquita Samara é uma confluência feliz do esforço desmistificador e da paciência no trato com documentos velhos.” (SOUZA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 25 nov. 1989, ed. 487, p. 8). Como já mencionado, para Mello e Souza, o trabalho de Eni Samara teria efeito sobre a construção de um mito de que a estrutura familiar em São Paulo seria homogênea, patriarcal e de elite. Vale observar que para a resenhista, esse trabalho de desmistificação é possível por causa da frequência nos arquivos: Eni Samara foi capaz de desmistificar a estrutura familiar homogênea no Brasil, pois juntou e investigou diversas documentações que comprovavam a existência de outras formas de estrutura familiar, nem patriarcais, nem de elite.

Todos os exemplos anteriormente citados possuem em comum o fato de que, naquele momento, entre a década de 1980 e 1990, pelo menos para essas historiadoras, valorizava-se a desconstrução de memórias e narrativas historiográficas ditas tradicionais ou hegemônicas. Maria Luísa Nabinger de Almeida elogiou Daniel Aarão Reis Filho pela desconstrução da memória construída pelo movimento comunista internacional acerca da história alemã no período da República de Weimar (1918-1922); Suely Robles de Queiroz exaltou o caráter inovador e revisionista de Douglas Libby em “desmentir” a estagnação da economia mineira do século XIX, tal como narrada pela historiografia econômica tradicional; Laima Mesgravis saudou o esforço desmistificador do trabalho de Ricardo Salles das memórias criadas acerca da Guerra do Paraguai na América Latina e, da mesma forma, Laura de Mello e Souza enalteceu Eni de Mesquita Samara por dismantelar a memória historiográfica tradicional e excludente da história da família no Brasil.

Se a desmistificação alude à ideia de desconstruir algo já consolidado, como anteriormente afirmou-se, é certo que seu momento posterior é o da reconstrução, de uma outra coisa, sob novas formas e perspectivas. Pode-se evocar a metáfora da “operação arquitetônica” do filósofo francês Paul Ricoeur (2007) para explicar a operação historiográfica. O discurso histórico, afirma, “deve ser construído em forma de obra; cada obra insere num ambiente já edificado; as releituras do passado são outras reconstruções, às vezes ao preço de custosas

demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador.” (RICOEUR, 2007, p. 222).

A história, enquanto uma ciência, e o historiador enquanto sujeito histórico, sempre em movimento, terão de lidar com desconstruções e reconstruções, seja daquilo que outros segmentos da sociedade produziram e difundiram, seja daquilo que seu próprio campo ajudou produzir ou legitimar.

Assim, “desmistificar” não deixou de ser uma função a ser desempenhada pelo profissional de história. O historiador francês Olivier Dumoulin, ao refletir sobre a função social do historiador, afirma que

“(...) a história tem por dever desmitificar, e é nisso que os trabalhos históricos trazem sua contribuição para o debate cívico e constituem uma necessidade. Revelar o que estava oculto, desvelar os traidores mascarados, indicar as enganações, esse seria o papel social do historiador (DUMOULIN, 2017, p. 30).

Nesse sentido, compreende-se que investigar a desmistificação enquanto parte do trabalho do historiador é importante na medida em que se deve aceitar o caráter sempre provisório (ROUSSO, 2016) das análises históricas, em que novos presentes sempre colocarão novas questões para o passado e para o futuro. Por outro lado, também sempre haverá disputas narrativas sobre os passados, o que deve deixar a condição de “desmistificador” do historiador em constante alerta.

3.4 A ESCRITA DA HISTÓRIA PARA UM PÚBLICO "MAIS AMPLO"

A ideia de que alcançar um público “mais amplo” constitua uma virtude na prática historiográfica talvez seja mais complexa do que aquelas até então apresentadas. É difícil delimitar o que seria um “público mais amplo” para os historiadores e historiadoras no contexto abordado e, além disso, envolve outras problemáticas para o campo historiográfico, como a questão da narrativa. De qualquer modo, considerou-se incluir a investigação de situações em que a questão do “público mais amplo” aparece, pois esta talvez seja uma das que mais possibilitam observar particularidades das publicações de historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura* em relação a outros meios de divulgação científica, como as revistas acadêmicas de história. Com isso quer-se dizer que questões como a relação entre o historiador e o arquivo ou então sobre desmistificação/revisão historiográfica, anteriormente apresentadas,

podem aparecer com mais frequência em narrativas publicadas em revistas científicas acadêmicas. É certo que pelo menos no contexto dos anos 1980 e 1990 existam semelhanças entre publicações em uma revista científica acadêmica e em um suplemento cultural, uma vez que os próprios produtores dessas narrativas transitam por esses espaços, não limitando a produção e a divulgação historiográfica a um único formato.

Mas, o “público mais amplo”, antes de ser uma preocupação dos historiadores e historiadoras, é uma preocupação do próprio ideal do suplemento. Como se observou no primeiro capítulo desse trabalho, o suplemento *Cultura* pretendia mais ou menos seguir a orientação de seu antecessor, o *Suplemento Cultural*, que possuía o lema “informar o leitor, pela palavra dos especialistas”. Sendo assim, não seria desagradável aos olhos dos editores que, nas resenhas publicadas, os autores indicassem a leitura para além dos próprios pares. Mas, para os profissionais de história que acionaram essa questão em suas narrativas, a preocupação com a recepção de obras de história pelo público não especializado não era apenas a indicação ou não da leitura, mas também de uma emergente preocupação com as formas de fazer história, ou melhor, de escrever história.

No campo específico da história, pode-se dizer que a questão do “retorno” à narrativa tem auxiliado uma preocupação maior com a escrita da história entre intelectuais nas três últimas décadas do século XX, somando-se à emergência da “virada linguística” anglo-saxônica e da hermenêutica alemã, a compreender que a realidade exige sua configuração a partir da linguagem. Ainda nos anos 1960, surgiria a terceira geração dos *Annales*, na França, época que presenciaria, segundo a historiadora Carlota Boto (1994, 28), “a fragmentação do movimento”, em que “a primazia do econômico foi substituída por um retorno à narrativa, ainda que tal reconciliação com o evento significasse novas abordagens para o reconhecimento de terrenos até então silenciosos”. Nasceu de tal movimento, a ampliação de estudos sobre família, sexualidade, cultura popular, loucura, entre outros que significaram a “redescoberta dos quadros mentais: história cultural do social, estudos sobre as alterações e permanências nas formas de pensar e de agir sobre a morte ou o nascimento, investigações acerca da correlação histórica entre as práticas de leitura e as mudanças sociais...” (BOTO, 1994, p. 28).

Também nos anos 1970, intelectuais como Paul Veyne (1971), Hayden White (1973) e Lawrence Stone (1979) introduziram o debate sobre a narrativa historiográfica. Os autores, mesmo que de forma diversa, lançavam a problemática da narrativa e questionavam as pretensões científicas da história. Segundo o historiador francês Jacques Revel (2010, p. 210), o debate historiográfico na década de 1970 compreendia o tema da narrativa como um sintoma que traduzia “um conjunto de reações a um dado estado de uma produção historiográfica

fortemente heterogênea e expressa globalmente um sentimento de insatisfação ou de decepção face ao projeto de uma história científica inspirada no modelo das ciências da natureza”. Em outra direção, destacam-se ainda as formulações do filósofo francês Paul Ricoeur (1994; 2007) que, diante do embate entre a história ser uma ciência ou uma arte narrativa (ROIZ, 2010), elaborou que a história seria tanto uma quanto a outra. O saber histórico, afirma, “procede da compreensão narrativa sem nada perder sua ambição científica.” (RICOEUR, 1994, p. 134). Dessa forma, a partir da perspectiva de Ricoeur, retornar à narrativa no procedimento historiográfico não refuta seu caráter científico, bem como não o faz recair sobre a ficção, pois a narrativa histórica “implica que as construções do historiador tenham a ambição de serem reconstruções mais ou menos aproximadas daquilo que um dia foi ‘real’” (RICOEUR, 2007, p. 275).

Não se pode afirmar que as discussões que permeavam o ambiente historiográfico europeu se davam da mesma forma e ao mesmo tempo em contexto nacional, até pela questão do tempo de espera entre a publicação original desses estudos e sua tradução brasileira. Assim, José Roberto A. Lapa (1985, p. 49), ao discorrer sobre as projeções da historiografia pós-1964, assinala que “os estudos sobre as obras de História e sua significação foram, durante muito tempo no Brasil, competência dos cultores de Literatura”, isso porque “a História era considerada simplesmente um gênero literário”. Entretanto, intelectuais como Nelson Werneck Sodré, José Honório Rodrigues, Alice P. Canabrava, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, começam um movimento de autoavaliação da disciplina histórica (LAPA, 1985). A partir da década de 1970, então, a história da historiografia começa a se enquadrar com certa autonomia enquanto disciplina, com os primeiros estudos monográficos caracterizados como tal (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018). Embora Lapa não desconsidere a importância de estudos sobre as obras de história no campo da História da Literatura pois, em suas palavras, “nada mais natural que assim se considere a produção de uma ciência que exige, na sua expressão, um discurso que não deixa de ser também literário” (LAPA, 1985, p. 50), o historiador afirma que tais estudos não são suficientes para responder às premissas dos historiadores, que estão interessados “em conhecer todo um processo em que implica a sua produção intelectual, a fim de criticá-lo, visando a elevação dos seus padrões de trabalho e o nível científico dos seus resultados” (LAPA, 1985, p. 50).

Não obstante, o avanço da indústria cultural, que marca as últimas décadas do século XX no Brasil, aflorou produção diversificada de narrativas sobre o passado para um público “mais amplo” pelos meios de comunicação como a imprensa, a televisão, o cinema e pelo

mercado editorial com a publicação de romances, crônicas e biografias. A crescente oferta e demanda pela diversificação de narrativas auxiliou para que os profissionais de história repensassem sua atuação, também em termos narrativos. Mas, como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, pode-se afirmar que as editoras, comerciais e universitárias, que se empenharam em publicar obras da área das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo a história, tiveram papel fundamental, colocando a produção científica, segundo Lapa (1985, p. 45), “ao alcance do debate e da crítica de um público leitor maior e menos envolvido nos condicionamentos que geralmente ocorrem em relação ao colégio universitário, integrado pelo autor que quer ver-se publicado”.

Nesse sentido, as narrativas publicadas no suplemento *Cultura* podem servir como um “termômetro” da maneira como historiadores e historiadoras estavam compreendendo essa relação entre o conhecimento histórico e a pretensão de um público “mais amplo”.

A historiadora Nanci Leonzo, em resenha do livro “Sistema de Casamento” (T.A. Queiroz/Edusp, 1984), da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, assinala:

Pela primeira vez temos à disposição, numa linguagem clara e acessível mesmo ao leitor não especializado na matéria, um quadro fiel da vida conjugal da população livre e da escrava no período colonial, abrangendo desde o processo da escolha do cônjuge até o da possível degradação do casal. (...) Os subterrâneos da nossa história social, hoje percorridos com uma certa assiduidade pelos pesquisadores, estão sendo, graças a estudos como este, que primam pela riqueza de seu conteúdo e escapa das raias da rançosa erudição acadêmica, abertos à visita do grande público. Nada mais justo e alentador (LEONZO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 30 set. 1984, ed. 225, p. 09).

Uma “linguagem clara e acessível” contra as “raias da rançosa erudição acadêmica”. No início do capítulo se afirmou que a erudição podia ser evocada como uma virtude epistêmica. Porém, no caso supracitado, a historiadora parece ser contrária à ideia de “erudição” como algo positivo. Certamente, Leonzo não se refere à “erudição” no sentido do trabalho de pesquisa acadêmica, mas como a narrativa é apresentada, ou seja, fugir da erudição acadêmica, para a historiadora, significaria alcançar outros públicos que não os “iniciados”, nesse caso, os pares. Assim, seu foco é a questão eminentemente narrativa da obra, que anuncia poder alcançar um público mais amplo. Observa-se que, ao afirmar que o tema tratado por Nizza da Silva está “aberto à visita do grande público”, é possível que se interprete que a historiadora compreenda que, primordialmente, o conhecimento de determinado passado é propriedade dos historiadores e historiadoras, uma vez que as narrativas produzidas que comunicam tal conhecimento não alcançam o leitor “comum”. Tal problemática seria resolvida, então, repensando os formatos em que o discurso histórico é comunicado.

De forma semelhante, a historiadora Julita Scarano afirma que

cada vez mais se necessitam obras que possam interessar e instruir um público jovem ou menos diferenciado, que não procura ou lê livros mais sofisticados, escritos para um público especializado ou culto. Portanto é sempre bem-vinda uma coleção capaz de levar esse público a compreender o passado e o mundo no qual vive, de maneira séria, clara e sucinta. Essa necessidade se faz sentir de tal maneira que inúmeras editoras vêm criando coleções com obras de divulgação escritas por especialistas, professores e escritores de comprovada competência que abordam variada gama de assuntos. O livro **A Inquisição**, da Brasiliense, responde perfeitamente aos ditames da coleção **Tudo é História**: com competência e seriedade trata, de maneira breve, de um assunto que sempre interessou alunos e grande público, interessados em conhecer e compreender um dos movimentos mais sérios e tristes de opressão e controle que atingiram nossa civilização ocidental e cristã, assim chamada. É muito positiva essa orientação editorial de divulgar assuntos culturais de interesse geral (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 3 out. 1982, ed. 121, p. 5, grifado no original).

Scarano se refere ao livro “A Inquisição na Península Ibérica” (Brasiliense, 1982), da historiadora Anita Novinsky. Assim como Leonzo, a historiadora aproveita o espaço da resenha para elogiar a iniciativa de divulgar o conhecimento histórico de forma mais acessível a outros públicos. O fato do livro de Novinsky fazer parte da coleção *Tudo é história* da Editora Brasiliense é relevante, pois, como afirma o historiador Maicon Carrijo (2013, p. 49), suas coleções são “donas de grandes públicos” na década de 1980. Configurando-se enquanto livros de bolso, se caracterizam por textos mais simples e informativos e também mais acessíveis economicamente, atingindo assim um público maior de leitores.

Diferentemente de Nanci Leonzo, que não explicita em sua resenha o que seria este “público mais amplo”, Julita Scarano indica que são os jovens, sobretudo estudantes universitários, que podem se interessar por publicações desse tipo. De acordo com Carrijo, “os universitários, que estavam em peso no mercado à procura de obras de referência, tiveram uma participação significativa” (CARRIJO, 2013, p. 49) para o sucesso das coleções da Editora. Contudo, nem todos aqueles que mencionavam a questão do público em suas resenhas, o faziam de forma elogiosa ou otimista.

É o caso da historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna, que resenhou o livro “Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina” (Memorial Unesp, 1990), organizado pela historiadora da arte Ana Maria de Moraes Beluzzo e resultado de um seminário realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos da Fundação Memorial da América Latina, em São Paulo. Após refletir sobre a abordagem da obra, composta de doze artigos de especialistas de diferentes áreas, a historiadora finaliza sua resenha da seguinte maneira:

Vale uma observação. Numa publicação desse tipo, que se pretende atingir um público mais amplo que os dos especialistas, seria interessante uma apresentação do tema,

explicitando o que se entende por vanguardas históricas. Isso com certeza facilitaria a compreensão dos artigos apresentados e talvez esclarecesse a superposição de periodizações: artigos - 1920 1950; manifestos - 1921 1959; cronologia - 1910 1964 (LANNA, O Estado de S. Paulo, Cultura, 16 fev. 1991, ed. 549, p. 11).

A historiadora parece sinalizar os limites do livro no qual diz respeito a alcançar o próprio público que pretende, uma vez que carece de uma apresentação do tema para maior compreensão do público-alvo, neste caso, aquele situado fora dos círculos da própria disciplina.

Em uma mesma direção destaca-se a narrativa do historiador Luís Henrique Dias Tavares que, com um tom bastante sarcástico, tratou da obra “Revolução Francesa em 50 palavras-chave” (Brasiliense, 1988), do historiador francês Michel Péronnet.

No prefácio, com elegante ironia, Godechot considera que Péronnet “se saiu muito bem” com as 50 palavras eleitas para designar os acontecimentos e as instituições da Revolução Francesa. Com igual ironia conclui que o livro “poderá ser útil” para estudantes e pessoas que ficam interrogativas depois que assistem a um filme ou a uma transmissão de televisão que tenha como tema ou assunto a Grande Revolução de 1789-1799. Mas deve-se entender que o autor de *Les Révolutions* (1770-1790) está esclarecendo que o livro não é para especialistas. Provavelmente se destina a essa coisa vaga a que se convencionou denominar “grande público” (TAVARES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 03 set. 1988, ed. 424, p. 11).

A ideia de elencar 50 palavras-chave para designar os acontecimentos da Revolução Francesa não parece agradar o historiador resenhista, em termos de uma leitura “especializada” do livro. Assim, a obra se destinaria ao “grande público”, denominação que Tavares também questiona. Observa-se como o historiador continua sua narrativa:

[...] Mas será que as 50 palavras-chaves de Péronnet são realmente as mais indicadas para se alcançar o enorme mundo complexo da Revolução Francesa? Procure-se, por exemplo, uma palavra perigosa: revolução. Curiosamente, não está entre as 50. (...) Deixando de escolher a palavra revolução, Péronnet escolheu, no entanto, contra-revolução. Mas, como conceituar contra-revolução sem conceituar antes revolução? (...) Péronnet não ajuda muito para que se chegue a uma conclusão. O seu verbete contra-revolução é extenso e correto, mas se torna confuso para quem não conheça uma boa história da Revolução Francesa, como a de Albert Soboul (**Precis D'Histoire de la Révolution Française**), da qual existe edição brasileira, dada pela Zahar Editores em 1964 (TAVARES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 03 set. 1988, ed. 424, p. 11, grifado no original).

De forma mais incisiva que Lanna, Tavares certamente problematiza a intencionalidade do autor da obra de atingir determinado público. Questiona, assim, as escolhas feitas pelo historiador francês, lançando um debate acerca dos conceitos de revolução e contra-revolução. Logo, se um livro de verbetes é um bom formato para alcançar um “grande público”, indicado na resenha como alguém curioso depois de assistir a um filme ou a um programa de televisão

– estes também produtores de narrativas históricas que alcançam um público mais amplo –, para Tavares parece ser arriscado reduzir em 50 palavras-chave um período tão complexo como a Revolução Francesa. Além disso, quando afirma que a explicação de Péronnet do verbete de contra-revolução é confuso, o historiador insinua que o leitor precisaria de um conhecimento mais aprofundado da temática que, assim como no caso da obra resenhada por Lanna, parece ser o contrário daquilo que se espera de seu público leitor. De todo modo, é possível compreender na resenha de Tavares e na resenha de Lanna, que existe certa preocupação sobre aquilo que se está produzindo na história destinado a um público mais amplo, em seus limites e potencialidades.

A questão da escrita da história para um “público mais amplo” parece demonstrar de maneira mais explícita a articulação entre os profissionais da história e a imprensa jornalística cultural, representada pelo suplemento *Cultura*, uma vez que era preocupação também deste último alcançar outras faixas de leitores e leitoras. Assim, de acordo com Carlota Boto, “a história tem sido ampliada no que diz respeito ao interesse de um público mais extenso e as práticas de leitura, e, portanto, editoriais, de maior alcance” (BOTO, 1994, p. 33).

Mas, é preciso explicitar melhor que “público mais amplo é esse”. Em alguns casos, as historiadoras e historiadores trazem em suas narrativas a delimitação do que compreendem enquanto público mais amplo e, de forma geral, se referem ao público universitário, estudantes e professores. Explorou-se nesta seção que as modificações nas formas de pensar a escrita da história, em especial pela retomada à questão narrativa no campo historiográfico foram substanciais para se pensar a questão do público. Carlota Boto, dialogando com o historiador francês Phillippe Ariès, afirma que “tal revalorização da narrativa – caracterizada por Ariès como revanche à anterior primazia socioeconômica – irá extrapolar o círculo restrito dos especialistas, ganhando nova dimensão social por ser assumida pela imprensa escrita e televisiva, o que propiciará efeitos particulares.” (BOTO, 1994, p. 28). No contexto da época na França, historiadores como George Duby e Jacques Le Goff chegaram a participar, por exemplo, de programas de televisão. De fato, tratou-se de uma popularização de historiadoras e historiadores para fora dos muros da academia, sobretudo em espaços de comunicação como a televisão e os jornais – como é o caso do próprio suplemento *Cultura* –, mas referindo-se ainda à popularização para um público leitor de classe média acadêmica. Por outro lado, significa também a ampliação e popularização da história para as ciências vizinhas. Segundo Boto, “nesse deslocamento de território, houve ganho para alguns setores que até então eram marginalizados pelo não reconhecimento de seu projeto dentre os historiadores de ofício”.

Assim, o último quartel do século XX significou a aproximação da história com a educação, a psicanálise, a literatura, por exemplo, o que ocasionou novos perfis de público leitor de história, notadamente, não historiadores, estudantes e pesquisadores de outras áreas, como as supracitadas. Logo, a preocupação com a escrita da história para um público mais amplo, no que concerne ao período observado, diz respeito ao caminho de abertura para o mercado editorial, por um lado, e para a interdisciplinarização, por outro.

guisa de conclusão deste capítulo, observa-se que o acionamento de virtudes epistêmicas em narrativas de historiadoras e historiadores demonstra que estes, de forma geral, utilizavam-se do espaço na imprensa para manifestar suas inquietações acerca do funcionamento de seu próprio ofício, mas o fazem a partir de uma leitura de seu próprio tempo, ao colocar em questão os procedimentos que condicionam a disciplina científica da história em relação a fatores que escapam propriamente ao seu funcionamento interno, a saber, demandas sociais do presente, daquilo que parece se esperar da história ou mesmo do historiador. As virtudes epistêmicas, assim, orientam a construção de uma identidade historiadora que permite determinadas condutas e valores para a historiografia de dado contexto. No caso dos historiadores e historiadoras brasileiros da década de 1980 – ao menos no que se pôde observar no suplemento *Cultura* –, virtudes acerca da pesquisa empírica, das perguntas direcionadas às fontes, da desmistificação de memórias hegemônicas e da escrita da história para um “público mais amplo” parecem, de alguma forma, configurar o perfil de história do final do século XX. Boa parte dessa questão se dá pela construção historiográfica ligada, em especial, à USP. A escola uspiana de história, que desde seu surgimento teve conexões com a historiografia francesa, notadamente ao grupo dos *Annales* (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994), formulou, em grande medida, esse perfil para o Brasil. Além disso, como já explicitado no primeiro capítulo, as produções historiográficas realizadas no Estado de São Paulo, sobretudo na USP, eram predominantes entre os títulos e autores divulgados no mercado editorial do período. Com isso, não quer se dizer que não havia outros projetos historiográficos em disputa, mas a questão da Universidade de São Paulo é levada em consideração justamente porque era expressa sua contribuição no suplemento investigado nesse trabalho.

De qualquer forma, observou-se que se desenha nas páginas do suplemento para o que significou ser “um bom historiador”, na época foi o amante de arquivos: aquele que não descuidava das filosofias que orientam suas questões, que denuncia os mitos e dessacraliza as verdades e que se preocupa com o alcance de sua produção, para além do campo estritamente historiográfico.

4. NARRATIVAS HISTÓRICAS EM *CULTURA*: DEMANDAS SOCIAIS, TENSÕES E RENOVAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

O historiador, que antes varria a sala, deixando-a brilhante, livre de culpas e ressentimentos, se deu conta que todos aqueles restos varridos formavam um entulho de representações simbólicas no meio da sala, porém debaixo do tapete. Nosso esforço para higienizar o ambiente – tornando o passado em História –, condenou-nos a cair sobre a própria armadilha na sala. Nosso olhar fixo e alienante no futuro nos transformou em uma autoridade com conhecimentos esclarecedores para visualizar perspectivas de futuro para a sociedade. Porém, bastou uma dobra no tapete para que nos debruçássemos sobre as ruínas, varridas para baixo do tapete (DIEHL, 2008, p. 47)

O excerto acima parece evidenciar dois aspectos da condição do pensamento histórico das últimas décadas do século XX: a crise da modernidade e a irrupção da memória sobre a história. A orientação temporal moderna, em sua vontade de progresso e evolução constante, renegava a memória em detrimento da construção do futuro. Porém, as catástrofes do século XX, não somente mudaram “a maneira de escrever a história contemporânea, mas suas longas sequelas contribuíram para mudar de maneira duradoura a relação com o passado e com o presente.” (ROUSSO, 2016, p. 223). Segundo o historiador alemão Andreas Huyssen (2000, p. 09), a partir da década de 1980 “o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes”.

No Brasil, especificamente, o período transicional da ditadura militar (1964-1985), assistiu à erupção de movimentos sociais de base, lutando por democracia, por justiça, direito e representação no plano político e social. A proliferação de narrativas diversas, advinda da insatisfação com as representações de suas camadas na narrativa oficial do Estado, exigiu, sobretudo, a atribuição de novas feições para o passado brasileiro.

Nesse movimento, no que diz respeito à historiografia, historiadores e historiadoras se viram afetados a modificar seu pensamento, na medida em que as grandes narrativas, pautadas, sobretudo, nas estruturas, não davam mais conta das demandas que surgiam nas últimas décadas do século XX.

Nos anos de 1980, de acordo o historiador Igor Guedes Ramos (2015, p. 233), “existe um discurso que associa as mudanças que vinham ocorrendo à possibilidade/necessidade de novas mudanças na sociedade brasileira”, bem como “uma possibilidade/necessidade de transformação na operação historiográfica – uma “renovação” na forma de escrita, nos modelos interpretativos (método, premissas, conceitos etc.), no uso das fontes e na postura ético-política.”

Logo, no capítulo que se segue, continua-se a seguir rastros de como as historiadoras e os historiadores se manifestavam no *Cultura*, agora em relação à emergência da história durante a década de 1980, no contexto de abertura política e redemocratização brasileira. Questões como “novos” temas, “novas” abordagens, a agenda política da nova constituinte e a emergência da memória e de do arquivo serão tratadas a partir do que se escreveu no suplemento.

4.1 1980, UMA DÉCADA PERDIDA?

Há quem diga que a década de 1980 foi uma década perdida. Para o contexto brasileiro, essa visão se concentra nos aspectos econômicos que marcam a crise financeira a partir do final da década de 1970, com a crise do regime militar. Por outro lado, a agenda por uma abertura política, que era discutida neste mesmo momento, colocava para os anos de 1980 acontecimentos, de amplo de interesse político para diversos segmentos da sociedade, o que refutam a ideia de “década perdida” difundida pela perspectiva econômica.

O fim do regime militar foi marcado por uma grande crise que, inclusive, delegou para a memória dos anos 1980 o axioma de “década perdida”. O historiador Marcos Napolitano (2014, p. 136) afirma que, já em 1973, último ano que marcou o dito “milagre econômico”, ocorrido no período do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1973), “a conjuntura de crise internacional, após o aumento de preços do petróleo quase no final deste ano, fez o governo, mais do que a sociedade, despertar da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre”, o que acabou por evidenciar a “fragilidade financeira e a dependência brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo”. Logo, o sucessor, Ernesto Geisel (1974-1979) assumiu o poder em meio à crise que gerava cada vez mais descontentamento social, muito por conta do “foco dos investimentos, a inflação e o retrocesso no consumo das classes médias” (NAPOLITANO, 2014, p. 154). A recessão e a inflação crescente que chegava, ainda em 1983, ao patamar de 200% (NAPOLITANO, 2014, p. 154) desestimulavam as chances de superação da crise.

O governo de Geisel também é marcado pelo processo que ficou conhecido como abertura política “lenta, gradual e segura” para devolver o governo brasileiro ao poder civil. Vale ressaltar, utilizando-se das afirmações de Napolitano (2014, p. 210), que não se pode caracterizar o processo de distensão e abertura política de forma linear e absoluta – como gostou de fazer a memória liberal do período – como se fosse uma “vontade de ferro do presidente em acabar com o regime”, assumindo o governo com a causa maior de devolver o poder na mão

dos civis e assim restaurar o processo democrático no Brasil. Longe disso, “o processo de ‘distensão’ e ‘abertura’ era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime”, uma vez que Geisel “sabia que o aparato policaresco de repressão era insuficiente e arriscado para tutelar o sistema político, sob risco do governo isolar-se dele.” (NAPOLITANO, 2014, p. 210). E, de fato, uma agenda de abertura e transição política só foi efetivamente imposta a partir de 1977, três anos depois de Geisel assumir o poder. “Ou seja, a partir de então, já com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem), é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo.” (NAPOLITANO, 2014, p. 210).

João Baptista Figueiredo (1979-1985), sucessor de Geisel, assume o poder em meio ao clima fervoroso das manifestações populares.²⁹ Como plano de governo, destaca-se a assinatura da Lei da Anistia³⁰ e a Reforma Partidária,³¹ orientando-se pela distensão e abertura, mas tentando amenizar o desgaste que as bases de sustentação política do regime militar sofria.

A historiadora Maria Helena Versiani (2011, p. 01) afirma que “a instalação de uma nova Constituinte, em 1987, não foi uma medida política ‘ofertada’ à sociedade brasileira por alguns parlamentares comprometidos com a redemocratização – como o discurso governamental da época sustentava”. Pelo contrário, foi “uma resposta a um movimento social amplo, que recolheu experiências e iniciativas diversas por todo o país e que, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, demonstrou uma enorme capacidade de mobilização política”. A campanha das *Diretas Já!*, acontecida entre 1983 e 1984, é um bom exemplo das mobilizações da década. Desejando a aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira,³² a campanha levou famílias, estudantes, trabalhadores, artistas e ativistas de movimentos sociais às ruas, pedindo as eleições presidenciais diretas e, dessa forma, unindo diferentes camadas e gerações em torno de um anseio em comum: a democracia.

A mobilização política e as manifestações cívicas demonstravam, como afirma a historiadora Samantha Viz Quadrato (2014, p. 07), que aquele momento era marcado pela

²⁹ Napolitano afirma que antes mesmo de Figueiredo assumir, mobilizações da classe operária já aconteciam devido a enorme crise econômica. Dois dias antes de sua posse “operários metalúrgicos do ABC paulista iniciaram uma greve que iria demonstrar os limites da abertura” (NAPOLITANO, 2014, p. 257).

³⁰ Lei 6.683/79 que concebia a anistia “ampla, geral e irrestrita” aos militares, perpetradores de crimes políticos e contra os direitos humanos, aos presos e exilados políticos.

³¹ Reforma Partidária acabava com o bipartidarismo imposto pelo regime militar em que só existiam dois partidos políticos, a ARENA e o MDB (oposição). A reforma, além de tentar contornar os problemas da crescente oposição ao regime, visava desmobilizar a oposição, dividindo-a em blocos ideológicos distintos. Assim, os dois partidos foram extinguidos e já em 1980 surgiam novos partidos: Partido Democrático Social (PDS); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido dos Trabalhadores (PT) e do antigo MDB surgia o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

³² A Proposta de Emenda Constitucional nº 5, escrita por Dante de Oliveira, à época deputado federal (1983-1985), reivindicava sobretudo as eleições diretas. Dessa forma, a mobilização entorno da campanha das *Diretas Já* visava, sobretudo, pressionar a aprovação da emenda no Congresso Nacional.

“crença de que a democracia resolveria os nossos problemas, tanto políticos quanto sociais e econômicos”, e que na prática se caracterizava pela oscilação “entre o entusiasmo – com as campanhas eleitorais e as Diretas Já! – e a decepção – como a derrota da emenda Dante de Oliveira e as crises econômicas”.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira e, consequentemente, da campanha das *Diretas Já*, segundo Versiani (2011, p. 03), representaria, contudo, “um marco importante na luta pela Constituinte”, servindo como “um exercício de aprendizagem e um evento impulsionador do movimento pela Constituinte-Já”. A historiadora ainda afirma que, “naquele momento, a ideia de uma nova Assembleia Nacional Constituinte tornou-se um ponto-chave da repactuação social em torno da Aliança Democrática e da eleição de Tancredo Neves e de José Sarney para a Presidência e Vice-Presidência da República.” (VERSIANI, 2011, p. 03). Entretanto, quando José Sarney assume a presidência em 1985, após o falecimento inesperado de Tancredo Neves, recomenda que fosse organizado uma Constituinte congressional “formada pelos deputados federais e senadores a serem eleitos no pleito direto então previsto para 1986. Esses parlamentares deveriam, assim, ao assumir as suas funções legislativas, em 1987, acumular também funções constituintes”. Além deles, “comporiam a Assembleia os senadores que já haviam sido eleitos em 1982, para um mandato de oito anos – e que, portanto, ainda estariam no curso de seus mandatos quando da instalação da ANC, em 1987.” (VERSIANI, 2011, p. 09). O formato congressional foi aprovado, marcando uma derrota para a demanda pró-participação popular na Constituinte.

No que diz respeito às representações dessas angústias e anseios da questão da Constituinte no suplemento *Cultura*, é possível destacar duas resenhas: uma da historiadora Heloisa Liberalli Bellotto, sobre o livro “Era uma vez Constituinte” (Brasiliense, 1985), do cientista político João Almiro, publicada em 1986, e outra resenha da historiadora Suely Robles Reis de Queiroz, sobre o livro “Quem tem medo da Constituinte?” (Paz e Terra, 1986), do advogado e político Flávio Bierrenbach, publicada em 1987.³³

Denominando a(s) Constituinte(s) como o “grande tema da atualidade brasileira”, Bellotto assinala que, ao estudar o universo político e ideológico da Constituinte de 1946, o autor visa “possibilitar o preparo da iminente Constituinte, ‘apontando desde já, tendência possíveis do debate’”. E continua:

³³ É provável que o debate sobre a Constituinte tenha aparecido em narrativas de diversos intelectuais no suplemento *Cultura*. Porém, como o trabalho aqui proposto privilegiou a análise das publicações de historiadoras e historiadores, a presença de determinadas temáticas pode ser atestada apenas pelas publicações que efetivamente foram investigadas.

Fixando que 1946 (“nossa melhor experiência liberal”) possa ser guia ou base para 1986, o autor analisa de que forma questões como a liberdade (a individual, a de associação política, a sindical) e a propriedade puderam ser discutidas naquele momento do pós-guerra e no contexto político brasileiro de então (BELLOTTO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 16 fev. 1986, ed. 296, p. 11).

Período controverso na historiografia, segundo o historiador Jorge Luiz Ferreira (2013, p. 149), “muitos historiadores negam o caráter democrático do regime instaurado em 1946”, em especial aqueles ligados a perspectiva marxista.³⁴ De qualquer forma, defende que o Brasil, de fato, “inaugurou sua experiência democrática em 1946 com uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita pela população e politicamente soberana.” (FERREIRA, 2013, p. 148). Como primeira experiência democrática brasileira, uma vez que “os antecedentes conhecidos eram o autoritarismo dos anos 1930 e o liberalismo excludente da Primeira República”, retomar a Constituinte de 1946, parecia uma forma de lidar com as expectativas, bem como construir bases em que a Constituinte de 1988 deveria se sustentar.

Queiroz, em sua resenha, também transparece que a intenção do autor da obra é “oferecer subsídios para a discussão dos temas suscitados pela próxima Constituinte”.

O objetivo é coerente com a posição política do autor que, como parlamentar, sempre defendeu a ampliação da participação popular na tomada de decisões do País, combatendo decididamente o manifesto autoritarismo dos governos militares. O direito de participação supõe deveres também entre os quais aquele - indeclinável - de procurar conhecer a realidade sócio-política-econômica nacional. Daí a preocupação com uma reflexão menos superficial sobre essa realidade, que permita captar qual o tipo de Estado e sociedade desejados pelo povo brasileiro. [...] Quem teria medo de uma Constituinte onde se assentassem também os marginalizados? Certamente os grandes latifundiários, a potente burguesia industrial urbana, o capital multinacional, o sistema financeiro, além dos elementos enquistados no aparelho de Estado que lhes dão sustentação (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 07 fev. 1987, ed. 347, p. 11).

Assim como na resenha de Bellotto, a questão que se coloca é a ampla participação política da sociedade civil nesse processo de redemocratização. A inquietação quanto ao caráter congressual da Assembleia Constituinte, demonstra o receio quanto à nova democracia

³⁴ Ferreira afirma que a historiografia marxista elaborou em geral dois argumentos para desconsiderar o período enquanto uma experiência democrática: 1) que no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) “o Partido Comunista (PCB) foi posto na ilegalidade, enquanto seus militantes sofreram perseguições e o movimento operário foi cercado pelo aparato policial repressivo” e 2) que fora interdito o direito de voto aos analfabetos (FERREIRA, 2013, p. 149). O historiador concorda que, de fato, essas foram prerrogativas que demonstravam os limites da experiência democrática do período, mas defende que “os que resistem em admitir que o período representou uma experiência democrática [...] baseiam-se, muitas vezes, em uma receita prévia de democracia, não considerando que esta não surge pronta, como um receituário, mas é conquistada, ampliada e “inventada”, no dizer de Claude Lefort. A democracia não se encontra em um lugar determinado no horizonte, tal qual o pote de ouro na ponta do arco-íris, mas resulta de demandas da própria sociedade, de seus conflitos e contradições, inventando e reinventando práticas e instituições democráticas. A democracia é um processo marcado pela incompletude, avançando de acordo com as demandas dos cidadãos e dos grupos sociais que dela participam – e reivindicam. (FERREIRA, 2013, p. 152-153).

brasileira, que acima de tudo, deveria ser construída para e com o povo brasileiro. A provocação “quem teria medo de uma Constituinte onde se assentassem também os marginalizados?” evidencia a constante disputa de representação que vai demarcar os limites e as possibilidades da nova Constituição de 1988.

Essa explanação dos acontecimentos da década serve para construir o argumento de que a mobilização social foi extremamente importante para o processo de redemocratização brasileira. A cada derrota se criavam formas de mobilização social pela reivindicação de representatividade no futuro da Constituinte. É possível afirmar ainda, que a articulação de diferentes segmentos sociais se deu pela questão da democracia, e as expectativas e incertezas que lhe cercava. Na seção seguinte, a partir de uma reflexão sobre a historiografia brasileira da década de 1980, vinculado às representações desta no suplemento *Cultura*, busca-se construir argumentos que possibilitem pensar as renovações historiográficas nesse contexto, considerando as ressonâncias de teorias estrangeiras, mas também considerando as condições sociais do contexto brasileiro para que tais renovações ocorrerem.

4.2 RENOVAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Pode-se dizer que as temáticas representadas nas narrativas do suplemento *Cultura* na década de 1980, acompanhavam o cenário da produção no campo das Ciências Humanas e Sociais. Especificamente sobre o campo da historiografia, o qual se privilegia neste trabalho, observa-se uma série de renovações. Assim, objetiva-se explorar, de maneira ampla, os fatores pelos quais determinadas temáticas e tendências historiográficas aparecem em artigos, ensaios e resenhas de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* na década de 1980.

Já foi mencionado que este período se caracteriza pela consolidação dos cursos de pós-graduação em diversas universidades brasileiras nos anos 1980, colocando a atividade de pesquisa e a produção historiográfica em outro patamar. Mas, certamente, outras questões modificaram as estruturas da produção historiográfica.

No cenário global, a historiadora Maria Helena Capelato recorta 1970 e 1980 como as décadas da ocorrência da crise dos paradigmas, responsável pelas diversas revisões na produção do conhecimento nas ciências sociais. O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe diversas transformações nos valores até então estabelecidos e no plano político-ideológico. No que diz respeito às decepções com os regimes comunistas após 1950, “resultaram numa crise de pensamento relacionada, sobretudo, aos paradigmas marxistas” (CAPELATO, 2016, p. 23). Ademais, as revelações dos crimes praticados pelo regime também provocaram “não só a

ruptura de muitos intelectuais/acadêmicos com os Partidos Comunistas, mas também novas formas de interpretar criticamente a sociedade capitalista e as propostas de formas alternativas de ação.” (CAPELATO, 2016, p. 23).³⁵

Nesse mesmo contexto, crescia o debate por novas abordagens. De uma forma ou de outra, em todo o mundo (ocidental, ao menos), foram sentidas ressonâncias de novas perspectivas, destacando-se, como já mencionado, a “virada linguística” anglo-saxônica, a nova história política e a nova história cultural francesa e a micro-história italiana.

Se em outros países, sobretudo europeus, essas teorias ganhavam forma e espaço de discussão já entre a década de 1960 e 1970, no Brasil elas chegaram com certo *delay*, nas décadas de 1980 e 1990. Considerando que o suplemento *Cultura* é um espaço privilegiado de divulgação de novas produções e tendências teórico-metodológicas, observa-se que, ao longo da década, foram evidenciadas nas narrativas de historiadoras e historiadores, influências de teorias e perspectivas estrangeiras.

A divulgação de correntes e perspectivas historiográficas estrangeiras no *Cultura*, feita a partir da leitura dos próprios historiadores e historiadoras brasileiros, demonstra a crescente tendência pela apropriação dessas teorias na produção historiográfica nacional. O esforço empírico, na utilização de fontes até então pouco convencionais para o estudo de grupos e sujeitos marginalizados era colocado enquanto uma renovação na prática historiográfica. Uma vez que documentos oficiais frequentemente apagavam estes sujeitos da história, a utilização de documentos alternativos acabava por revelar outros lados dos acontecimentos. Assim, a utilização de fontes alternativas na historiografia vem acompanhada, para a historiadora Julita Scarano, do esforço realizado por intelectuais do programa dos *Annales*, sobretudo aqueles da terceira e quarta geração, ligados à *Nouvelle Histoire*, com recepção ainda incipiente na historiografia brasileira na década de 1980.

Em quase todos os países, as Ciências Sociais e a História vêm buscando, com grande criatividade, oferecer uma visão mais globalizante e também mais profunda do ser humano, abrangendo todos os níveis e categorias econômicas e sociais. Exemplar é o trabalho que vem sendo realizado pelos integrantes dos **Annales**, que utilizam inúmeros e, às vezes, inesperados documentos capazes de trazer um melhor conhecimento do passado e do presente (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 20 set. 1981, ed. 67, p. 14,15, grifado no original).

³⁵ Vale ressaltar que não somente a crise do paradigma marxista proporciona essas transformações, mas também resulta de outros acontecimentos, que mesmo sentidos de formas diferentes, emergem em todo o mundo. Como exemplo disso, podemos pensar a Revolução Cubana, os processos de descolonização em África e Ásia e os movimentos sociais e culturais de maio de 1968.

A partir da segunda metade da década, observa-se publicações que mencionam a história das mentalidades, em especial por causa da obra traduzida de Michel Vovelle “Ideologias e mentalidades” (Brasiliense, 1987), e divulgada no *Cultura* pelo historiador Francisco Iglésias em 1987. De forma muito mais tímida, a perspectiva da micro-história italiana, notadamente a famosa obra “O queijo e os vermes” de Carlo Ginzburg, aparece, sobretudo no texto da historiadora Laura de Mello e Souza. Em 1990, pelo historiador Hilário Franco Jr., e 1991, pelo historiador Renato Janine Ribeiro, tem-se, respectivamente, a divulgação dos dois primeiros volumes da obra organizada por George Duby e Phillippe Ariès “História da Vida Privada” (Companhia das Letras, 1990 e 1991).

Certamente, em outras narrativas as ressonâncias de teorias estrangeiras eram também evidenciadas, porém um levantamento preciso dessa questão se torna complexo, uma vez que em grande medida, a menção às diferentes teorias se mistura nas narrativas dos historiadores e historiadoras, sendo o caso também de referenciar uma e outra como a mesma coisa. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 2009, p. 233), que em texto seminal refletiu sobre tendências historiográficas da história cultural, da história das mentalidades e da micro-história no Brasil entre 1980 e 1990, “o atraso de 10 ou 15 anos que marcou a difusão dessas correntes no Brasil foi, em grande parte, responsável por tais confusões, pois todas essas inovações da historiografia, principalmente europeia, chegaram juntas ou, pelo menos, se difundiram juntas nos anos 1980.”

Entretanto, é necessário destacar que, no contexto da década de 1980, o contato com novas teorias não significou *ipso facto* o surgimento de novas temáticas nas pesquisas de história no Brasil. Embora o cenário historiográfico que se coloca no suplemento *Cultura* evidencie a repercussão de determinadas tendências, não se pode assumir que estas tenham apagado as existentes, o que colocava diferentes perspectivas em um campo de disputas. Carlos Fico e Ronald Polito (1992) pontuam que, apesar de crescente, as pesquisas historiográficas que se apropriavam de novas abordagens teórico-metodológicas eram ainda muito incipientes e, dessa forma, ainda existia a predominância das perspectivas marxistas na produção acadêmica. Os autores afirmam que, de fato, “do ponto de vista temático e metodológico há uma ampliação do leque de opções nos anos 80 em relação ao período anterior”, mas ainda são reduzidos: “em termos numéricos, os trabalhos especificamente ligados as novas temáticas, como bruxaria, sexualidade, corpo, loucura ou imaginário [...] Ao todo não representam 5,0% do número total de trabalhos” (FICO; POLITO, 1992, p. 57).

Diante dessa ponderação, parte-se da perspectiva de que o surgimento de novas temáticas e/ou novas abordagens no campo das Ciências Humanas, notadamente a história, se

deu, também, por outras questões além das renovações teórico-metodológicas. Considerando que nosso objeto de estudo é o suplemento *Cultura* e, assim, a produção e divulgação do conhecimento naquele contexto é acessado por este trabalho a partir de suas publicações, não seria suficiente, como pontua o historiador Francisco Gouvêa de Sousa (2017, p. 178), afirmar que a “historiografia foi sendo transformada apenas pela mudança de referências teóricas”. Isso significa dizer que, pelo menos no que concerne ao debate intelectual e à circulação de ideias presentes no suplemento, os acontecimentos políticos e sociais da crise do regime militar brasileiro e o longo processo de redemocratização nessa década, são substanciais para compreender as modificações nas temáticas e abordagens feitas pela historiografia. Assim, se não é possível caracterizar esse momento da produção historiográfica sem considerar as influências de correntes e perspectivas de autores estrangeiros, também é desprovido de sentido ignorar o lugar social que fornece as condições para que determinadas formas de fazer história sejam possíveis.

Os intelectuais acompanharam as demandas de um presente em que disputas identitárias se colocavam fortemente no espaço público. No levantamento feito de artigos, ensaios e resenhas de historiadoras e historiadores no suplemento, observa-se que grande parte das temáticas abordadas diziam respeito a processos migratórios, movimentos operários, trabalho, família, mulheres, negros e indígenas. Vale observar ainda, que, em boa parte, tratavam do período Colonial e Imperial. Em meados da década cresciam no suplemento publicações sobre o período da Primeira República e, de forma muito dispersa, apareciam narrativas sobre o período do Governo Vargas ou da segunda metade do século XX. Isso vai ao encontro do levantamento feito por Fico e Polito sobre a produção historiográfica do período de forma geral, concluindo que as renovações temáticas e metodológicas afetam “um número bem maior de trabalhos, a partir da renovação metodológica de antigas temáticas. É, assim que, tanto os estudos sobre escravismo, quanto aqueles sobre o movimento operário, acolheram em seu interior novos problemas” (FICO; POLITO, 1992, p. 57).

Considerando que essas renovações temáticas e metodológicas aconteciam também por conta do contexto político brasileiro da época, volta-se à questão de que existiam expectativas em torno do porvir da democracia. Historiadores e historiadoras, bem como intelectuais das Ciências Sociais e Humanas em geral, não estavam isentos das angústias e anseios que envolviam o longo processo de redemocratização. Caracterizava-se, também para os intelectuais, um presente carregado de expectativas de um futuro incerto. Para o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006, p. 310), a expectativa, que “se realiza no hoje, é futuro

presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Dessa forma, “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”.

Sendo assim, o contexto de abertura político-cultural possibilitou, segundo o historiador Igor Guedes Ramos (2015, p. 235), “uma espécie de ‘desaglutinação’ e o surgimento de uma ‘atmosfera utópica’, uma espécie de ‘deslumbre’ entre os intelectuais”, não no sentido de “um sonho imaginário ou de ofuscamento da visão, mas no sentido da existência de uma expectativa concreta em relação a outras formas de intervenção e mudança social, econômica e cultural”.

Mas, nesse campo, pouco se fazia no debate público sobre os acontecimentos recentes, no “calor do momento”. Na produção acadêmica, segundo Sousa (2017, p. 167), após a anistia de 1979, “não estava em jogo incidir sobre o passado recente, sobre a força que os herdeiros dos regimes militares visivelmente tinham na redemocratização, mas sobre um passado visto como unidade, como arcaico.” (SOUSA, 2017, p. 167). Assim, a historiografia se abria para a compreensão de “novas vozes”. Essa abertura não foi “apenas construída pela recepção de Thompson ou de qualquer outra referência, mas também pela própria experiência da redemocratização. Assim como no debate sobre o presente, as escritas sobre o passado se abriam para ‘novos sujeitos históricos’” (SOUSA, 2017, p. 171), como mulheres, negros, indígenas, trabalhadores, migrantes, entre outros.

A mulher, esquecida por tanto tempo, não aceita no passado como um ser humano responsável, atualmente, em contrapartida, vem sendo estudada de maneira abrangente e sistemática, como procurando recuperar o tempo em que era vista apenas como costela de Adão, ou permanecia oculta, subjacente, incluída quando se falava ou escrevia genericamente o termo “homem”.

Agora, no afã de recuperar o passado, inúmeros estudos vêm sendo realizados e, se não conseguem preencher o enorme poço do esquecimento, anterior, buscam sanar a ignorância que cerca as questões femininas do passado e até mesmo de nossos dias (SCARANO, O Estado de S. Paulo, 14 abr. 1985, ed. 252, p. 9).

Memória e esquecimento são palavras da época. Seus feitos irrompem sobre a história. A memória social e toda sua heterogeneidade fazem com que historiadores e historiadoras tenham de lidar com a “sujeira embaixo do tapete” (DIEHL, 2008, p. 46) deixada até então pela historiografia moderna. Assim, “a reconstituição das memórias coletivas e individuais permitiu o desdobramento metodológico para uma infinidade de possíveis escalas e leituras do passado.” (DIEHL, 2008, p. 46). Mais do que nunca, não cabe produzir uma verdade única e absoluta sobre as identidades, do passado e do presente. As seções seguintes buscam aprofundar essa emergência da memória e como historiadoras e historiadores lidavam com ela no espaço destinado às suas publicações no suplemento *Cultura*.

4.3 MEMÓRIA, ARQUIVO E HISTÓRIA

No segundo capítulo deste trabalho afirmou-se que as historiadoras e historiadores brasileiros viviam sob o signo da *persona* do “historiador arquivista” entre 1980 e 1990. Como se viu, não se tratava de uma retomada da história positivista de encontrar nos documentos oficiais a verdade absoluta dos fatos. Uma real modificação na relação entre o arquivo e o historiador acontece ao longo do século XX, coisa que se agrava com a do *boom* da memória nas décadas finais do século. À luz do que vem se discutindo no capítulo atual, sobre as modificações na historiografia ao longo desse período, esta seção se concentrará em refletir sobre a relação entre arquivo, memória e história em duas narrativas de historiadores no *Cultura*: uma de José Honório Rodrigues e outra de José Sebastião Witter. A escolha destes se dá por dois motivos que devem ser explicitados.

Por um lado, considera-se que ambos possuem trajetória profissional ligada a cargos em Arquivos, Instituições de Salvaguarda e pesquisa. No período que escreveu para o *Cultura*, José Sebastião Witter foi supervisor da Divisão de Arquivo do Estado da Secretaria de Estado da Cultura (1977-1987); representante da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo no Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros 1979-1985; presidente da Comissão Estadual de Arquivos (1985-1987); Membro da Comissão Especial de Análise do Arquivo Samuel Wainer/Última Hora (1989); Membro do Conselho de Orientação do Museu Imagem e Som (1985-1990) e membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado São Paulo (1989-1991). Já José Honório Rodrigues não chegou a viver a década de 1980 inteira, faleceu em 1987. Também não ocupou nessa década cargo público em centros de documentação, porém boa parte de sua trajetória profissional foi ocupada por importante trabalho desempenhado em Arquivos. Assim, destaca-se que trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1939-1944); foi Diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (1946-1958), bem como Diretor do Arquivo Nacional (1958-1964), desempenhando relevante reformulação na Instituição criada em 1838 (IGLÉSIAS, 1988).

Por outro lado, ambos utilizaram o espaço de publicação no suplemento *Cultura* para refletir sobre a questão dos arquivos. Acredita-se que os dois historiadores, em certos pontos, diagnosticaram a relação entre a história, o arquivo e a memória de forma semelhante a aquilo que o historiador francês Pierre Nora elaborou sobre a proliferação dos “lugares de memória” e, nesse sentido, de que “produzir arquivo é o imperativo da época.” (NORA, 1993, p. 16).

Parte-se da compreensão de que mudanças nessa relação foi ocasionada pela ampliação da noção de arquivo e de patrimônio que permitiu que novas questões fossem colocadas. Segundo a historiadora Márcia Eckert Miranda (2011, p. 01), a partir da década de 1980, com as modificações ocorridas no campo da Arquivologia, com o surgimento de novos paradigmas, bem como “o reconhecimento pela Unesco de que os arquivos são elemento do patrimônio cultural das nações”, estimularam a “reflexão sobre o papel do historiador e do arquivista nas instituições de custódia e sobre os arquivos como espaço para o exercício da interdisciplinaridade.” Por outro lado, de acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes (2004, p. 123), a partir da década de 1970 ocorreu o *boom* de arquivos privados, muito por conta de uma renovação no campo historiográfico, com uma Nova História Cultural que “recusa fundamentalmente a ‘expulsão’ do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações” (GOMES, 2004, p. 123). Em uma mesma direção, pode-se afirmar, segundo a historiadora Márcia Chuva (2008), que é também nesse momento que “a questão nacional é recolocada em novas condições”:

tratando-se de um movimento de descentração do nacional, em favor do local e da diversidade de identidades, como aborda Stuart Hall, se as fronteiras dos Estados-nação não desaparecem, estes, por sua vez, precisam formular novas e inusitadas soluções para lidar com os problemas advindos da globalização e da pressão do mercado global de bens para o seu efetivo apagamento (CHUVA, 2008, p. 35).

Assim, as questões dos arquivos, do patrimônio e da memória tornaram-se o centro de discussões das décadas finais do século XX. Diante disso, observou-se que alguns dos historiadores e historiadoras que escreviam para o suplemento *Cultura* utilizaram o espaço de divulgação para lançar esta temática.

Já em 1980 o historiador José Honório Rodrigues publicava um texto intitulado “A desordem documental no Brasil”. Nele o historiador denuncia a permanência de um mau comportamento estatal frente a preservação dos arquivos.

Desde o período colonial perdem-se documentos no Brasil, aos montes. Escreveu Capistrano de Abreu que os portugueses e seus herdeiros nunca foram cuidadosos com documentos. Acrescente-se a isso a ideia do sigilo, que desde a Descoberta até o Serviço de Segurança, esconde documentos, evita sua publicidade e acaba por perdê-los, pelo menos, do conhecimento público (RODRIGUES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 10 ago. 80, ed. 09, p. 16).

Rodrigues, certamente não escreve isso apenas por uma reflexão simples do passado. Pelo contrário, pretende buscar na estrutura da longa duração da história do Brasil a

permanência que explicaria um fato presente: a desburocratização estatal e como isso afeta os Arquivos. Tal intenção não tarda a aparecer em sua narrativa:

Atualmente, o processo de desburocratização é uma espada destruidora pesando sobre os documentos públicos, desde que não há norma de seleção que presida a inutilização, nem a autoridade do Arquivo Nacional é reconhecida no Brasil como o é nos países em que os arquivos nacionais são modelares (RODRIGUES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 10 ago. 80, ed. 09, p. 16).

A preocupação do historiador se refere ao recém instituído Programa Nacional de Desburocratização, a partir do decreto 93.740, assinado pelo então presidente João Figueiredo em 18 de julho de 1979. No que compete aos arquivos públicos, a desburocratização era um problema, uma vez que afrouxava a responsabilidade estatal, acarretando a não preparação instrumental e técnica para o serviço especializado de seleção e preservação da documentação. O historiador também parecia não compreender os novos rumos que a questão do patrimônio e arquivo tomava no Brasil, uma vez que o Estado se preocupava em criar instituições “extravagantes” do que investir em instituições importantes para a pesquisa histórica:

A crise é geral e se comunica a tudo. No momento, existem ameaças graves de seleção desburocratização, sem regras de seleção documental e sem recolhimento obrigatório e outra, a da fundação de instituições extravagantes como a Fundação Pró-Memória. O Brasil é o único país do mundo que criou essa extravagância, em vez de criar um Instituto de Pesquisa Histórica, e o único que acabou com o ensino, nos dois graus da história nacional, e quer acabar com a própria palavra História e substituí-la pela palavra memória. A memória é um depósito não crítico de informação, enquanto a história é análise, é crítica. A Memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. Não há memória utilizável sem cultura histórica. A memória é estática, a História é dinâmica e visa revelar a dignidade e o valor da existência humana. A desnacionalização começa, assim, pela morte da história (RODRIGUES, O Estado de S. Paulo, Cultura, 10 ago. 80, ed. 09, p. 16).

De acordo com Chuva, A Fundação Nacional Pró-Memória,³⁶ da qual Rodrigues se refere, é parte da principal mudança, naquele momento, no que diz respeito a ampliação da noção de patrimônio, que passava a “atingir uma gama de bens, ultrapassando no Brasil a perspectiva de uma identidade nacional una para se construírem valores com base na noção de diversidade cultural brasileira e de seus diferentes grupos de identidade, fundando um novo paradigma e, a partir daí, novas estratégias de ação” (CHUVA, 2008, p. 37). Logo, a Fundação Pró-Memória deslocava “o poder de atribuição de sentidos e valores aos bens culturais para os

³⁶ A Fundação Pró-Memória foi criada a partir da “formulação da categoria de referência cultural pelos trabalhos desenvolvidos no Centro de Referência Cultural (CNRC), sob a direção de Aloysio Magalhães, em seguida incorporado ao IPHAN” (CHUVA, 2008, p. 37), quando foi criada a fundação.

próprios sujeitos produtores desses bens culturais – e passa a valorizar as práticas culturais em processo e não somente os produtos dele resultantes.” (CHUVA, 2008, p. 38).

Por outro lado, destaca-se na argumentação de José Honório Rodrigues uma explícita separação e distinção entre memória e história. Para o historiador, enquanto a memória é estática, a história é dinâmica e “visa revelar a dignidade e o valor da existência humana”. Além disso, Rodrigues denuncia uma suposta intenção de substituir a palavra “história” pela palavra “memória”. Nesse sentido, suas afirmações lembram muito aquelas proferidas por Pierre Nora em ocasião do bicentenário da Revolução Francesa em 1989, sobre a tensão entre a história e a memória e a “problemática dos lugares”. Apesar de qualificar tanto a história, quanto a memória com características diferentes do que Rodrigues, a concepção de Nora se assemelha na separação abrupta entre as duas: “longe de serem sinônimos”, afirma, “tomamos consciência que tudo opõe uma à outra.” (NORA, 1993, p. 09).³⁷

É possível afirmar que a reflexão sobre a memória e a história, tanto do historiador brasileiro, quanto do historiador francês, é motivada pelo contexto de proliferação daquilo que este último chamou de “lugres de memória”: a memória verdadeira, aquela que é viva e dura enquanto um indivíduo ou um grupo vive não existe mais, por isso são feitos lugares de memória. Esses lugares estariam em diversos espaços e se caracterizariam de formas distintas: museus, bibliotecas, arquivos, monumentos, prédios, praças, além da criação de novas políticas de tombamento e patrimonialização dos espaços, que auxiliaria para a proliferação desses lugares de memória. Assim, para José Honório Rodrigues a Fundação Pró-Memória cumpriria esse papel, mesmo que essa Fundação não agrade o historiador, que a vê enquanto uma “extravagância” do Estado.

Em uma mesma direção, considera-se a narrativa do historiador José Sebastião Witter publicada no *Cultura* em 1987, sob o título “Sem arquivos, pouca história”. Vale ressaltar que esse texto foi originalmente apresentado na VII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) realizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, entre 28 e 31 de julho de 1987. Assim como Rodrigues, Witter inicia seu texto defendendo a boa administração dos arquivos pela importância dada à salvaguarda dos documentos públicos:

³⁷ Sobre as atribuições da memória e da história, Nora afirma: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções.” (NORA, 1993, p. 09).

Com incêndios ou descartes não avaliados, um pouco aqui um pouco ali, a documentação vai sendo destruída e com a sua falta há o aparecimento de enormes lacunas. Não estou querendo retomar a questão positivista e seu lema “sem documentos não há História” (...) mas sim discutindo a questão da necessária modernização dos Arquivos para que, através destas instituições, se possa escolher novas fontes documentais que permitam interpretações diferentes e modernas de temas já analisados ou de novos assuntos que possam permitir obras diversificadas e interdisciplinares, que suscitem inquietações e permitam o avanço da historiografia, principalmente no Brasil.

Ouso afirmar que sem Arquivos – pouca História... (WITTER, O Estado de S. Paulo, Cultura, 10 out. 1987, ed. 389, p. 03).

De novo aparece a questão da destruição e da falta de documentação como algo a inferir lacunas no trabalho do pesquisador que se debruça sobre arquivos públicos, em especial os historiadores e historiadoras. Com isso, Witter não quer afirmar que a total ausência de arquivos impossibilitaria o trabalho do historiador, na medida em que a importância historiográfica dada aos arquivos não significaria uma retomada da história positivista, em que os documentos oficiais eram vistos como verdades absolutas sobre o passado. Pelo contrário, o historiador defende a desmistificação do “oficialismo” dos documentos dos Arquivos Públicos, uma vez que cabe ao indivíduo pesquisador “transformar o seu objeto de análise em um instrumento de recuperação do momento histórico de que ele é resultado”, sendo os acervos documentais passíveis de “inúmeras leituras que conduzem a diferentes resultados”. Assim, Witter continua:

É sempre bom lembrar que somente poucos documentos nascem históricos e que muitos dos chamados administrativos de hoje serão os históricos de amanhã. É sempre muito difícil a perfeita distinção entre o que guardar e, por isso, principalmente entre nós o que tem ocorrido é, na dúvida, preservar tudo quanto seja produzido. Assim, encontramos em determinados depósitos uma quantidade enorme de cópias (na maior parte cópias xerográficas – perfeitamente descartáveis) guardadas como indispensáveis (WITTER, O Estado de S. Paulo, Cultura, 10 out. 1987, ed. 389, p. 03).

Destaca-se algo interessante nessa parte de sua narrativa. O historiador parece denunciar aquilo que se pode chamar de “frenesi documental”, o que também o Nora mencionará em seu discurso: “Arquive-se, arquive-se, sempre sobrar alguma coisa!” (NORA, 1993, p. 16). Para Witter, a “memória de papel” é um sintoma de uma dificuldade em distinguir o que guardar e ou não, e que a dúvida leva a preservar tudo que é produzido. Nora levanta o problema de forma semelhante, quando afirma que “são hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada.” (NORA, 1993, p. 15).

Em vista das duas publicações aqui destacadas, parece possível afirmar que na década de 1980 existia uma preocupação acerca da criação e manutenção de arquivos e, mais ainda, de que uma tensão entre a narrativa da memória e a narrativa da história estava sendo imposta. Tanto José Honório Rodrigues quanto José Sebastião Witter parecem compreender que os arquivos são lugares de história – e não de memória – uma vez que suas preocupações com a administração e conservação dos documentos dizem respeito antes ao trabalho de pesquisa, do que propriamente à conservação da memória de uma identidade, de um grupo ou de uma região por si mesma. Como bem afirmou Rodrigues, “não há memória utilizável sem cultura histórica”. Em síntese, embora os historiadores estivessem atentos às demandas de memória tão latentes na década de 1980, o foco de suas análises é para o campo historiográfico. Uma defesa da história e do conhecimento produzido por meio de métodos e técnicas que não descartem a memória, mas que também não se submetam ou se coloquem a serviço dela.

4.4 ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS EFEMÉRIDES NO *CULTURA*.

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou um lugar-comum (SARLO, 2007, p. 09).

A concorrência entre a memória e a história, da qual nos fala a escritora argentina Beatriz Sarlo, parece encontrar nos atos comemorativos um campo fértil de batalha sobre o passado. Tal sintoma tem aparecido pelo menos desde as últimas décadas do século XX, quando o estatuto da comemoração passou a não ser mais seu modelo “clássico”, caracterizado pela “unidade de uma história que, sendo épica, combativa, orientada, tinha seus escolhidos, especialmente políticos e militares, e seus excluídos, reduzidos ao silêncio ou ao culto privado da memória” (NORA, 1993, p. 173). Em vez dessa unidade nacional, que impunha uma ordem hierárquica que ia “de cima para baixo”, o estatuto da comemoração passava a ser manifestação de múltiplas identidades, sem critério hierarquizante (NORA, 1993, p. 173). É certo que Nora elabora sobre isso em razão da “onda de comemorações” que abateu a França na década de 1980, mas acredita-se que seu diagnóstico sobre “a subversão e a erosão do modelo clássico de comemoração nacional” (NORA, 1993, p. 172) possa também se aplicar, em certa medida, para as efemérides brasileiras que este trabalho se propõe abordar.

Trata-se das comemorações dos centenários da Abolição da escravidão, em 1988, e da Proclamação da República, em 1989. Em ambas são observadas o descontentamento de grupos

plurais com o discurso da unidade e da homogeneidade que a história oficial empreendeu desde que tais acontecimentos ocorreram.

No discurso oficial, a Abolição, “doadá” pela elite branca aos negros “irracionais”, resolveu todos os problemas que a escravidão engendrou, como se a libertação tivesse significado, de fato, uma ascensão no status da vida da população negra. O discurso oficial da Proclamação da República coincide em muito com o discurso oficial da Abolição, uma vez que fariam parte do mesmo contexto e formariam um mesmo conjunto de mudanças. Assim, os dois acontecimentos, mais do que proximidade temporal, envolvem questões que não podem ser vistas separadamente. O discurso oficial da Proclamação também teria forjado heróis de gênero, classe e cor bem definidos, bem como sublinhava a ruptura com o sistema monárquico, negando qualquer identificação entre o “antigo” Império e a “nova” República.

Cem anos depois já se reconhecia a insuficiência desses discursos. Estes, pautados na experiência temporal moderna, demarcando o passado enquanto ausente e distante, em detrimento de um presente a ser vivido em relação ao futuro (KOSELLECK, 2006), confrontaram, ao fim do século XX, com sua própria crise. Segundo o historiador francês François Hartog (1996, p. 01), o fim do regime de historicidade moderno³⁸ “significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco”. Ou seja, o futuro passa ser visto como incerto, imprevisível, enquanto o passado, fragmentado, não revela mais um lugar-comum. Ambos deixam de ser garantia de estabilidade ou de conforto para o presente.

Nesse contexto, as possibilidades de produção de discursos plurais e de diferentes grupos se multiplicaram, cada um reivindicando para si uma relação com o passado e com futuro, no presente. Nesse contexto a memória – e também o esquecimento – passa a ser campo de disputa. Uma vez que memória coletiva produzida oficialmente excluiu grupos, que ficaram à margem, sem direito a representação, agora outras memórias reivindicavam sua própria representação do passado, exigidas no espaço público.

Assim, na ocasião de comemorações, em especial de marcos fundadores de experiências nacionais, se chocam memórias do presente com o passado (histórico). Segundo a historiadora Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 431), em diálogo com Paul Ricoeur, “os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva”, e uma vez “associados à manipulação e à instrumentalização

³⁸ De acordo com Hartog (2013), o regime moderno de historicidade teria sua quebra em 1989, com a queda do Muro de Berlim e o declínio do ideal comunista.

da lembrança, os abusos da memória se traduzem, lembra Ricoeur, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações”.

O contexto de redemocratização brasileira nos anos 1980, junto com a agenda político-cultural de comemorações no fim da década, propiciou a proliferação de múltiplas representações do passado, produzidas e reproduzidas pelos diversos segmentos sociais e pelas mídias, como uma obsessão pelo passado acarretada pela ideia de “dever de memória”. De acordo com Paul Ricoeur (2007), o “dever de memória” denota a imposição do “lembrar” do “não esquecer”, de uma fidelidade do passado. Para o filósofo, o “dever de memória” pode ser perigoso na medida em que pode cometer “excessos de memória”. Contra “excessos” e eventuais “abusos” de memória, Ricoeur defende a ideia de “trabalho de memória”, fundado na luta contra o esquecimento e na responsabilidade da historiadora ou do historiador frente à fidelidade do passado sem que isso infira na função crítica da história.

Diante disso, esta seção, que se dividirá em duas partes, terá por objetivo investigar a relação conflituosa entre memória e história em narrativas sobre os centenários da Abolição (1988) e da República (1989), de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura*. Busca-se compreender como esses profissionais encaravam a comemoração dessas efemérides em diversos formatos narrativos: resenhas, ensaios, artigos. Formula-se que a atuação de historiadores e historiadoras no suplemento, com suas narrativas sobre as efemérides, evidenciam certo “trabalho de memória”, uma vez que, diante dos excessos produzidos no presente da comemoração, desempenham a função crítica da história, descolorindo a memória sobre os acontecimentos.

4.4.1 O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO (1988)

Os cem anos da abolição não justificam comemorações, no sentido literal da palavra. O caráter gradual e de acomodação do processo de emancipação, a difícil trajetória do negro rumo à cidadania, as marcas indeléveis de trezentos anos de escravidão convidam mais à reflexão e à tomada de posições (FERLINI, O Estado de S. Paulo, Cultura, 29 out. 1988, ed. 432, p. 07).

É dessa forma que a historiadora Vera Lúcia Amaral Ferlini começa sua narrativa sobre as iniciativas do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura. Instituído a partir de 13 de maio de 1987, com a lei 94.326 assinada pelo então presidente José Sarney e pelo ministro da cultura Celso Furtado, o programa deveria ser coordenado pelo Ministério da Cultura e funcionar durante todo ano de 1988. Para a agenda da comemoração, Ferlini evidencia como deveria ser feito: não se tratava de comemorar e sim de refletir e tomar posições. O motivo

era explícito: a experiência da escravidão é uma ferida aberta. A comemoração do centenário, como forma de suspensão do tempo, de presentificação do passado (SILVA, 2002), era “momento propício, portanto, para reflexões esclarecedoras de nosso passado e presente”, como bem afirmou o historiador Luís Carlos Lopes, também em narrativa publicada no suplemento, em 14 de maio de 1988.

Quatorze das vinte e duas publicações de historiadoras e historiadores encontradas no suplemento *Cultura* no ano de 1988 tratavam da temática da escravidão, o processo ou o pós-Abolição da Escravatura. A partir do que foi registrado das fontes, esse foi o ano que mais concentrou publicações desses profissionais em torno de uma temática, ao que tudo indica, por causa da agenda comemorativa.

Tabela 2 – Tabulação de publicações de historiadores e historiadoras referentes ao ano do centenário da Abolição (1988) no suplemento *Cultura*.

Autor	Título	Edição, página	Resenha ou artigo
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	A elite ameaçada	395, p. 10	Onda Negra, Medo Branco, de Célia Maria Marinho de Azevedo, Editora Paz e Terra
SCARANO, Julita	Novos estudos no ano da Abolição	401, p. 10	Escravo ou Camponês - o protocamponesinato negro nas Américas, de Ciro Flamarion Cardoso, Editora Brasiliense, 1988; Crime e escravidão, de Maria Helena P. T. Machado, Editora Brasiliense, 1988; Retrato em Branco e Negro - Jornais, escravos e cidadãos em S. Paulo no final do século XIX, de Lília Mortiz Schwarcz, Editora Companhia das Letras, 1988;
BARBOSA, Francisco de Assis	A missão de Lima Barreto	406, p. 1,2,3	Artigo
LOPES, Luís Carlos	Escravidão	408, p. 11	Breve História da Escravidão, de Mário Maestri, Editora Mercado Aberto, 1988 (Coluna Nas Livrarias)
SCARANO, Julita	Tecnologia e Trabalho	408, p. 11	A tecnologia e o trabalho na História, de Ruy Gama, Editora Nobel/Edusp, 1986 (Coluna nas Livrarias)
MAESTRI FILHO, Mário José	O espelho e a imagem	410, p. 11	O Espelho e a imagem - O Escravo na historiografia brasileira (1808-1920), de Luís Carlos Lopes, Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1987 (Coluna Nas Livrarias)
MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo	O crime da escravidão	411, p. 8,9	Artigo
ROSA, Zita de Paula	Vida da Escrava	420, p. 11	Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma, de Harriet A. Jacobs, Editora Campus, 1988 (Coluna Nas Livrarias)
MARSON, Izabel Andrade	Escravos e senhores na capital	420, p. 10	Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808), de Sílvia Hundt Lara, Editora Paz e Terra, 1988
Scarano, Julita	O negro em Portugal e no Brasil: Uma presença nem um pouco silenciosa	429, p. 10	Os negros em Portugal: uma presença silenciosa, de José Ramos Tinhorão, Lisboa: Editora Caminho, 1988 - Coleção Universitária e Os Sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos: origem, de José Ramos Tinhorão, Art-Editora de São Paulo, 1988
MARTINS, Ana Luiza	Júlio Ribeiro além da carne	430, p. 4,5	Artigo
FERLINI, Vera Lucia Amaral	Abolição O comércio proibido de escravos	432, p. 7	Comércio Proibido de escravos, de Luís Henrique Tavares; Escravidão e invenção da liberdade, de João José Reis - Ed. Minc-MCT-CNPQ, 1988
QUEIROZ, Suely Robles	Transformação e Trabalho: a economia mineira do século XIX	432, p. 7	Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista, Minas Gerais no século XIX, de Douglas Cole Libby, Editora Brasiliense, 1988
QUEIROZ, Suely Robles	O negro na Bahia O Esforço Pioneiro de Luiz Vianna Filho	440, p. 11	O Negro na Bahia, de Luiz Vianna Filho, Editora Nova Fronteira, 3ed. 1988 - Introdução do Historiador Luís Henrique Tavares

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Como pode ser observado na tabela acima, a maioria das publicações se caracterizaram como resenhas de livros recém-publicados no mercado editorial, a maioria de editoras comerciais. Concernente às temáticas e abordagens, algumas se referiam a trajetórias de intelectuais considerados importantes para o período, como Júlio Ribeiro (1945-1990) e Lima Barreto (1981-1920), bem como aparece a questão da economia e do trabalho no sistema escravista. Entretanto, observou-se uma preocupação maior em pensar as relações entre elite e escravizados, no que tange a problemática da violência, da resistência e da negociação. Tal

preocupação se caracteriza por uma tentativa de retirar o estatuto de passividade das populações escravizadas e coloca-las enquanto agentes históricos, um dos pontos centrais do debate e das transformações historiográficas sobre a escravidão na década de 1980 e do qual este trabalho se detém mais profundamente.

A primeira narrativa encontrada, foi uma resenha da historiadora Heloísa Liberalli Bellotto, publicada em 12 de fevereiro, do livro “Onda Negra, Medo Branco: os negros no imaginário das elites – Século XIX” (Paz e Terra, 1987), da historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo:

Toda a discussão que perpassa Onda Negra, Medo Branco (Editora Paz e Terra) desenha brilhantemente o imaginário construído pela elite dominante a partir do modo e da insegurança que a assolavam, e suas válvulas de escape, ante os rumos que lhes acenava a perda de controle sobre a escravaria, foram, com êxito, o racismo, o imigrante e o abolicionismo (BELLOTTO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 06 fev. 1988, ed. 395, p. 10).

Uma questão importante das reavaliações do passado da Abolição era colocada: o ideal abolicionista pautou-se na estrutura do preconceito racial e na inferioridade biológica. Não parecia viável para as elites que o negro, uma vez liberto, fosse inserido na lógica do trabalho livre. Na medida em que era visto enquanto uma ameaça, um ser irracional e violento, preso ao sistema precário escravista, não teria condições de se adequar aos modelos produtivos da nova república, que visava o progresso da nação. O imigrante europeu, em especial o colono alemão era, assim, o ideal. Nesse contexto, de acordo com a historiadora Giralda Seyferth (2001, p. 14), “o colono não é percebido apenas na sua condição de trabalhador rural, mas visualizado como um pequeno produtor e portador de civilização”, dessa forma “escravos, ex-escravos, negros, mulatos, enfim, as camadas inferiores (literalmente) da sociedade estavam automaticamente excluídas, inclusive no debate sobre imigração preferencial”. Ainda segundo Seyferth (2001, p. 05), “a escolha do colono ideal [...] teve seus determinantes biológicos articulados à pressuposição da superioridade europeia, e o sistema esteve associado à imigração pelo menos até meados do século XX, com participação extremamente limitada da população nacional”. Logo, para as elites brasileiras, as concepções de progresso, civilização e identidade nacional eram aglutinadas nas teorias de determinismo biológico e darwinismo social. A marginalização da maioria da população no Brasil muito se deu por causa desse projeto.

Em outro momento, a historiadora Maria Helena Toledo de Machado publicou um artigo no suplemento *Cultura*, intitulado “O crime na escravidão”. Partindo da investigação de autos criminais da segunda metade do século XIX, Machado elabora sobre a agência histórica da população escravizada.

A análise dos autos criminais de escravos, ao longo do século XIX, permite a reconstituição das tensões e enfrentamentos que pontuaram as relações entre senhores e escravos nas fazendas da Província de São Paulo. Ao mesmo tempo, esta análise oferece uma nova direção para o entendimento dos comportamentos escravos, sobretudo da criminalidade desta camada que tem sido, no mais das vezes, interpretada como atos irracionais de homens que haviam sido alijados de sua condição humana. Pelo contrário, o debruçar sobre os autos crimes propicia o encontro dos fundamentos de uma visão do mundo bastante coerente de seres humanos que, se escravizados, não haviam perdido a capacidade de pensar e se organizar dentro das condições que a realidade impunha. Ao mesmo tempo, seres cativos que, ao longo da segunda metade do século XIX, participaram ativamente do processo de desintegração da escravidão com as armas de que dispunham (p.8).

[...]

Os processos criminais, tendo testemunhado os pontos limites do sistema escravista guardaram uma história repleta de combates encarniçados nos quais a vitória nunca forjou heróis (MACHADO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 04 jun. 1988, ed. 411, p. 8,9).

Em uma mesma direção, o historiador Mário José Maestri Filho, em resenha do livro “O espelho e a imagem: o escravo na historiografia brasileira (1808-1920)” (Achiamé, 1987), do historiador Luís Carlos Lopes, afirma que

A negação do escravo enquanto sujeito histórico correspondia à vontade senhorial de suprimir a contradição escravista através da alienação da individualidade do homem escravizado; um ser que já era tido e havido, ao menos teoricamente, como um não-ser. Uma análise atenta dessas obras revela nas entrelinhas e nos silêncios do discurso um fato cabal: manutenção, reprodução, exploração e superação do trabalho servil era a grande preocupação das elites brasileiras de então (MAESTRI FILHO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 28 mai. 1988, ed. 410, p. 11).

Observa-se no trecho do texto de Machado questões sobre as tensões e enfrentamentos na relação senhor/escravizado, contrariando a perspectiva de uma harmonia ou brandura do sistema escravocrata brasileiro. Para além disso, demonstra uma perspectiva de agência destes indivíduos, que embora submetidos ao estatuto de escravo, não haviam perdido sua “capacidade de pensar e se organizar dentro das condições que a realidade impunha”. Se Machado evidencia formas de organização e resistência, Maestri Filho questiona as estratégias de dominação senhorial pela “alienação da individualidade do homem escravizado”, que auxilia na negação de sua condição de sujeito histórico. Dessa forma, a historiografia brasileira na década de 1980 foi marcada por uma crescente tendência em reconhecer os dispositivos de negação e silenciamento da condição de agência das populações escravizadas, bem como uma tendência em retirá-la da condição de sujeitos passivos ao regime escravocrata.

Essa perspectiva renovada da escravidão divergia de uma historiografia que até a década de 1970 era marcada pela ideia de “escravo-coisa”. Para os historiadores Sidney

Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009), a perspectiva de coisificação do escravizado é caracterizado pelo “paradigma da ausência”, presente desde o pensamento intelectual do século XIX. Esse “paradigma da ausência” é explicado por Chalhoub e Silva da seguinte forma:

Às vezes, o “povo” parecia emergir e tornar-se visível nas narrativas acadêmicas, mas apenas em episódios isolados, aparentemente destituídos de significado social ou político mais amplo: perplexo no episódio da proclamação da República, impotente diante da exclusão política, irracional e violento ao lidar com iniciativas disciplinadoras ou ditas civilizadoras do poder público. O desdobramento historiográfico de semelhante ordem de idéias é claro: o desenvolvimento histórico lacunar, aparente peculiaridade nacional, teria produzido a ausência de classes definidas ou vice-versa, abrindo um espaço a ser preenchido pela ação demiúrgica do Estado, sujeito principal da história do país. A narrativa da história torna-se então um exercício teleológico de explicação de uma Nação que apaga os sujeitos e oculta seus conflitos e diferenças (CHALHOUB; SILVA, 2009, p.16).

Ainda no final do século XIX, destacam-se duas versões clássicas sobre a escravidão carregariam essa ideia: a de Joaquim Nabuco e a de José de Alencar. O primeiro enfatizava a “violência da escravidão e a vitimização dos escravizados”, em uma relação inflexível entre dominante e dominado. O segundo, pelo contrário, colocava que, no Brasil, a escravidão caracterizava-se pela “moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 17). Adversários e com ideais opostos, os pensamentos de Nabuco e de Alencar eram, contudo, dois lados de uma mesma moeda: tornavam “os trabalhadores escravos ausentes do processo histórico de sua própria libertação.” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 18).

Na segunda metade do século XX, temos duas outras vertentes: a da “democracia racial” de Gilberto Freyre e contrário a ela, o pensamento “revisionista”³⁹ do grupo uspiano, composto por Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. De um lado, conforme Chalhoub e Silva (2009, p. 19) a teoria da democracia racial disseminada por Freyre⁴⁰ sugeria que “no Brasil, a distância social resultara de diferenças de classe, mais do que de preconceitos de cor ou raça”, e ainda que “qualquer pessoa que não fosse claramente negra poderia passar por branca” e dessa forma “os negros brasileiros desfrutariam de mobilidade social e oportunidades de expressão cultural que teriam impedido o desenvolvimento de sua ‘consciência de seres negros’”. A tese de Freyre teria agradado internacionalmente, tanto que na década de 1940 proferiu uma série de palestras nos Estados

³⁹ Segundo Chalhoub e Silva (2009), o termo “revisionista” é usado pela própria Emília Viotti da Costa para caracterizar o grupo.

⁴⁰ Conforme Schwarcz (2019, p. 14), o termo “democracia racial” teria sido cunhado pelo antropólogo Artur Ramos (1903-49), que o endereçou ao Brasil. De toda forma, “coube a Freyre o papel de grande divulgador da expressão, até mesmo para além de nossas fronteiras.

Unidos. No final dessa década, segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 14), os pressupostos de Freyre teriam animado a Unesco e “tendo a certeza de que o Brasil representava um exemplo de harmonia racial para o mundo, a organização financiou, na década de 1950, uma grande pesquisa com a intenção de comprovar a inexistência de discriminação racial e étnica no país”.⁴¹

Por outro lado, o grupo de São Paulo, se esforçaria para desmontar o “mito da democracia racial”, como chamou pela primeira vez Florestan Fernandes. Conforme Chalhoub e Silva (2009, p. 19), partindo da crítica do pensamento abolicionista do final do século XIX e início do século XX, bem como da crítica aos pressupostos de Gilberto Freyre, esses pesquisadores “acumularam evidência sobre o preconceito dos brancos brasileiros, para mostrar que a inexistência de discriminação legal não impediu a segregação de fato da população negra do país”, afirmando que a “maior parte da população negra permanecia nos porões da sociedade, sem chance de melhorar suas condições de vida.” Ainda sobre isso, os historiadores afirmam que o grupo uspiano partia da elaboração de que

A violência inerente à escravidão havia resultado em anomia ou patologia social entre os negros, destruído quase todo o vestígio de sua herança cultural. Impedidos de constituir famílias no cativeiro, tornara-se impossível criar formas de cooperação e ajuda mútua que lhes pudesse valer na “ordem social competitiva emergente” do mundo pós-emancipação. Não tinham competência técnica nem estavam imbuídos da ideologia de valorização do trabalho livre necessárias à realização do objetivo de ascender socialmente (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 20).

Entretanto, para Chalhoub e Silva (2019, p. 20), apesar do esforço legítimo em reavaliar o ideal da harmonia das três raças e denunciar a vigência da discriminação racial no Brasil, esses pesquisadores acabaram por desqualificar “os escravos como sujeitos possíveis de sua própria história. Em certos casos, apesar do verniz erudito e da aparente sofisticação teórica, o que temos é a negação caricatural da relevância da cultura política dos trabalhadores, a fé inabalável na teoria do ‘escravo-coisa’”. Logo, o embate de ideias opostas entre Freyre e o grupo de Florestan Fernandes não fugiria de uma questão-chave, também vista em Nabuco e Alencar: a coisificação do escravizado.

⁴¹ O ânimo da Unesco com os pressupostos da democracia racial de Freyre se dava, de acordo com Schwarcz (2019, p. 14), porque “a instituição ainda andava sob o impacto da abertura dos campos de concentração nazistas, que levaram à descoberta das práticas de genocídios e da violência estatal, bem como alertaram sobre as consequências do racismo durante a Segunda Guerra Mundial. Também tinha ciência da situação do apartheid na África do Sul e da política de ódios que se formava no contexto da Guerra Fria.” Ainda, segundo a historiadora, o financiamento da instituição possibilitou a investigação da Região Nordeste por pesquisadores americanos, a fim de “corroborar com os pressupostos de Freyre.”

É então, a partir da década de 1980 que uma efetiva renovação nesse pensamento ocorre e os escravizados passam a ser vistos enquanto sujeitos, dotados de historicidade, atuantes, sobretudo, no processo de sua própria libertação. Conforme Chalhoub e Silva, o “paradigma da ausência” seria agora substituído pelo “paradigma da agência”.

No *Cultura*, pouco se recorreu à referência explícita a essas perspectivas supracitadas para a construção de novos olhares sobre o processo de escravidão brasileira. Talvez uma das únicas que faz esse debate seja a resenha da terceira edição de “O Negro na Bahia” de Luíz Vianna Filho (Nova Fronteira, 1988), escrita pela historiadora Suely Robles Reis de Queiroz. Para compreender esse movimento, é preciso que se detenha por um momento na estrutura de seu texto. Neste, a resenhista faz certo debate historiográfico sobre as perspectivas da primeira metade do século XX sobre a escravidão, articulando alguns autores de diferentes tempos, notadamente, Nina Rodrigues (1862-1906), Manuel Querino (1851-1923), Arthur Ramos (1903-1949), Gilberto Freyre (1900-1987) e, evidentemente, o próprio Luís Vianna Filho (1908-1990). Segundo a historiadora, esses autores possuíam em comum o fato de terem colocado a questão do negro e da escravidão no centro de seus estudos, embora possuam perspectivas diferentes ou até mesmo contrárias, como afirmou Queiroz em relação à obra de Luís Vianna Filho: “quando surge **O Negro na Bahia** [em 1946], a iniciativa representa um marco: não só por retomar o tema como pelo ineditismo das conclusões do autor que refutam os até então consagrados pontos de vista de Nina Rodrigues” (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, *Cultura*, 31 dez. 1988, ed. 440, p. 11, grifado no original). Contudo, Vianna Filho não refutou propriamente o ponto de vista racista de Nina Rodrigues, que apresenta a caracterização da população negra enquanto uma inferioridade do povo brasileiro,⁴² mas das suas próprias análises empíricas, que colocam a predominância dos sudaneses (defendida por Nina Rodrigues) em detrimento da influência banto (defendida por Vianna Filho) na formação étnico-racial da Bahia.

[A análises de Nina Rodrigues] levaram a generalizações aceitas sem contestação durante largo tempo, que, no entanto, não correspondem à realidade segundo Luís Vianna Filho. Restringindo seus estudo à Bahia, nega a apregoada superioridade sudanesa: o tráfico variou profundamente entre o norte e o sul africanos, preferindo ora uma, ora outra direção. (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, *Cultura*, 31 dez. 1988, ed. 440, p. 11).

⁴² Essa afirmação é colocada como evidência por Queiroz em sua resenha, citando o próprio Nina Rodrigues: “a raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, *Cultura*, 31 dez. 1988, ed. 440, p. 11).

Mas o que se faz interessante observar da resenha de Queiroz é o fato de que busca nas perspectivas localizadas em tempos anteriores ao seu presente o movimento e as transformações do pensamento intelectual sobre o negro e a escravidão, tendo a obra de Luíz Vianna Filho como uma ruptura com perspectiva hegemônica que se construiu até as primeiras décadas do século XX. Não obstante à defesa de uma atualidade da obra “O Negro na Bahia”, Queiroz compreende os limites da perspectiva do autor que não foi alterada mesmo com a terceira edição naquele presente da década de 1980.

Caberia, entretanto, ao final destas linhas um reparo à posição do autor sobre a relação senhor/escravo. Conforme diz, dos estudos que surgiram mais recentemente, “emergiram novos aspectos desse intercâmbio entre senhores e escravos, que hoje tanto horror nos causa, mas que, na Bahia, parece haver sido menos cruel do que em outras regiões”.

É clara a influência de Gilberto Freyre [...] Com tais argumentos, reforça portanto Luíz Vianna Filho o mito da brandura na escravidão brasileira que os estudos recentes por ele apontados se empenharam com êxito em destruir. (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 31 dez. 1988, ed. 440, p. 11).

Nesse trecho relembra-se a discussão que se fez anteriormente, em diálogo com os historiadores Chalhoub e Silva, sobre a perspectiva da brandura da escravidão, defendida por Gilberto Freyre. Queiroz se posiciona, então, a respeito das modificações nas perspectivas sobre o negro e a escravidão nos estudos de seu tempo presente (décadas finais do século XX), em que essa “amenidade” do sistema escravocrata brasileiro não encontra mais legitimidade, na medida em que se complexifica a relação entre senhor e escravizado, permeada por diferentes estratégias, resistências e negociações.

Mudando brevemente de direção, é possível dizer que essas mudanças nos olhares sobre o passado da escravidão e da abolição não se davam apenas pela questão epistemológica da história. Os movimentos sociais contemporâneos também demandariam novas representações do passado. O movimento negro é a máxima dessa questão. Em 28 de março de 1968, a polícia militar, em operação comandada pelo tenente Aloísio Raposo, invadiu o restaurante estudantil Calabouço no Rio de Janeiro, onde estudantes protestavam contra a má qualidade da comida, e disparou contra seis estudantes, matando com um tiro “à-queima-roupa” o estudante secundarista Edson Luís, um jovem negro de 17 anos de idade.⁴³ O acontecimento promoveria uma série de manifestações contra o regime militar e contra o racismo. Nesse mesmo ano surge o Movimento Negro Unificado (MNU), antigo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), reivindicando a redemocratização, pautas de inclusão e

⁴³ Ver: “Mataram um estudante. Podia ser seu filho”. Memorial da Democracia, s/d. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/mataram-um-estudante-podia-ser-seu-filho> Acesso em: 27/06/2020.

igualdade social e racial. Em 11 de maio de 1988, no Rio de Janeiro, dois dias antes dos cem anos da assinatura da Lei Áurea, o MNU organizou a Marcha Contra a Farsa da Abolição que é, para o historiador Rodrigo Bueno de Abreu (2015, p. 13), “uma das maiores demonstrações públicas do Movimento Negro Contemporâneo [...] um protesto que reuniu mais de seis mil pessoas no centro da cidade e cujo objetivo era explicitar uma posição crítica acerca das comemorações do Centenário da Abolição da escravidão.”

É no âmago das lutas sociais e políticas travadas no final da década de 1980, que emerge a demanda pela renovação nas Ciências Humanas. Mas se no final dessa década estudos com perspectivas renovadas se proliferam, demonstrando certo entusiasmo, historiadoras e historiadores não deixaram, com isso, de diagnosticar a incipiência desses estudos, projetando no horizonte diversas questões a serem abordadas pela historiografia brasileira na transição para o século XXI. Como exemplo disso, destaca-se também a narrativa da historiadora Julita Scarano, intitulada “Novos estudos no ano da abolição”. A historiadora afirma que

Se nos colocamos em relação a fenômenos e conjunturas históricas de outros países, computando as análises empreendidas a respeito deles, os estudos referentes ao negro e à escravidão no Brasil produziram análises ainda insuficientes. Questões básicas e primordiais não foram levantadas e há campo para discussões e abordagens novas a respeito de assuntos sobre os quais há relativa bibliografia, como as questões de trabalho, por exemplo. Por isso se espera que a oportunidade de novas pesquisas e abordagens vivificantes não sejam perdidas em meio a comemorações de caráter mais festivo do que cultural (SCARANO, O Estado de S. Paulo, Cultura 19 mar. 1988, ed. 401, p. 10).

Se existiu pressões populares por essas renovações – e, de fato, é correto afirmar que sim –, o que parece ser colocado nessas narrativas de historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura* no ano do centenário da Abolição, não são as renovações historiográficas afinadas com as reivindicações sociais “de rua”, e sim uma preocupação geral com o próprio desenvolvimento interno da disciplina de história. Nem Scarano, na resenha supracitada, nem em narrativas de outros historiadores e historiadoras nesse ano de 1988 fizeram qualquer tipo, de menção às manifestações, lutas, derrotas ou conquistas contemporâneas que envolveram a questão racial. Isso certamente não desqualifica os estudos, mas demonstra que, ao menos para o grupo de historiadoras e historiadores que escreviam para o *Cultura*, o foco se encontrava na própria disciplina. Assim, as pressões sociais desse período parecem ser colocadas para as historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* como formas de se pensar demandas de memória a serviço da história, mais do que o contrário: colocar a história a serviço das lutas e conflitos identitários firmados por tais demandas.

Em relação ao caráter propriamente comemorativo dessas publicações no suplemento *Cultura*, ao longo desta seção, as publicações evidenciadas permitiram que se afirme que os historiadores e historiadoras buscaram, na verdade, “des-comemorar” os cem anos da abolição da escravidão, a partir da utilização de fontes ainda não pesquisadas, outras abordagens e também a partir do debate e dos balanços historiográficos sobre o período. No próprio trecho supracitado, da resenha de Julita Scarano, isso fica evidente: a preocupação em que a comemoração não se perca na festividade, e seja também cultural. E, mais ainda, que se trate de uma reavaliação crítica do passado e de suas representações e sentidos para o tempo presente.

Assim, se o ato de comemorar (ou “des-comemorar”) algo, além de uma representificação do passado, é também uma projeção de futuro (SILVA, 2002), é possível observar, ao menos do que é manifestado no *Cultura*, que no final da década de 1980 novos caminhos estavam sendo formados para a historiografia brasileira, em especial, no que tange a problemática da memória, do esquecimento e dos silenciamentos. Aproximando-se de um desfecho, considera-se a reflexão da historiadora Julita Scarano em outra narrativa do suplemento *Cultura*:

Ruy Barbosa não conseguiu apagar do Brasil a mancha da escravidão, tivesse ele tal intenção. Os estudos que vão aparecendo e aqueles ainda por surgir, mais já em processo de gestação, mostram o valor de uma documentação ainda capaz de nos oferecer um mais perfeito conhecimento daquilo que somos hoje e de como fomos no passado (SCARANO, O Estado de S. Paulo, *Cultura*, 08 out 1988, ed. 429, p. 10).

A imagem de Ruy Barbosa e vocada nas palavras de Julita Scarano, pode ser vista aqui como valor simbólico de uma mudança estrutural do tempo histórico. A queima dos arquivos da escravidão executada pelo jurista pode ser compreendida como uma maneira de distanciar, mais que isso, de ausentar o passado, colocando a escravidão como algo pertencente ao antigo e precário Império, e não ao presente da recém-formada República. O passado é ausentado, para que o presente possa se orientar para o futuro, nesse caso, do progresso e da civilização da nova nação brasileira. Cem anos se passam e uma historiadora exclama que a mancha do passado não foi apagada. Observa-se aí que a flecha do tempo da historiografia moderna falhou. Nem mesmo a queima de registros do passado pôde evitar sua constante reavaliação no presente.

4.4.2 O CENTENÁRIO DA REPÚBLICA (1989)

Diferente da comemoração do Centenário da Abolição, as publicações de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* durante o ano de 1989 não foram, em sua maioria,

orientadas pela comemoração do Centenário da Proclamação da República. Um motivo possível para isso pode ser que no 1989 tem-se também a comemoração do Centenário da Inconfidência Mineira e o Bicentenário da Revolução Francesa. Tais efemérides dividem, juntamente com o Centenário da Proclamação da República, o espaço de publicações no suplemento. Porém, além de publicações dispersas durante o ano, observou-se que o suplemento publicou duas edições especiais para a comemoração dos cem anos republicanos, uma no dia 11 de novembro e outro no dia 18 de novembro. A primeira teve cinco narrativas, sendo quatro de historiadoras e historiadores, e apenas uma de intelectual de outra área. Entre os profissionais de história desta edição estavam: Francisco de Assis Barbosa, com um texto biográfico sobre D. Pedro II; Francisco Iglésias, com texto sobre a história da República brasileira de 19889 a 1989; José Murilo de Carvalho, com narrativa sobre a democracia e a questão social, e Suely Robles Reis de Queiroz, com artigo sobre o papel dos militares na proclamação. Já na edição do dia 18 de novembro aconteceu o contrário e apenas uma publicação foi feita por uma historiadora, a saber, a historiadora Ana Luiza Martins, com o texto intitulado “As leituras às vésperas da República”, sobre pequenas bibliotecas que existiam em gabinetes de leitura frequentados por famílias abastadas no interior de São Paulo.

É certo que, assim como no caso da efeméride dos cem anos da Abolição, também a comemoração dos cem anos republicanos era um momento propício para a proliferação de estudos sobre a transição do Império para a República e/ou sobre a Primeira República (1889-1930). Essa redescoberta do primeiro período republicano por historiadoras e historiadores pode significar, nas palavras da historiadora Barbara Weinstein, uma busca do “momento do ‘pecado original’, [das] sementes da modernização autoritária, para a transição para o poder republicano.” Dessa forma, as reavaliações do período em questão muitas vezes se colocavam a despeito das falhas do regime.

No que se refere à proliferação de estudos sobre o período da Primeira República, o balanço da produção historiográfica feita por Fico e Polito (1992) entre 1980 e 1989 aponta que a década foi marcada pelo predomínio em diversos segmentos da abordagem do período em produções historiográficas. No levantamento das teses e dissertações publicadas sobre a história do Brasil, dos novecentos artigos publicados em periódicos brasileiros sobre história do Brasil, 59,2% dizem respeito ao período da República, sendo que dessa porcentagem, 42,8% referem-se ao período da Primeira República. (FICO; POLITO, 1992, p. 53,54). A tendência se segue nos artigos publicados em periódicos brasileiros sobre a história do Brasil: 26,8% sobre a República Velha, além de 4,9% sobre Império e República Velha (FICO, POLITO, 1992, p.

69). Em relação aos livros, o período republicano também predomina, com 462 edições (336 títulos) publicadas (FICO; POLITO, 1992, p. 135).

É possível que a densa produção sobre o período tenha manifestado diversas perspectivas, uma vez que é também característica da produção dos anos 1980, a busca pela diversificação das fontes utilizadas para a análise histórica. No suplemento *Cultura*, a temática da Primeira República apareceu nas narrativas de historiadores e historiadoras durante os 12 anos de edição do suplemento, e dessa forma, como um espaço de divulgação dessas produções, revestiu-se também dessa diversificação. Entretanto, a análise proposta nesta seção privilegiará as narrativas sobre o período da Primeira República que *Cultura* oferecia aos seus leitores no ano do centenário da Proclamação em 1989, bem como buscou-se fazer no caso do centenário da Abolição. Para tanto, serão trabalhados três artigos já mencionados: um do historiador Francisco Iglésias; um da historiadora Suely Robles de Queiroz e outro do historiador José Murilo de Carvalho. Todos os três artigos foram publicados na edição de comemoração do Centenário da República, em 11 de novembro de 1989.

Diversas são as datas lembradas pelos historiadores, importantes para pontuar o processo que culminou no 15 de novembro de 1889. Suely Robles Reis de Queiroz lembra do dia decisivo de Marechal Deodoro da Fonseca, quando declarou “*Façamos a República!*”, justamente, em onze de novembro de 1889, cem anos antes, ao analisar a participação dos militares no movimento do início da República.

É então que o visconde de Ouro Preto assume a chefia do novo gabinete, o último do Império, Político rígido, sem flexibilidade maneirista dos contemporizadores, nomeia o coronel Cunha Matos, que se reconciliara com o governo, para a presidência da Província de Mato Grosso. Nessa função, teria Deodoro sob suas ordens. Era demais para o marechal. Mesmo assim ainda hesita: sente as injustiças que lhe são feitas e aos demais companheiros, percebe que já não pode contar com Pedro II, precocemente senil, mas não se decide. A 11 de novembro, finalmente, encerra a questão quando diz aos que os cercam: “Eu queria acompanhar o caixão do imperador que está idoso e a quem respeito muito. Mas se ele já não governa, não há mais o que esperar da monarquia. Façamos a República!”. (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, *Cultura*, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 12).

Os três autores lembram da data conhecida como *journée des dupes*, símbolo da frustração de Maria de Médici e Ana da Áustria em derrubar o primeiro-ministro francês, 359 anos antes dessa edição do *Cultura* e da comemoração centenária da República brasileira. Para o contexto brasileiro pode-se interpretar a *journée des dupes* como uma grande frustração, representada pela República proclamada em 1889: com isso os três historiadores concordam. Que o início da República foi visto como uma grande frustração não é novidade na

historiografia brasileira. Desde o final do século XX vem-se debatendo sobre diversas questões, dentre elas, a participação popular⁴⁴ efetiva na proclamação feita pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Com promessas de modernização e progresso, a república frustrou as expectativas daqueles que acompanharam as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. Isso fica patente nas análises dos três historiadores que escrevem para o suplemento.

No entanto, mesmo com essas similitudes, os autores analisam o contexto da proclamação de maneiras diversas: a estrutura dos textos e a forma como narram os eventos dão pistas do que é possível analisar, a começar pelos recortes temporais estabelecidos. Para Suely Robles Reis de Queiroz, que busca investigar o papel dos militares no processo que culminou na proclamação da República, questionando se o evento tivera sido apenas uma *quartelada* ou uma revolução, a República significou uma ruptura parcial, pois “faltou-lhe elemento essencial – segundo os teóricos – para caracterizar uma revolução: modificações estruturais de base.” (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 12). Para elaborar seu argumento a autora afasta-se temporalmente e usa de uma cadeia explicativa baseada em uma sucessão de eventos que justificam a postura dos militares em 1889. Assim, ela retorna aos anos 1870 para explicar o descontentamento militar, e a tomada de decisão de Deodoro da Fonseca. A historiadora busca nas estruturas da sociedade as justificativas para o evento-chave de 1889, e assim, o que explicaria o presente do centenário da República seria uma estrutura que antecede a própria proclamação. Duas rupturas do período de 1870 fazem a historiadora marcar o tempo da República de tal maneira. Em primeiro lugar, as modificações na estrutura econômica capitalista e, com isso, a crescente pressão para acabar com o sistema escravista.

O exame dos acontecimentos que precedem a queda do trono poderá trazer alguma luz à questão. Já a partir de 1950, mais especialmente dos anos 1970 para a frente, as transformações ocorridas na economia capitalista mundial exigem a crescente inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de bens primários, com a consequente modernização da infra-estrutura necessária ao incremento das exportações. Assim se explica a pressão para a extinção do escravismo no país, o aparelhamento dos principais portos, e a melhoria dos transportes e dos serviços públicos. (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 11).

Em segundo lugar, as frustrações dos militares com a preferência do Império pela Marinha, bem como após a Guerra do Paraguai que

⁴⁴ O entendimento da República como uma *fatalidade* está presente em diversos estudos, e mostram a tendência republicana à época. (COSTA, 2015). Além disso, há um extenso debate sobre a participação popular no evento: dizia-se à época que o “povo assistiu a tudo bestializado”, o que deu título ao livro de José Murilo de Carvalho, e ficou de fora das decisões políticas de então (CARVALHO, 1987) A reação popular foi, portanto, violenta: foi um período marcado pelas revoltas populares que tensionavam a República, como a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, da Chibata, da Vacina, Canudos, Contestado e as Greves de 1917 (SCHWARCZ; STARLING, 2015)

Agrava-lhes as frustrações, mas conscientiza-os da própria força. Se a sociedade em geral e os políticos em particular não davam mostras de reconhecer os sacrifícios feitos nos campos de luta, pouco importava então. O sentimento de glória por terem ganho a guerra irmanou-os, permitindo-lhes encontrar em si próprios razões concretas para uma valorização crescente traduzida em atitudes de altanería e suscetibilidade. Percebiam-se e afirmavam-se como grupo distinto dos demais construindo a própria identidade. (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 12).

Com isso a autora buscou romper com uma historiografia que ela chamou de monarquista, a qual atribuiu ao 15 de novembro características de uma quartelada, diminuindo a organização militar, que logo veio a ser substituída pelos civis, notadamente a partir da política de governadores inaugurada no governo de Campo Sales (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 12).⁴⁵

Por outro lado, José Murilo de Carvalho utiliza uma outra cadeia explicativa para refletir sobre a República: ao invés de voltar no tempo e buscar compreender suas origens, vai projetar à frente demonstrando as consequências da instauração do governo republicano, no formato em que foi feito em 15 de novembro de 1889. Para tanto, recorre à linha do tempo clássica da História do Brasil no século XX, marcada pelo início da República em 1889, como ponto de partida; a Revolução de 1930; o fim do primeiro governo Vargas em 1945; e o início da Ditadura Militar em 1964. O ponto de chegada seria o tempo daquele presente – 1989, especialmente aquele que se passa no pós-1988, ou seja, na abertura de uma Nova República, marcada pela Carta Constitucional Cidadã. A questão para Carvalho foi, portanto, a construção do Estado em diferentes momentos políticos, e ele toma como problema central o divórcio/a cisão entre democracia e questão social, possivelmente ocorridas com o 15 de novembro de 1889, em especial. Para o historiador, houve a derrota do grupo de reformistas democráticos, entre eles Joaquim Nabuco, André Rebouças e A. Taunay que pregavam que a abolição da escravidão deveria ser complementada com a reforma agrária.

Este grupo perdeu a batalha a 15 de novembro de 1889. Como corrente de pensamento, desapareceu do cenário da República. Vieram substituí-los, de um lado, os liberais ortodoxos e os darwinistas sociais; de outro, os positivistas ortodoxos, os jacobinos e os anarquistas. Os primeiros ignoravam a questão social, os últimos desprezaram a democracia. (CARVALHO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 09)

Já Iglésias, assim como Queiroz, vai retornar no tempo, recorrendo desde o passado longínquo do século XVI às experiências mais próximas no século XX, partindo da questão central “*Que República fazer?*” (IGLÉSIAS O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed.

⁴⁵ Sobre o assunto, conferir: LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Campos Sales, as bases e a decadência da república velha. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

485, p. 01), e analisando que lições a história republicana havia deixado para aquele presente. Para o autor, é preciso repensar os marcos republicanos e reestabelecer como centro a transformação no mundo do trabalho advinda com a assinatura da Lei Áurea de 1888. Iglésias e Carvalho retomam outras experiências que ficaram de fora no contexto de 1889, notadamente dos monarquistas preocupados com a questão social: o nome de André Rebouças, então, aparece com destaque, na defesa de um Estado que suprisse as demandas populares pela terra e pela educação dos libertos. Ambos mostram, então, a potência de outros projetos, deixados de lado com o pacto positivista e liberal que protagonizou a Primeira República no Brasil. A análise estrutural, pois, também está presente na cadeia explicativa de Iglésias, que busca esse sentido teleológico, articulando o passado ao seu presente e ao futuro que ali se abria para pensar que república se buscava construir, a partir das experiências pregressas.

O que chama atenção, também, é a referência direta a Sérgio Buarque de Holanda. Poucas são as utilizadas nos artigos presentes no suplemento, mas dentre elas, o que coincide em todos os textos é o nome de Holanda. No caso de Queiroz a inspiração é evidente e deixa-se ler na sua conclusão a partir da experiência republicana: para ela não há, de fato, uma ruptura brusca, mas sim, uma ruptura em partes, ou, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, um “*império de fazendeiros*” (QUEIROZ, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 12). A frase abre para a interpretação de que, embora tenha se inaugurado uma nova forma de governo, esse governo ainda estava concentrado nos proprietários de terras e mantinha, portanto, uma estrutura latifundiária. Já Iglésias vai concordar com Holanda ao afirmar que “a data decisiva não é o 15 de novembro de 89, mas o 13 de maio de 88” (IGLÉSIAS O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 02-03): ou seja, que a transformação das relações de trabalho tinha significado mais contundente no processo político e social brasileiro que o próprio início da República.

Os três autores estão, pois, no presente de 1989, projetando uma nova república a partir de uma experiência do passado, em suas visões, bastante frustrada. Inclusive, para o historiador Carlos Fico (2012, p. 50), “o traço marcante da memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças”. Assim, voltar-se para uma origem das frustrações, das falhas, parece dimensionar o presente para, assim, gestar e projetar um futuro para um Estado jovem, pouco democrático, e que se abria para muitas possibilidades com a carta constitucional de 1988. Velha e Nova República entrava em debate, a partir dos problemas do presente, mas com os olhos no passado, nas origens republicanas.

O que se pode observar é que há uma diversidade de perguntas colocadas para aquele presente, que se abrem em narrativas também diversas. Enquanto Queiroz usa do encadeamento

de eventos do contextos, articulando-os em uma narrativa lógica da construção do polo de economia cafeeira em São Paulo (ao processo de industrialização, às transformações urbanas e à imigração europeia), Iglésias vai estruturar seu argumento separando-o em dois pontos: o da análise dos regimes políticos no Brasil desde o seu início enquanto nação – no sentido de que monarquia era uma *ilha rodeada de repúblicas* (SCHWARCZ, 1998) –, e o da própria estrutura da República Federativa e a forma como esta se organizou.

Enquanto isso, José Murilo de Carvalho busca comprovar a disparidade de projetos políticos que não conseguiram “casar”, ao mesmo tempo, uma preocupação democrática com as questões sociais. Para o autor somente o novo contexto – possibilitado pela Constituição de 1988 – permitiria uma reconciliação neste casamento há tão pouco finalizado. Para Carvalho, essas novas possibilidades se davam por algumas questões do fim da ditadura militar: a experiência traumática da guerrilha, por um lado, e da tortura, por outro, que “favoreceram a autocrítica” de ambas as partes; a “percepção da necessidade de revalorizar a representação como condição de sobrevivência”, colocando a “agenda social no centro da agenda política” em meados da década de 1970; a crítica ao militarismo que “desembocou, de vários lados, no reconhecimento da democracia como mecanismo legítimo de mudança social”; o marxismo ter passado a “admitir a democracia como valor universal e não apenas instrumento burguês do domínio de classe” e o mundo intelectual que abandonava aos poucos “a postura messiânica que o marcou desde o positivismo ortodoxo” e não mais “se autopromovem a vanguarda do povo, nem procuram formular ideologias de salvação nacional” (CARVALHO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 11). Tais transformações no campo social, político e intelectual a partir da década de 1970 são vistas pelo historiador com certo otimismo quanto ao futuro da nova democracia:

Tudo isto pode ser precário e transitório, sujeito ao êxito político da nova República. Mas, pelo menos para os que crêem que as ideias têm alguma importância, o fim do divórcio centenário pode significar um reforço, uma pedra a mais na construção da democracia brasileira, não mais puramente liberal ou puramente política, mas política e social. Este é sem dúvida um pensamento otimista. Mas, por uma vez, por que não ir contra a corrente geral do pessimismo? (CARVALHO, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 11).

Se José Murilo de Carvalho oferece certo viés otimista, Francisco Iglésias faz o contrário. Para este, “a história do Brasil, vista na perspectiva do povo, é uma série de frustrações e malogros”, recorrendo em seu texto à *journée des dupes*, ou dia dos logrados, anteriormente citada no início desta seção. O historiador organiza, assim, a história do Brasil

em uma estrutura de encadeamento de frustrações, que se inicia em 1822 e não deixa de cessar mais de cem anos depois, em 1985.

A expressão [*journée des dupes*] pode ser usada, com o mesmo rigor, muitas outras vezes na História nacional. As empresas resultam em logro para os que parecem vencer. Assim foi em 1822, na independência; no 7 de abril de 31, com a abdicação de D. Pedro I; com as leis liberais da Regência – o Código do Processo Criminal de 31, o Ato Adicional de 34 –, logo anulada no essencial pelas reformas que, se não as negavam, na verdade as tolhiam até a anulação; a Maioridade, em 40. E a instauração da República, em 1889. Ou no movimento conhecido como Revolução de 1930; na deposição de Vargas em 45 e em 54. A última grande frustração é a chamada Nova República, em 85, anunciadora de uma transição que não se fez: o feito começou antes, com a abertura anunciada por um presidente militar, como decorrência da geral repulsa ao sistema. (IGLÉSIAS, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1985, ed. 485, p. 02).

As três narrativas publicadas no suplemento *Cultura* seguem perspectivas distintas, mas possuem em comum certas características, algumas mencionadas ao longo desta seção e outra que é preciso ainda destacar: o povo e as classes populares não aparecem como personagens nessa história republicana brasileira. Suely Queiroz nem chega a citá-los, concentrando sua narrativa no protagonismo dos militares, e quando não estes, as oligarquias de terras. Os casos de José Murilo de Carvalho e Francisco Iglésias são mais peculiares. Suas narrativas falam, de certa forma, do povo: Carvalho os traz em um dos dois pontos de sua análise, a questão social. Iglésias os coloca na base da experiência frustrada, pois para ele, a participação popular é precária desde a instauração da República, “tinha existência vegetativa”, afirma, “não contava como agente social. Só depois, de 30 em diante, passaria a afirmar-se. A duras penas, como se sabe.” (IGLÉSIAS, O Estado de S. Paulo, Cultura, 11 nov. 1989, ed. 485, p. 03). Mas em ambos – e em Queiroz – o povo é visto quase como algo exterior, suspenso, enquanto os personagens que movimentam a história republicana brasileira são as elites dirigentes, as oligarquias, os políticos e os intelectuais. As próprias transformações citadas por Carvalho na década de 1970 parecem ter acontecido sem qualquer pressão social ou agência popular de diversos setores.

Enfim, se na seção anterior observou-se que a historiografia no Centenário da Abolição publicada no suplemento *Cultura* pendeu para o reconhecimento da agência e complexidade de classes populares – notadamente de populações escravizadas –, no Centenário da República estas aparecem alheias ao processo histórico. As abordagens dos três historiadores analisados aqui parecem recorrer para algo como a perspectiva da “bestialização do povo brasileiro” frente à República, ideia que apareceu pela primeira vez em artigo do jornalista Aristides Lobo publicado em forma de carta no *Diário Popular* de São Paulo, logo após a proclamação em 1889 e que quase cem anos depois tornava-se título de livro do próprio José Murilo de Carvalho,

“Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi” (Companhia das Letras, 1987). Assim, o Centenário da República no suplemento *Cultura*, rememorada pelos profissionais de história, parece lembrar uma construção nacional sem povo, ou melhor, um povo que assistiu a tudo atônito, enquanto as elites tentavam resolver a questão republicana. Para desconstruir essa ideia, os historiadores aqui analisados partiram de uma perspectiva elitista, quase não configuraram argumentos e mesmo quando se voltaram ao seu próprio presente, como foi o caso de Carvalho e Iglésias, não mencionaram a força e resistência política e social da população frente à redemocratização e a nova República que se instaurava nesse final do século XX.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa disciplina se modifica também no e com o tempo. Como diria o Fernando Catroga, um professor português, seria o cúmulo da contradição que aquela disciplina que parte do pressuposto básico de que as coisas existem no tempo, que elas se modificam no e com o tempo, não pensasse a si própria como algo que também se modifica no e com o tempo. (Mariana Silveira, *Historiografia contemporânea, novas possibilidades e abordagens*, 08 jun. 2020).⁴⁶

Em primeiro lugar, eu queria considerar que a história, enquanto prática de investigar e registrar acontecimentos passados, tem funções, papéis e justificativas diferentes, em diferentes momentos e diferentes lugares. (João M. Ohara, “Estudar História no Brasil Polarizado”, 18 jun. 2020).⁴⁷

No momento em que esse trabalho é finalizado, diversos eventos acadêmicos de história são organizados pelas universidades brasileiras em formato virtual: aulas, palestras e ciclo de *lives* são transmitidas em plataformas digitais de conferência e/ou em redes sociais. Um dos mais expressivos sinais do nosso tempo (mais que) presente: o isolamento social devido à pandemia do Covid-19 (ou novo Coronavírus), que vêm alterando significativamente as formas de comunicação. Diante disso, os trechos supracitados foram retirados das falas de dois historiadores, Mariana Silveira e João Ohara, proferidas em dois desses eventos acadêmicos virtuais ocorridos em junho, organizados pela UFMG e pela UFRJ, respectivamente. Esses excertos são inseridos aqui, pois reivindicam uma grande inquietação do campo historiográfico de nosso tempo: a história e a historiografia são condicionadas a um tempo e espaço e, assim, somos forçados a reconhecer seu caráter inacabado. Logo, cita-se os dois historiadores para explicitar algo que, se ainda não foi dito, deve ser destacado no desfecho deste trabalho: as “considerações finais” são também o lugar de relembrar e aceitar a provisoriedade de todas as histórias.

Logo, finalizar um texto historiográfico é ao mesmo tempo abrir novas possibilidades, sendo assim, as conclusões aqui obtidas estão longe de se encerrar nelas mesmas. Dito isso, segue-se algumas considerações finais desta dissertação.

A partir da investigação de um suplemento cultural foi possível compreender o lugar dos suplementos culturais na história da imprensa periódica brasileira da segunda metade do

⁴⁶ Aula ministrada pela Profa. Dra. Mariana Silveira, no curso on-line “História e historiografia: renovando olhares e objetos”, realizado pelo Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ocorrido entre os dias 08 e 24 de junho de 2020.

⁴⁷ Palestra ministrada pelo Prof. Dr. João Munhoz Ohara, no Ciclo de Lives “Brasil: reflexões e análises históricas”, resultado de um projeto de extensão do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenado pelos professores Rodrigo Farias e Isabele Mello. As sessões tiveram início no dia 18 de junho de 2020 e no momento em que esta dissertação é finalizada, ainda estão ocorrendo, tendo como data final o dia 08 de agosto de 2020. Palestra de João Ohara disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t85HpBhEAoY>> Acesso em: 04/07/2020.

século XX, sobretudo, como forma de produzir e difundir bens culturais e de conformar redes de sociabilidades intelectuais. Nesse sentido, o suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo*, bem como seus antecessores, *Suplemento Cultural* e *Suplemento Literário*, foram expressivos deste objetivo, atuando como forma de articular o mundo jornalístico e o mundo acadêmico, nesse caso em especial, entre Estadão e USP.

Cultura atuou, sobretudo, na divulgação do mercado editorial nacional e internacional, com foco nas produções acadêmicas das áreas das Ciências Sociais e Humanas, tendo como divulgadores desses nichos, especialistas das próprias áreas. Privilegiando a investigação da colaboração de historiadores e historiadoras, observou-se a presença majoritária de intelectuais da Universidade de São Paulo, aspecto que foi compreendido a partir de dois pontos. O primeiro por conta da própria historicidade do suplemento *Cultura* e, de modo geral, do Estadão, no que tange à reconhecida articulação entre o grupo do jornal e os universitários uspianos, sobretudo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde os dirigentes do Estadão foram importantes idealizadores de sua criação na década de 1930. O outro ponto diz respeito ao próprio contexto brasileiro da década de 1980, em que a USP ainda era o grande centro irradiador de formação e produção historiográfica.

Não obstante, historiadoras e historiadores de outros lugares também se faziam presentes no suplemento *Cultura*. Mas, referente a esse levantamento, foi possível reconhecer a pluralidade da identidade historiadora, na medida em que apenas uma categoria, como a de formação, não é suficiente para enquadrá-los enquanto “profissionais de história”, uma vez que ao longo do século XX, coexistiram gerações de intelectuais com formações diferentes, mas que se dedicavam à prática historiográfica. Isso permitiu a compreensão de que a identidade historiadora perpassa o reconhecimento e a legitimação pelos pares, a partir do texto, validado enquanto histórico.

Em outra medida, a partir das publicações de historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura*, considerou-se as configurações narrativas que, em grande medida, se caracterizavam por resenhas e ensaios bibliográfico de livros publicados majoritariamente pelas editoras comerciais brasileiras. Diante disso, a análise aqui feita, considerou as resenhas enquanto produtos de leituras avaliativas feitas por profissionais da área de história e, assim, foi possível evidenciar valores e virtudes epistêmicas acionadas para reconhecer e legitimar a prática historiográfica em determinado contexto. Nesse sentido, observou-se que eram comuns elogios sobre o trato com as fontes, sobre a abundância de documentos utilizados, a exaustiva pesquisa em acervos, entre outros similares, o que evidencia para o campo historiográfico

brasileiro da década de 1980, a *persona* acadêmica do “historiador arquivista”, ou seja, aquele historiador que valoriza os arquivos como parte imprescindível da prática historiográfica. Essa valorização da questão empírica não remetia ao ideal positivista do século anterior, em que se valorizava o arquivo, oficial, diga-se de passagem, pois este era o único detentor da verdade do passado, sendo o historiador apenas um transmissor dessa verdade. Pelo contrário, a ideia de valorizar o arquivo vinha articulada à possibilidade de intervenção do profissional ao pesquisá-lo. Assim, observou-se que em muitas narrativas, a ideia de “perguntar às fontes” era vista como uma boa conduta no trabalho historiográfico, uma vez que se partia do pressuposto que as fontes não falam por si mesmas e dependem das interrogações que historiador ou historiadora faz. Para tanto, defendia-se uma certa subjetividade do profissional, pois suas perguntas aos arquivos dependeriam muitas vezes de uma série de fatores próprios do pesquisador: sua formação, as abordagens e perspectivas que carrega, os objetivos que desejaria alcançar com a pesquisa, etc., sem que isso acarretasse necessariamente a perda de objetividade, uma vez que a subjetividade do indivíduo não anula o quadro de regras e condutas colocadas pela disciplina que devem ser seguidas.

Na mesma medida, compreendeu-se que outra virtude acionada pelos profissionais de história nas resenhas publicadas no *Cultura* dizia respeito ao trabalho de “desmistificação”. Para tanto, referiam-se aos livros e autores resenhados utilizando expressões como “desmistificou, desmentiu, fez o mito ‘cair por terra’...”, para qualificar seus trabalhos enquanto desconstruções de memórias e historiografias hegemônicas. Em outra direção, também foi evidenciado uma certa preocupação com produzir história para um “público mais amplo”, o que demonstra uma inquietação com o caráter narrativo da historiografia, próprio das décadas finais do século XX. Esta questão foi encarada aqui enquanto uma virtude acionada pelos profissionais de história, por ser uma preocupação não somente desses intelectuais, como também uma das grandes pretensões do próprio suplemento *Cultura*, que se autocaracterizava como uma “praça pública do pensamento”. Dessa forma, encontrou-se nas resenhas opiniões contrárias quanto a essa abertura a um público mais amplo, havendo os que elogiavam uma escrita “clara e acessível” e o alcance a outros públicos leitores, bem como aqueles que recebiam a ideia como algo que envolvia problemas e ressalvas, na medida em que a produção voltada para um público mais amplo poderia acarretar em generalizações ou simplificações. De qualquer modo, observou-se que o que esses historiadores e historiadoras estavam entendendo enquanto “público mais amplo” eram professores e estudantes de história, ou pesquisadores de outra área, um público propriamente acadêmico e não, ainda, popular.

Mas não foram apenas virtudes e valores para legitimar a prática historiográfica que foram observadas nesse trabalho. Tanto as resenhas, quanto as outras formas narrativas presentes no suplemento *Cultura* possibilitaram também a compreensão da emergência de determinada historiografia nos anos de 1980. Diante dos acontecimentos da década, período de redemocratização da sociedade brasileira após a ditadura militar que perdurou 21 anos, emergiam novos movimentos sociais de base, na luta pela democracia e espaço público para reafirmação de suas identidades. Esse cenário político, social e cultural, juntamente com as transformações no campo historiográfico, com a ressonância de novas tendências historiográficas – como a *Nouvelle Histoire* francesa e a micro-história italiana –, trazendo mudanças de perspectivas e abordagens, colocou para os historiadores e historiadoras brasileiras novas preocupações que, em grande parte, girava em torno da valorização histórica de sujeitos antes marginalizados e negligenciados pela historiografia, como as mulheres, os negros, os indígenas, os trabalhadores, entre outros. Com isso, evidenciou-se uma latência da problemática da memória que irrompia, neste último quartel do século XX, no campo da história. Nesse sentido, foram observadas inquietações nas narrativas historiográficas publicadas em *Cultura*, em relação aos arquivos e acervos documentais, e a proliferação de “lugares de memória”, bem como a comemoração de efemérides, como o Centenário da Abolição, em 1988, e o Centenário da Proclamação da República em 1989. Com isso, foi possível compreender algumas formas em que os profissionais de história estavam se colocando frente às demandas sociais por memória, utilizando o espaço do suplemento *Cultura* para revisitar determinados passados a fim de representificá-los, à maneira da história e, na medida do possível, projetar um futuro para a nova democracia brasileira que surgia no final do século XX.

De modo geral, é preciso ainda ser dito que tantas outras possibilidades de investigação podem ser realizadas. Certamente o *Cultura* ou mesmo o *Estadão* não eram os únicos espaços da imprensa em que historiadoras e historiadores estavam marcando presença. Outros periódicos como a *Folha de S. Paulo* (SP), *Jornal do Brasil* (RJ) e *Correio do Povo* (RS) também realizavam essa articulação com os intelectuais universitários. Ainda, essa articulação entre imprensa e universidade é uma das diversas abordagens para pensar a atuação de profissionais de história fora do espaço propriamente acadêmico. Esses intercâmbios, assim como a própria historiografia, certamente se alteram conforme os tempos e os espaços. Essas quase duas décadas do novo século têm demonstrado os sinais dessas transformações. Ainda no tempo presente em que essa dissertação foi produzida, historiadoras e historiadores têm

sentido a necessidade de responder à novas e velhas demandas e de se adaptar em um ritmo cada vez mais acelerado aos novos formatos e meios de comunicação de um mundo globalizado (lembra-se do início destas considerações finais). Essa dissertação foi uma forma, entre tantas outras, que já foram e estão por vir, de evidenciar as potencialidades e os limites de se pensar a atuação de profissionais de história e a produção e divulgação historiográfica no Brasil em uma esfera não acadêmica, em determinado espaço temporal.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de et al. **A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50..** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 13-60.

_____. **A modernização da imprensa (1970–2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Rodrigo Bueno de. **A marcha contra a farsa da abolição na transição democrática brasileira.** 2015. XX f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Os Annales e a Historiografia Francesa:** Tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: Ed. da UEM, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. DE. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. **Locus: Revista de História**, v. 10, n. 2, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20624>> Acesso em: 10/06/2020.

_____. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de Teoria da História; Bauru, SP: Edusc, 2007.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. IN: Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), **Memória (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica:** história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BOTO, Carlota. Nova História e seus velhos dilemas. **Revista USP**, n. 23, p. 22-33, 30 nov. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26972>> Acesso em 10/06/2020.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino:** imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____; GLEZER, R.; FERLINI, V. Escola uspiana de História. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1 dez. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9719>> Acesso em: 10/06/2020.

_____. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. História do Brasil e revisões historiográficas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 21-37, jul. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/63852>> Acesso em: 10/06/2020.

CARDOSO, Everton. O suplemento semanal de cultura como meio de distinção: a relação do *Caderno de Sábado do Correio do Povo* com a intelectualidade de Porto Alegre nos anos 1960. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia**, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-do-jornalismo/o-suplemento-semanal-de-cultura-como-meio-de-distincao-a-relacao-do-caderno-de-sabado-do-correio-do-povo-com-a-intelectualidade-de-porto-alegre-dos-anos-1960/view>> Acesso em: 10/06/2020.

CARRIJO, Maicon V. S. **Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil**: a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987). 2013, 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13112013-102419/publico/2013_MaiconViniciusDaSilvaCarrijo_VCorr.pdf> Acesso em: 10/06/2020.

CARVALHO, Carmen. Segmentação do jornal, a história do suplemento como estratégia de mercado. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo: 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0136-1.pdf>> Acesso em: 10/06/2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. **Sujeitos no imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, n. 14, v. 26, p. 11–50. 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/download/2558/1968>> Acesso em: 10/06/2020.

CHAUÍ, Marilena; SANTIAGO, Homero. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Escritos de Marilena Chauí)

CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008. (Patrimônio: Práticas e Reflexões). p.27-43.

COPESES, Regina Janiaki; SAVELI. Programas, Projetos e Campanhas de Incentivo à Leitura: uma visão histórica. In: **16º Congresso de Leitura do Brasil - COLE**, 2007, Campinas – São Paulo. Caderno de Atividades - Resumos. Campinas: ALB, 2007. v. 16. p. 210-210. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss11_07.pdf> Acesso em: 10/06/2020.

COSTA, Emília Viotti da. **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DIEHL, A. A. Idéias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 1, n. 1, p. 45-70, 1 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/25>> Acesso em: 10/06/2020.

DUMOULIN, Olivier; SCHEIBE, Fernando. **O papel social do historiador da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017 326 p.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul. 1996. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2014>> Acesso em: 10/06/2020.

FARO, José S. Nem tudo que reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. **Comunicação e Sociedade**, v. 28, n. 46, 2006. Disponível em:
<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3871/3384>> Acesso em: 10/06/2020.

FERREIRA, Jorge L. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX**. Olhares cruzados, Coimbra, IUC, 2013. p. 147-182.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto/ Organizadores Marco Chor Maio e Glaucia Villas Bôas. Porto Alegre (RS): Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 277-299

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>> Acessado em: 25/09/2020.

_____; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**: Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses cruzados**: a produção da cultura no jornalismo brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

GINZBURG, Carlo. Conversar com Orion. Esboços-**Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 12, n. 14, p. 163-170, 2007. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/175>> Acesso em: 10/06/2020.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos –Historiografia**. Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/542.pdf> Acesso em: 10/06/2020.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>> Acesso em: 31/03/2020.

GUIMARÃES, Gêssica G. José Honório Rodrigues: por uma história combatente. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, Paraná, 2005. Disponível em:
<https://anpuh.org.br/uploads/anaissimposios/pdf/201901/1548206571_a01f0fdde92b05f107e05fc46495edfe.pdf> Acesso em: 10/06/2020.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [**Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser** 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html> Acesso em: 10/06/2020.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio M. A USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, Marília (Org.). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. São Paulo, 2011.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 55-78.

JANUÁRIO, Marcelo. **O olhar superficial**: as transformações no jornalismo cultural em São Paulo na passagem para o século XXI. 2005, 267 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-10102006-175215/publico/olhar_superficial.pdf Acesso em: 10/06/2020.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

_____; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia**: Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Estudos brasileiros, v. 87), 1985.

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Campos Sales, as bases e a decadência da república velha. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Suplemento literário, que falta ele faz! (1956-1974)**: do artístico ao jornalístico, vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-30032004-123234/pt-br.php> Acesso em: 10/06/2020.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 247-259, ago. 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/451> Acesso em: 10/06/2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, v. 2, p. 111-153.

MARCELINO, Fernanda Torresan. **O ler por prazer**: a construção de uma forma de entendimento da leitura nos anos 80. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253103/1/Marcelino_FernandaTorresan_M.pdf Acesso em 10/06/2020.

MATASCI, Damiano. A FRANÇA, A ESCOLA REPUBLICANA E O EXTERIOR: PERSPECTIVAS PARA UMA HISTÓRIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO 19. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 20, n. 50, p. 139-155, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223634592016000300139&lng=en&nrm=iso> Acesso em 05/06/2020.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 28, n. 80, p.91-104, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79685>> Acesso em: 10/06/2020.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**. São Paulo, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, julho 2011. P. 01-14.

MOTOYAMA, S. Ciência, cultura e a tecnologia e a restauração meiji. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 14, p. 93-100, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/single.php?id=000890301>> Acesso em: 10/06/2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidades, ditadura e cultura política**. Interseções, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 69-89. 2014. Disponível em: <https://investigacion.unal.edu.co/fileadmin/recursos/focos/comunicacion/docs/Di_a_3_Universidades_ditadura_e_cultura_poli_tica.pdf> Acesso em: 10/06/2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 63-77, set. 2013. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/675>> Acesso em: 10/06/2020.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NOVAIS, Fernando. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. 2017. 151f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150762/ohara_jrm_dr_assis.pdf?sequence=3> Acesso em 10/06/2020

QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

REIMAO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10/06/2020.

REIS, J. C. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000

REVEL, Jacques. **História e historiografia**: exercícios críticos. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p.147-160, jun. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186>> Acesso em 10/06/2020.

_____. Memória de um jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. In: **Estudos de Comunicação**. Livro do XI Encontro Anual da Compós. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_712.pdf Acesso em: 28/06/2020.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo III**. Campinas: Papirus Editora, 1997.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Sabrina Magalhães. **Os periódicos e a crítica da história**: a recepção de Lucien Febvre e Marc Bloch por seus contemporâneos (1911-1942). 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/11056>> Acesso em: 10/06/2020

ROIZ, D. DA S. O ofício de historiador: entre a ‘ciência histórica’ e a ‘arte narrativa’. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 3, n. 4, p. 255-278, 25 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/32>> Acesso em: 27/06/2020.

_____. Entre memórias e histórias da universidade de São Paulo: histórias em construção. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.21, p. 52-64, mar. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art06_21.pdf> Acesso em: 27/06/2020.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTIAGO, Silviano. Crítica literária e jornal na pós-modernidade. In: **Revista de Estudos de Literatura**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.11-17, out. 1993.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lília M. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: XXV Reunião Anual da ANPOCS. **Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil**. 2001.

Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st10-3/4610-gseyferth-colonizacao/file>> Acesso em: 10/06/2020.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27/06/2020.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; SIQUEIRA, Euler David. A cultura no Jornalismo Cultural. Líbero. **Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero/Terra Comunicação Editorial, junho de 2007. ano X. n.19, p. 107-116. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/680>> Acesso em 10/06/2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª ed., 1999.

SOUSA, Francisco Gouvêa de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **Anos 90**, [s.l.], v. 24, n. 46, p. 159-181, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/74972> Acesso em: 10/06/2020.

SOUZA, Laura de Mello e. **Um país chamado passado**. [Entrevista concedida a SESC-SP]. Laura de Mello e Souza. SESC de São Paulo, n. 38, 2000. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/645_ENTREVISTALAURA+DE+MELLO+E+SO+UZA> Acesso em: 10/06/2020.

TRAVANCAS, Isabel. **O livro no jornal**: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. 166p.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: questões e debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan/jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15676>> Acesso em 10/06/2020.

VERSIANI, Maria Helena. A sociedade brasileira vive a democracia (1985/1987). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 ANOS, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: Anpuh-sp, 2011. p. 1-16. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312763952_ARQUIVO_2011AnpuhnacionaltextodeMariaHelenaVersiani.pdf> Acesso em: 10/06/2020.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**: revista do programa de estudos pós-graduados de história, v. 4, 1985.

Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>> Acesso em: 10/06/2020.

Fontes

ALMEIDA, Maria L. N. A Revolução Alemã. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 11 de nov. 1984, ed. nº 231, p. 11. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19841111-33649-nac-0203-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

BARROS, Roque Spence Maciel de. Júlio de Mesquita Filho e a Universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 10. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840129-33407-nac-0150-cul-10-not>> Acesso em: 10/06/2020.

BASTIDE. Paul Arbousse. Comemoração, memória e lembrança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 13. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840129-33407-nac-0153-cul-13-not>> Acesso em: 10/06/2020.

BELLOTTO, Heloísa L. A Constituinte. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 16 de fev. 1986, ed. nº 296, p. 11. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860216-34038-nac-0225-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

BELLOTTO, Heloísa L. A elite ameaçada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 06 de fev. 1988, ed. nº 395, p. 10. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880206-34646-nac-0064-cd2-20-not>> Acesso em: 10/06/2020.

CARVALHO, José M. A democracia e a questão social. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 11 de nov. 1989, ed. nº 485, p. 09-11. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891111-35194-nac-0077-cul-9-not> Acesso em: 10/06/2020.

FERLINI, Vera L. A. Abolição: o comércio proibido de escravos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 de out. 1988, ed. nº 432, p. 07. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881029-34872-nac-0083-cul-7-not>> Acesso em: 10/06/2020.

IGLÉSIAS, Francisco. História Combatente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 24 de out. 1982, ed. nº 124, p. 09. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19821024-33015-nac-0201-cul-9-not>> Acesso em: 10/06/2020.

IGLÉSIAS, Francisco. República (1889-1989). **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 11 de nov. 1989, ed. nº 485, p. 01-03. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891111-35194-nac-0069-cul-1-not>> Acesso em: 10/06/2020.

LANNA, Ana L. D. A coluna Prestes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 18 de mai. 1991, ed. nº 562, p. 09. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19910518-35663-nac-0081-cul-9-not>> Acesso em: 10/06/2020.

LANNA, Ana L. D. Modernidade e vanguarda na América Latina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 16 de fev. 1991, ed. nº 549, p. 11. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19910216-35585-nac-0079-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

LEONZO, Nanci. O sistema de casamento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 30 de set. 1984, ed. nº 225, p. 09. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840930-33614-nac-0185-cul-9-not>> Acesso em: 10/06/2020.

MACHADO, Maria H. P. T. Em torno do crime na escravidão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 04 de jun. 1988, ed. nº 411, p. 08-09. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880604-34746-nac-0066-cul-8-not>> Acesso em: 10/06/2020.

MAESTRI FILHO, Mário J. O espelho e a imagem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 28 de mai. 1988, ed. nº 410, p. 11. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880528-34740-nac-0067-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

MESGRAVIS, Laima. História e mito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 04 de mai. 1991, ed. nº 560, p. 09. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19910504-35651-nac-0073-cul-9-not>> Acesso em: 10/06/2020.

MESQUITA FILHO, Júlio de. USP realização da revolução democrática (Reprodução de discurso). **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 06). Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840129-33407-nac-0146-cul-6-not>> Acesso em: 10/06/2020.

MESQUITA, Fernão Lara. Texto do Editorial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 15 de jun. 1980, ed. nº 01, p. 01. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800615-32286-nac-0193-cul-1-not>> Acesso em: 10/06/2020.

MESQUITA, Fernão Lara. Texto do Editorial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 02. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840129-33407-nac-0142-cul-2-not>> Acesso em: 10/06/2020.

OLIVEIRA, Armando de Salles. “Obra a ser continuada pelas gerações” (Reprodução de discurso). **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 jan. 1984, ed. nº 190, p. 02. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840129-33407-nac-0142-cul-2-not>> Acesso em: 10/06/2020.

PRADO, Décio de Almeida. Texto do Editorial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo.

Suplemento Literário, 06 de out. 1956, ed. nº 01, p. 01. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19561006-24979-nac-0009-lit-1-not>> Acesso em: 10/06/2020.

QUEIROZ, Suely R. R. Constituinte. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 07 de fev. 1987, ed. nº 347, p. 11. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870207-34339-nac-0067-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

QUEIROZ, Suely R. R. O Negro na Bahia: o esforço pioneiro de Luíz Vianna Filho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 31 dez. 1988, ed. 440, p. 11. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881231-34926-nac-0055-cul-11-not> Acesso em: 01/07/2020.

QUEIROZ, Suely R. R. O papel dos militares. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 11 de nov. 1989, ed. nº 485, p. 11-12. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891111-35194-nac-0079-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

QUEIROZ, Suely R. R. Transformação e trabalho: a economia mineira do século XIX. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 29 de out. 1988, ed. nº 432, p. 07.

Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881029-34872-nac-0083-cul-7-not>> Acesso em: 10/06/2020.

RODRIGUES, José H. A desordem documental no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 10 de ago. 1980, ed. nº 09, p. 16. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800810-32334-nac-0192-cul-16-not>> Acesso em: 10/06/2020.

RODRIGUES, José H. O personagem da Semana (entrevista concedida à Lourenço Dantas Motta). **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 30 de ago. 1981, ed. nº 64, p. 02-05. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810830-32659-nac-0178-cul-2-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCALZO, Nilo. Texto do Editorial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 17 de out. 1976, ed. nº 01, p. 02. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19761017-31158-nac-0316-cul-2-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. A inquisição na Península Ibérica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 03 de out. 1982, ed. nº 121, p. 05. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19821003-32997-nac-0189-cul-5-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. A mulher e a Igreja. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 14 de abr. 1985, ed. nº 252, p. 09. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850414-33777-nac-0205-cul-9-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. A vida de Pinheiro Machado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo.

Suplemento Cultura, 27 de mar. 1983, ed. nº 146, p. 14. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19830327-33145-nac-0176-cul-14-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. Aventura em terras da América. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 20 de set. 1981, ed. nº 67, p. 14-15. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810920-32677-nac-0202-cul-14-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. Novos estudos no ano da Abolição. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 19 de mar. 1988, ed. nº 401, p. 10. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880319-34681-nac-0066-cul-10-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. O algodão em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 18 de ago. 1985, ed. nº 270 p. 11. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850818-33885-nac-0215-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SCARANO, Julita. O negro em Portugal e no Brasil: uma presença nem um pouco silenciosa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 08 de out. 1988, ed. nº 429, p. 10. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881008-34854-nac-0067-cul-9-not>> Acesso em: 10/06/2020

SCARANO, Julita. Radicais da República. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 28 de mai. 1988, ed. nº 410, p. 11. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880528-34740-nac-0067-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SOUZA, Laura de Mello e. As mulheres, o poder e a família. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 25 de nov. 1989, ed. nº 487, p. 08-09. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891125-35206-nac-0084-cul-8-not>> Acesso em: 10/06/2020.

TAVARES, Luís Henrique. A Revolução Francesa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 03 de set. 1988, ed. nº 524, p. 11. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880903-34824-nac-0081-cul-11-not>> Acesso em: 10/06/2020.

WITTER, José S. Sem arquivos, pouca história. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Cultura, 10 de out. 1987, ed. nº 389, p. 03. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19871010-34546-nac-0051-cul-3-not>> Acesso em: 10/06/2020.

SITES:

Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em: 27/06/2020.

Academia Paulista de Letras. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>> Acesso em: 27/06/2020.

Acervo digital do Estadão. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>> Acesso em: 27/06/2020.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 27/06/2020.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/>>
Acesso em: 27/06/2020.

Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/>> Acesso
em 27/06/2020.

Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 27/06/2020.